



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

RICARDO JOSÉ PERES

**A REPRODUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE:
UMA DESCRIÇÃO A PARTIR DE NARRATIVAS DA, E
REFERENTES À, SAMARCO MINERAÇÕES S.A**

Londrina
2021

RICARDO JOSÉ PERES

**A REPRODUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE:
UMA DESCRIÇÃO A PARTIR DE NARRATIVAS DA, E
REFERENTES À, SAMARCO MINERAÇÕES S.A.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Administração

Orientador: Prof. PhD. Rafael Borim-de-Souza

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

P437 Peres, Ricardo José.
A REPRODUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE : UMA DESCRIÇÃO A PARTIR DE NARRATIVAS DA, E REFERENTES À, SAMARCO MINERAÇÕES S.A. / Ricardo José Peres. - Londrina, 2021.
160 f. : il.

Orientador: Rafael Borim-de-Souza.
Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Reprodução - Tese. 2. Sustentabilidade - Tese. 3. Narrativas - Tese. 4. Samarco Minerações S.A. - Tese. I. Borim-de-Souza, Rafael . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658

RICARDO JOSÉ PERES

**A REPRODUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE:
UMA DESCRIÇÃO A PARTIR DE NARRATIVAS DA, E
REFERENTES À, SAMARCO MINERAÇÕES S.A.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rafael Borim de Souza
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Thais Accioly Baccaro
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Rosa da Silva
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 24 de fevereiro de 2021.

Dedico este trabalho a minha esposa, Mariléia, e filha, Pietra, pelo apoio incondicional. Sem ambas, este trabalho não teria sido realizado.

AGRADECIMENTOS

Sou grato a Deus na realização deste trabalho, por me permitir a aprender novas perspectivas e colocar em prática os conhecimentos adquiridos no mestrado e conceder-me uma nova visão de mundo.

Agradeço de maneira especial, à minha querida esposa Mariléia, por todo apoio proporcionado para que mais essa etapa da minha vida fosse concluída com sucesso. Á minha filha Pietra, por ser minha maior motivação para continuar nessa jornada.

Aos meus pais Hilda e José (em memória) mediante a todos os ensinamentos e orientações e por sempre acreditarem no meu esforço e dedicação.

Ao meu orientador Rafael Borim de Souza, que me concedeu o prazer de desfrutar de sua companhia e sabedoria na construção deste trabalho, não medindo esforços para me orientar e aconselhar durante todo processo.

A todos os professores do PPGA que participaram desta jornada, sempre solícitos, até mesmo fora do horário de aula, porque sem eles não haveria enriquecedoras ideias. Meus sinceros agradecimentos.

Ao grupo de pesquisa EOSI, por ter me acolhido com todo carinho e respeito, me proporcionando a capacidade de aprimorização do conhecimento buscado por todos, sendo extremamente importante na construção dessa dissertação.

Aos amigos de sala e alunos do PPGA, por todas as discussões e conhecimentos a mim compartilhados.

“A grande conquista é o resultado de
pequenas vitórias que passam
despercebidas”

Paulo Coelho

PERES, Ricardo José. **A Reprodução da Sustentabilidade:** uma descrição a partir de narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A. 2021. 161 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

O sistema de reprodução neoliberal e seus atores dominantes, ou seja, as grandes organizações multinacionais tendem a recriar o arbitrário cultural que, em nome de uma verdade criada a partir de seus interesses, criam “programas” e “sentidos” que escondem suas verdadeiras intenções e ações. Diante deste contexto, este estudo analisou as narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A., por meio de seus relatórios entre os anos de 2010 e 2020. Período este que compreendeu cinco anos antes ao ecocídio da cidade de Mariana (2015), e, cinco anos após. A análise se deu por meio de relatórios e publicações oficiais da organização, nos quais foram selecionadas as narrativas responsáveis pela criação de uma “verdade” que a empresa imputou na sociedade em que está inserida. Também foram analisadas narrativas referentes a empresa, extraídas dos seguintes veículos de comunicação: o Jornal Estado de São Paulo (Estado) e da Revista Carta Capital. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, que tem como lente teórica a sociologia de Pierre Bourdieu, especificamente seu livro “A reprodução” escrito em conjunto com Jean-Claude Passeron, originalmente em 1970. Por meio dessa teoria, foi possível observar que a empresa Samarco Minerações S.A. e os veículos de comunicação adotam a estratégia de gerar conteúdos capazes de promover o imaginário de que a empresa existe para o bem da sociedade em que está inserida, utilizando-se do arbitrário cultural e das ações pedagógicas para justificar sua atuação, de forma a omitir os prejuízos ambientais que ela ocasiona.

Palavras-chave: reprodução; sustentabilidade; narrativas; samarco minerações S.A.; mundialização; neoliberalismo.

PERES, Ricardo José. **The Reproduction of Sustainability**: a description based on narratives of and referring to Samarco Minerações S.A. 2021. 161 p. Dissertation (Management Master's Degree Dissertation) – State University of Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

The neoliberal reproduction system and its dominant actors, that is, large multinational organizations tend to recreate the cultural arbitrary, which in the name of a truth created based on their interests, creates “programs” and “meanings” which hide their true intentions and actions. Within this context, this study analyzed the narratives of and referring to Samarco Minerações S.A. through its reports between the years 2010 and 2020. This period comprised five years before the ecocide in the city of Mariana (2015), and five years after. The analysis was made by means of official reports and publications of the organization, reading these we were able to select the narratives responsible for the creation of a “true” that the company implied in the company in the society which it is inserted. Also, narratives referring to the company were analyzed, extracted from two communication channels: o Jornal Estado de São Paulo (Estado de São Paulo) e da Carta Capital Magazine. It is, therefore, a research of applied nature, with a qualitative approach, which has as a theoretical lens the sociology of Pierre Bourdieu, specifically his book "A reprodução" written together with Jean-Claude Passeron, originally in 1970. Through this theory, it was possible to observe that the company Samarco Minerações S.A. and the media, adopt the strategy of generating content capable of promoting or imagining that the company exists for or for the society in which it is inserted, using the cultural arbitrary and pedagogical actions to justify its performance, to omit the environmental damages that it causes.

Keywords: reproduction; sustainability; narratives; samarco minerações S.A.; globalization; neoliberalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema representativo da sociologia bourdieusiana	30
Figura 2	Tríade conceitual da sociologia bourdieusiana e suas relações com alguns conceitos secundários.....	40
Figura 3	Framework da Reprodução à luz da sociologia de Bourdieu e Passeron	50
Figura 4	Meta-categorias e suas relações.....	81
Figura 5	Relação das proposições de Bourdieu e Passeron (2014) e os padrões reprodutivos acerca da sustentabilidade identificados por meio das narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A... ..	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Abreviações utilizados no Fundamentos de uma Teoria da Violência Simbólica	41
Quadro 2	Fontes de Informação	85
Quadro 3	Percurso da análise das narrativas	86
Quadro 4	Etapas da análise de narrativas	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Ação Pedagógica
AuE	Autoridade Escolar
AuP	Autoridade Pedagógica
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
DJSI	Dow Jones Sustainability Index
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRI	Global Reporting Initiative
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMM	International Council on Mining and Metals
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo
IFC	International Finance Corporation
ISO	International Organization for Standardization
LOC	Licenciamento Operacional Corretivo
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
P4P	Projeto Quarta Pelotização
RAS	Relatórios Anuais de Sustentabilidade
SE	Sistema de Ensino
SEMAD	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
TBL	Triple Bottom Line
TE	Trabalho Escolar
TP	Trabalho Pedagógico
TPI	Tribunal Penal Internacional
TTAC	Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta
WBCSD	World Business Council for Sustainable Development
WCED	World Commission on Environment and Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	18
1.1.1	Objetivo Geral.....	18
1.1.2	Objetivos Específicos	18
1.2	JUSTIFICATIVA.....	19
2	A SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA EM CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITUAL	23
2.1	VIDA E OBRA DE PIERRE FÉLIX BOURDIEU.....	23
2.2	A SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA	27
2.3	A TRÍADE CONCEITUAL DA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA – CAMPO, HABITUS E CAPITAIS	31
2.4	A REPRODUÇÃO.....	40
3	DA CRISE AMBIENTAL A SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL: CORRENTES IDEOLÓGICAS, POLÍTICAS E HISTÓRIA CONCEITUAL	53
3.1	CRISE AMBIENTAL E O NEOLIBERALISMO	53
3.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE.....	58
3.3	SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL	66
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	74
4.1	CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA	74
4.2	ESTRATÉGIA DE PESQUISA	76
4.3	UNIDADE DE ANÁLISE	77
4.4	ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS	78
4.5	ACESSO AS INFORMAÇÕES NA REALIDADE.....	83
4.6	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	86
5	ANÁLISES	91
5.1	A SAMARCO MINERAÇÕES S.A.....	91

5.2	PADRÕES REPRODUTIVOS NO QUE SE REFERE À SUSTENTABILIDADE A PARTIR DAS CATEGORIAS DE REPRODUÇÃO PROPOSTAS POR BOURDIEU E PASSERON	96
5.2.1	Arbitrário Cultural.....	97
5.2.2	Ação Pedagógica (AP)	107
5.2.3	Autoridade Pedagógica (AUP).....	111
5.2.4	Trabalho Pedagógico (TP).....	121
5.2.5	Autoridade Escolar (AUE).....	127
5.2.6	Sistema De Ensino (SE)	139
5.2.7	Trabalho Escolar (TE).....	142
5.3	CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE REPRODUZIDO PELA ORGANIZAÇÃO ANTES E DEPOIS DO ECOCÍDIO.....	147
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
	REFERÊNCIAS.....	153

1 INTRODUÇÃO

A humanidade é composta por sociedades que possuem uma organização econômica, que, por meio de seu contexto histórico, implantam determinadas modalidades de produção, de distribuição, de troca e consumo dos produtos (FOLADORI, 2001). E o sistema capitalista, implantado em quase todas as economias mundiais, que segundo Goldblatt (1996, p. 58) “deu origem a uma concepção cultural de um mundo natural, fornecedor de produtos ou potenciais produtos, sem qualquer sentido de limitação ou restrição”.

Concomitante ao sistema econômico, implantado pela maioria das sociedades mundiais, surge outro fator preponderante para a crise ambiental, o industrialismo, o qual por meio de práticas capitalistas que visam o aumento da produção, acumulação de capital e o crescimento econômico das organizações e das nações, possibilita o aumento qualitativo e quantitativo da degradação ambiental devido o uso inadequado e exacerbado dos recursos naturais (GOLDBLATT, 1996).

Os debates teóricos e políticos que permeiam a crise ambiental tornaram-se evidentes entre os anos de 1960 e 1970, quando uma crise econômica de ordem mundial, fez com que uma preocupação generalizada sobre os graves problemas ambientais, afligisse as sociedades mundiais (FOLADORI, 2001). Para Leff (2001, p. 22) “a problemática ambiental surge nas últimas décadas do século XX como o sinal mais eloquente da crise da racionalidade econômica que conduziu o processo de modernização”.

Os problemas ambientais do orbe tornavam-se cada vez mais complexos, e era iminente o colapso ecológico caso o crescimento econômico não fosse contido.

No contexto literário, os relatórios e publicações divulgados pelo Clube de Roma – que envolveu 30 pesquisadores, entre eles, economistas, educadores e cientistas, de dez nacionalidades diferentes - tinham o intuito de buscar uma compreensão dos impactos causados pelo homem em relação ao meio ambiente e quais as possíveis formas de revertê-los. O relatório com maior significância foi o denominado “Os limites do crescimento” (*Limits to Growth*) de 1972, que obteve uma difusão e uma repercussão significativa e contribuiu de maneira fundamental para a definição dos debates sobre o meio ambiente em ciclos para além dos tradicionais e instalou-se na esfera política (PIERRI, 2001).

Entretanto, é em 1987 que as discussões acerca da sustentabilidade começam a tomar proporções a nível global, quando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD ou *World Commission on Environment and Development* [WCED]) cria o conceito de “desenvolvimento sustentável” por meio da publicação do famoso documento denominado “Nosso futuro comum” (*Our Common Future*). Neste, o termo é definido como: “atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 54, tradução nossa).

Para Bansal (2002, p. 127, tradução nossa), “depois que um problema é institucionalizado, os atores sociais – incluindo o governo, agências sem fins lucrativos e a comunidade, também as empresas, valorizam o assunto com firmeza”. Isto é, após a ONU apresentar os princípios norteadores para um desenvolvimento sustentável, instituições governamentais ou não, criaram certificações, indicadores, normas e regulamentações com o intuito de institucionalizar o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade.

No entanto, após a publicação do “Nosso futuro comum” (*Our Common Future*), o termo “desenvolvimento sustentável” tornou-se um “*slogan*” de desenvolvimento, haja vista que, embora o termo possua uma aclamada imprecisão e ambiguidade, foi utilizado por uma parcela significativa de organizações governamentais e não governamentais, que o adotaram como o novo paradigma de desenvolvimento (LÉLÉ, 1991).

O conceito de sustentabilidade, por sua vez, surgiu por volta de 1987, apresentado oficialmente à Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU (OLIVEIRA *et al.*, 2012). A noção do termo aponta para o compromisso com a melhor administração dos recursos naturais para que as gerações futuras tenham acesso e, com isso, as suas necessidades e demandas sejam atendidas. O termo “sustentabilidade” deriva do latim *sustentare*, e como a própria palavra indica, este aponta para a ideia de sustentar, suportar, conservar (manter em bom estado) e resistir (PAZ; KIPPER, 2016).

Diante deste cenário, considera-se como sustentável tudo o que é capaz de ser suportado ou mantido ao longo dos anos, contudo, atualmente a sustentabilidade possui um sentido mais amplo. Além do compromisso com a não degradação do meio ambiente, inclui pautas como qualidade de vida e competitividade empresarial (BASSI; BUENO; JACUBAVICIUS, 2017).

Defende-se, também, as tecnologias limpas, uso racional de recursos, responsabilidade social etc. (SILVA, 2012). A sustentabilidade tem sido debatida com mais afinco em virtude das políticas de conscientização acerca da evolução das condições de cunho ambiental, econômico e social, com vistas a aumentar a qualidade de vida. A base que norteia o desenvolvimento sustentável é o comprometimento com o futuro, e, assim, busca-se a conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental (DONATO, 2008). A expressão pressupõe o intuito de contribuir para o fim da pobreza, e, para tanto, sugere a promoção de uma distribuição mais adequadas das riquezas (BASSI; BUENO; JACUBAVICIUS, 2017). São consideradas como empresas sustentáveis aquelas que fazem uso da inovação, melhora seus produtos e serviços, bem como todo o processo de produção (KEINERT, 2007).

Cabe salientar que, neste estudo, a ideia de inovação está intrinsecamente ligada as demandas dos organismos internacionais, que passaram a adotar o contexto sustentável como prerrogativa de discurso para que as organizações mantivessem a ideia de indispensáveis para a sociedade. Bassi, Bueno e Jacobavicius (2017) aludiram inclusive que a fala “sustentável” passou a ser um discurso lucrativo para as organizações.

Dessa forma, as falas que abrangem temas como desenvolvimento, sustentabilidade e princípio de indispensabilidade, são responsáveis por alguns questionamentos: Qual desenvolvimento perpassava pelos processos decisórios dessas organizações? O desenvolvimento econômico ou o desenvolvimento ambiental? O que deveria ser sustentado e como as organizações participariam nesse processo? Quais seriam as regulamentações e órgãos regulamentadores? Como essas organizações representariam para o mercado suas práticas sustentáveis?

As respostas logo surgiram, ou melhor, reproduziram-se pelo orbe, ecoando por todos os continentes uma ideologia que seria capaz de alinhar o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável, mitigando a forte crise econômica que assolava o mercado. Isto é, surgiu o neoliberalismo, que preconizava o “livre mercado”, o “livre comércio” e assegurava a inexistência de um paralelo entre ambiente e crescimento econômico. Dessa maneira, o mercado passou a ser apresentado como o melhor organizador da produção e encarregado de substituir de maneira vantajosa qualquer planejamento racional da economia no que se refere à alocação de recursos (FOLADORI, 2001).

Mas o que se apresentou, para a humanidade, foi o crescimento avassalador das grandes corporações, que, munidas de incentivos e desregulamentações, proporcionados por parte dos líderes da maioria dos países do terceiro mundo, transformaram o que seria um mercado competitivo em um mercado de oligopólios e monopólios. Poucos foram servidos às custas de muitos, o que ocasionou o aumento das desigualdades sociais, econômicas e políticas dos países em desenvolvimento.

Assim, arraigados de uma natureza voraz inerente ao sistema capitalista, os agentes e forças que os compõem, buscaram uma integração cada vez maior das economias mundiais em um único sistema econômico global. Esse processo é mundialmente chamado de globalização (HARRIS; SEID, 2000).

Consequentemente, o sistema econômico global é dominado por corporações transnacionais, que comandam, pilotam e impulsionam a geopolítica global, bem como o próprio processo de globalização econômica (HARRIS; SEID, 2000). Essas corporações possuem apoio e proteção de uma série de instituições intergovernamentais internacionais, sendo as mais importantes, o FMI – (Fundo Monetário Internacional ou *International Monetary Fund*), o Banco Mundial e a OMC (Organização Mundial do Comércio ou *World Trade Organization*), que regulam o comércio internacional e suas finanças. Aliadas aos governos dos principais países capitalistas, denominados de Grupo dos Sete (G7), as transnacionais caracterizam-se como os principais atores do sistema econômico global contemporâneo (BOURDIEU, 1998; HARRIS; SEID, 2000).

Dentro deste diapasão do sistema globalizado, Boudieu (1998) discorre sobre questões que vão além do conceito da globalização, adotando então a terminologia “mundialização” para debater sobre alguns desdobramentos sociais. Segundo o sociólogo (BOURDIEU, 1998), o processo de “mundialização” vai além da globalização financeira, ele envolve também: a colonização do *habitus* dos países simbolicamente dominados pelos países desenvolvidos; e as ações físicas inerentes à colonização, que agora são substituídas por uma violência simbólica, responsável pela imposição e reprodução de uma cultura dominante do centro euro-americano. Neste sentido, a busca por dispositivos culturais de controle, que possam ser modificados constantemente, torna-se o fator preponderante para o neoliberalismo.

É sobre essa imposição e reprodução de uma cultura dominante e os seus dispositivos de controle e inculcação de um *habitus* duradouro, que a teoria de

Bourdieu e Passeron, pautada na obra *A Reprodução* – na qual os sociólogos estudaram o sistema de ensino francês na década de 1960 – analisa o fundamento de “reproduzir”. Este consiste no mecanismo de conservação e reprodução das relações de força entre os dominados e dominantes numa estrutura de classes (BOURDIEU; PASSERON, 2014). O conceito norteou a construção dessa pesquisa, proporcionando a descrição da sustentabilidade em um contexto organizacional.

Para tanto, se faz necessário a construção metafórica, das principais proposições que Bourdieu e Passeron (2014) utilizaram para a construção da referida obra, tais como: Arbitrário Cultural, (AP) Ação Pedagógica, (AuP) Autoridade Pedagógica, (TP) Trabalho Pedagógico, (AuE) Autoridade Escolar, (SE) Sistema de Ensino e (TE) Trabalho Escolar. Buscou-se, portanto, construir essas proposições metaforicamente a partir do contexto que permeou o ecocídio de Mariana (MG), que envolveu a empresa Samarco Minerações S.A. Assim, defende-se o o intuito de identificar e avaliar os padrões de reprodução da sustentabilidade à luz da construção metafórica proposta.

Mediante a escolha realizada, buscou-se as narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A. por meio de seus relatórios anuais de sustentabilidade (RAS), site institucional, notícias, vídeos do canal do Youtube da empresa, bem como as imagens e textos divulgados nas redes sociais - Instagram e Facebook - que permearam as práticas sustentáveis realizadas pela organização. Dessa maneira, foi possível descrever como ela reproduz a sustentabilidade em seu discurso institucional.

Vale ressaltar que a escolha da empresa Samarco Minerações S.A., foi motivada pelo envolvimento no ecocídio de Mariana - MG, em 2015. Embora não exista uma tipificação clara acerca do que pode ser considerado ecocídio, a presente pesquisa adotou o conceito de Gordilho e Ravazzano (2017, p. 688) no qual o definem como, “ofensa massiva ao meio ambiente capaz de provocar a morte de animais ou vegetais, ou por tornar inapropriado o uso das águas, o solo, subsolo e/ou o ar, e ocasionando também graves danos à vida humana”.

A discussão proposta foi desenvolvida a partir dos contextos anterior e posterior ao ecocídio, perpassando as narrativas que envolvem a referida organização em um espaço temporal de 10 anos. Neste sentido, buscou-se respostas para o seguinte problema de pesquisa: **como acontece a reprodução da**

sustentabilidade a partir de narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A.?

Para obtenção da resposta, optou-se pela abordagem qualitativa e natureza aplicada e os objetivos foram analisados por uma perspectiva descritiva. No tocante a estratégia, essa pesquisa contou com dois tipos para a construção desse caminho, uma a nível teórico e outra a nível empírico. A análise bibliográfica, representa a estratégia a nível teórico, já o estudo de caso, foi escolhido como estratégia a nível empírico.

Diante do contexto apresentado, a referida pesquisa está estruturada no seguinte formato: no primeiro capítulo é apresentada a sociologia bourdieusiana, onde discute-se a tríade que permeia sua microssociologia, os devidos esclarecimentos acerca da reprodução e a transposição metafórica dos termos utilizados por Bourdieu e Passeron (2014) no sistema de ensino francês na década de 1960. O segundo capítulo é composto pelo debate acerca da crise ambiental, sua relação com o crescimento econômico e o neoliberalismo. Neste mesmo capítulo apresentam-se compreensões sobre os termos desenvolvimento sustentável e seu processo evolutivo, sustentabilidade e sustentabilidade organizacional. Na sequência, são destacados os procedimentos metodológicos, a caracterização da Samarco Minerações S.A., as análises e as considerações finais.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Descrever a reprodução da sustentabilidade a partir de narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Metaforizar a reprodução da sustentabilidade a partir da sociologia bourdieusiana;
- Identificar, por meio de narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A., a manifestação de padrões reprodutivos no que

se refere à sustentabilidade a partir das categorias de reprodução propostas por Bourdieu e Passeron;

- Descrever o conceito de sustentabilidade reproduzido pela organização antes e depois do ecocídio;
- Avaliar qualitativamente os padrões de reprodução da sustentabilidade identificados à luz da construção metafórica proposta.

1.2 JUSTIFICATIVA

Considerando as características inerentes ao sistema capitalista que permeiam as organizações, as quais buscam a maximização dos lucros por meio de uma espécie de colonialismo contemporâneo da ideologia neoliberal, problematiza-se acerca de como “mercado” passa a ser o “maestro” de uma “orquestra” globalizada, não somente de um sistema financeiro mundial e de livre comércio, mas também na imposição de uma cultura dominante (BOURDIEU, 1998; LEFF, 2001). Esta, passa a ser introduzida e reproduzida principalmente nos países que não fazem parte do centro euro-americano, trazendo consequências significativas para a condução da vida social, econômica e política (BOURDIEU, 1998).

A sustentabilidade organizacional, inserida nesse contexto, ao mesmo tempo que expressa a preocupação em conduzir a sociedade para um futuro menos pessimista, também tem se revelado como um instrumento da reprodução de uma lógica neoliberal, uma vez que tem a economia como princípio norteador. Nesse sentido, está mais atrelada a uma vantagem competitiva, e a otimização de valores de entrada como recursos naturais e capacidades humana do que em trazer mudanças significativas para as formas de operação desse sistema (BANSAL, 2002; VILDÅSEN; KEISTCH; FET, 2017). Portanto, apesar de a proposta de sustentabilidade emergir como o potencial para driblar a crise ambiental, que tende a ser agravada em países marginalizados, ela também pode ser reproduzida como um desses vieses para imposição de uma cultura dominante, como por exemplo a partir das várias iniciativas em âmbito global que servem de parâmetro para a prática sustentável. Dessa forma, ao propor utilizar a teoria bourdieusiana para a

compreensão de como a sustentabilidade organizacional se reproduz, o presente trabalho almeja ao menos três formas de contribuição: teórica, empírica e social.

Em uma pesquisa a nível nacional, realizada no segundo semestre de 2020 a partir da biblioteca eletrônica Spell, buscou-se os termos “Reprodução” e “Sustentabilidade” em palavra-chave ou resumo. Conciliando esses dois termos não foi possível encontrar nenhum resultado. Ao buscar apenas o termo “Reprodução” na palavra-chave e resumo, filtrados por publicações em administração, foram encontrados um total de 121 trabalhos, do qual apenas 6 utilizam a teoria bourdieusiana como central.

Dentre essas publicações, todas elas investigaram de alguma forma as reproduções em contexto organizacional, sendo que uma delas olha para a reprodução da gestão organizacional (LIMA, 2011); duas se concentram na violência simbólica é exercida nesse espaço e como acontece a construção dos corpos (ROSA; BRITO, 2009, 2010); uma delas se concentra na reconstrução de identidade (ZIOLI; ICHIKAWA, 2009). Freitas (2009), por sua vez, se concentra no surgimento de novos capitais a partir de novas reproduções organizacionais e Leão, Gaião e Mello (2013) investigaram o *habitus* de um arranjo produtivo de vinho em expansão, mostrando a preocupação do ponto de vista do mercado. Esses apontamentos revelam que nenhuma delas traz as preocupações em compreender de que maneira a sustentabilidade se reproduz no contexto organizacional e como esta influência ou se relaciona com o contexto neoliberal macro que as organizações se inserem.

Ainda em pesquisa a partir da base da *Web of Science*, ao utilizar os termos “reproduction” + “sustainability” foram encontrados mais 700 resultados que, filtrados pelas áreas de management e business, resultaram em 22 trabalhos. Ao fazer uma nova busca adicionando o tópico “Bourdieu” foi possível encontrar apenas um resultado dentro da área de administração (business) que trate de sustentabilidade pela abordagem da teoria da reprodução bourdieusiana. O trabalho de Costa, Zepeda e Sirieix (2014) tenta identificar se o consumo de alimento orgânico é uma prática de identidade social, *status* ou valor social e, para isso, se apoia também em pressupostos do interacionismo simbólico.

Além disso, ao analisar o conteúdo encontrado pela base do *Web of Science* é possível verificar há uma constância entre 1 a 4 publicações de 2014 a 2020 que tratem da reprodução da sustentabilidade nos estudos de management. Rússia, Brasil e Inglaterra são os países que tem uma maior participação nessas publicações,

sendo o *Journal Marketing e Management Innovations* com destaque para essas publicações. Esses resultados demonstram que, apesar do tema ser abordado nos últimos anos, pouco tem se fugido de uma perspectiva *mainstream*, que tem como preocupação a ampliação de ferramentas de venda, marketing e outros aspectos que auxiliam na lucratividade das empresas.

Embasada pela ontologia historicista, da sociologia bourdieusiana, na qual existe uma dupla história, o presente trabalho busca compreender a relação entre história reificada (campo) e história incorporada (*habitus*), que tem o intuito de desnaturalizar verdades e os elementos que a compõem, bem como refletir sobre a construção de tais verdades (significados) (BOURDIEU, 2012). Assim, o presente trabalho traz contribuições teóricas e empíricas para a área da administração, visto que não busca somente a história pela história, e sim retratar aquilo que as estruturas que condicionam as ações dos grupos e indivíduos estão permeadas pela duração histórica e por um movimento oriundo das tensões e da quase impossível reprodução inalterada das relações de dominação.

Ao buscar uma descrição dos padrões reprodutivos (história reificada) acerca da sustentabilidade e os construtos de uma cultura dominante, que legitimam a ação de agentes e instituições na reprodução e inculcação de um *habitus* dominante, é possível uma nova compreensão de como esse arbitrário cultural dominante é incorporado pelos agentes e estruturas que fazem parte do campo da sustentabilidade (história incorporada).

Pode-se visualizar uma contribuição do ponto de vista social ao realizar a pesquisa empírica com ator relevante, como a Samarco Minerações S.A., fornecendo uma reflexão acerca de suas ações sustentáveis. Outrora, permitirá a compreensão dos mecanismos de dominação impostos pela cultura dominante e as formas como esses mecanismos atuaram no contexto específico, neste caso, o ecocídio, envolvendo Mariana no estado de Minas Gerais, ocasionado pela Samarco Minerações S.A., reproduzindo possíveis padrões de sustentabilidade nos momentos anteriores e posteriores ao ecocídio já mencionado.

Por último, o próprio conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentáveis passam por uma revisão no processo de compreender como a sua reprodução acontece, permitindo uma nova leitura de como a sustentabilidade é compreendida a partir de um senso comum e reificado. Por essa razão, vislumbra-se

um exercício de reflexividade e inspiração para outros trabalhos no campo da administração e dos estudos organizacionais.

2 A SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA EM CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITUAL

O presente capítulo foi desenvolvido com o intuito de descrever a vida e obra de Pierre Félix Bourdieu, bem como apresentar a sua sociologia, no tocante a sua ontologia, epistemologia e método. Buscou-se também apresentar a tríade e alguns conceitos secundários que corroboram para a construção conceitual da sociologia bourdieusiana. Por último, descreveu-se e explicou-se os principais conceitos que Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014) abordaram em sua obra denominada “A Reprodução”, na qual os autores realizaram uma análise do sistema de ensino francês do final da década de 1960.

2.1 VIDA E OBRA DE PIERRE FÉLIX BOURDIEU

O sociólogo Pierre Félix Bourdieu nasceu em 1930, em uma pequena cidade francesa chamada Denguin, localizada na região de Béarn, uma região rural situada nas cordilheiras dos Pirineus, sudoeste da França, e faleceu em 2002. De uma infância simples, filho de família de camponeses e uma província periférica, “ele chegou ao ápice da pirâmide cultural francesa e tornou-se o mais citado cientista social do mundo” (WACQUANT, 2002, p. 96). Bourdieu é autor de 400 artigos e 37 livros, dentre eles, “Os herdeiros”, “A distinção”, “Coisas ditas”, “O poder simbólico” e “A miséria do mundo”, que constituíram eventos maiores na vida intelectual do sociólogo.

Bourdieu cursou a escola fundamental em uma pequena vila de caráter arcaico, chamada Paysanne, também localizada no Béarn. Em virtude do seu desempenho no ensino médio, na cidade de Pau, e por ter obtido a fama de ser um excelente jogador de rúgbi e de pelota basca, foi contemplado com uma bolsa de estudos. Um de seus professores, aluno da École Normale Supérieure, o aconselhou a realizar um curso preparatório para essa instituição, o *Khâgne* do Liceu Louis-le-Grand de Paris, que era reconhecido por sua atmosfera de extrema competição e devoção acadêmica, recebendo alunos de todo o território francês (WACQUANT, 2002). Assim, foi aceito pela École Normale Supérieure e graduou-se em Filosofia em 1954.

Contrário ao modismo do existencialismo sartreano que dominava a educação e a vida intelectual naquele período, e influenciado por intelectuais da

época, tais como, Alexandre Koyré, Eric Weil, Gaston Bachelard, entre outros, aprofundou-se nos estudos da lógica e da história da ciência (WACQUANT, 2002). O próprio sociólogo em uma de suas obras, “Esboços de Auto-análise”, descreve as percepções que ele tinha desses intelectuais:

[...] desejosos de resistir ao existencialismo [...] ocultos à percepção comum pelo estardalhaço dos dominantes, esses autores marginais e destituídos de poder temporal ofereceriam um recurso aos que, por razões diversas, pretendiam reagir contra a imagem ao mesmo tempo fascinante e rejeitada do intelectual total (BOURDIEU, 2004c, p. 46).

Ao passar na *agrégation* — exame para ingresso ao sistema de ensino público francês —, em 1954, o jovem provinciano de origem humilde assumiu o posto de professor na cidade de Liceu de Moulins, cidade localizada na região central da França, lecionando filosofia. Mas em 1955 é chamado pela bandeira francesa de Versalhes, e por ser extremamente arredo às autoridades militares, é enviado à Argélia para servir na missão de “pacificação” da colônia norte-africana (WACQUANT, 2002). Os horrores da guerra, fizeram com que Bourdieu mudasse o seu destino intelectual para sempre, a experiência vivenciada na sociedade argelina despertou o interesse do ponto de vista político e científico e fez com que o até então filósofo se convertesse à Ciência Social (WACQUANT, 2002). E em 1957, o então sociólogo Pierre Bourdieu, lança o seu primeiro livro, *Sociologie de l' Algérie*, um perfeito estudo acadêmico que sintetizava um conhecimento histórico, etnológico e sociológico, que ainda incluía a bandeira de uma Argélia independente, que acabara de nascer.

Na Argélia, mais precisamente nas cidades de Kabylia, Collo e Ouarsenis, Bourdieu realizou os seus inquéritos antropológicos iniciais, e segundo Wacquant (2002, p. 97) “desde o início, ele conjugou a etnografia com estatística, a interpretação microscópica com a explanação macroscópica, para mapear o cataclismo social produzido pelo capitalismo colonial e a luta de libertação nacional”. Associando as estruturas sociais às formas culturais, Bourdieu escreveu mais dois livros, o *Travail et travailleurs em Algérie* (1963) e o *Le déracinement* (1964) em parceria com Abdelmalek Sayad (WACQUANT, 2002).

Concomitante à sua formação acadêmica, a estatística e a sociologia começaram a fazer parte dos estudos de Bourdieu, que ambas levaram o sociólogo aos estudos de campo, o qual tornou-se uma espécie de trampolim empírico para mais um livro, o *Esquisse d' une théorie de la pratique* (1972), no qual evidencia a sua

preocupação pela reflexividade (WACQUANT, 2002). Para Bourdieu (1993, p. 264, tradução nossa) a reflexividade “é uma das formas mais eficientes de colocar em prática o internacionalismo que a ciência pressupõe e promove”, e esse tornar-se-ia um dos pilares e um dos temas centrais da sua carreira.

A reflexividade é um dos atributos da sociologia bourdieusiana, “seja para transformar continuamente as ferramentas sociológicas em prática científica, seja para refletir criticamente sobre as condições sociais e as operações concretas de construção do objeto” (WACQUANT, 2002, p. 97). Bourdieu, em suas pesquisas, estava preocupado com a relação entre o observador e o observado, entre a vida social real e as observações na qual são produzidas pelo sociólogo que a realiza:

[...] creio que fui guiado não só por uma espécie de sentido teórico, mas também e talvez acima de tudo pela recusa, bastante visceral, da postura ética que a antropologia estruturalista implicava, da relação ativa e distante que se instaurava entre o cientista e seu objeto, ou seja, os simples leigos, graças à teoria prática, explícita no caso dos althusserianos, que transformava o agente num mero “suporte” (*Trager*) da estrutura (a noção de inconsciente preenchia a mesma função em Lévi-Strauss) (BOURDIEU, 2004b, p. 33).

Com grande influência também da antropologia, foi batizado por Lévi-Strauss como antropólogo. Também cursou a *Écoles des langues orientales*, aprimorando a língua árabe e de berbere, em Paris. Concomitantemente ao seu extenso trabalho de campo, Bourdieu lecionou na Universidade de Algiers até 1960, quando foi obrigado a voltar para Paris sob iminente ameaça de morte.

Ao retornar à França, prosseguiu suas análises de dados de campo coletados na Argélia e, em seguida, assumiu o posto de Professor Assistente na Sorbonne e, posteriormente, na Universidade de Lille, onde iniciou a leitura sistemática e ministrou cursos sobre, Marx, Weber e Durkheim. Em 1964 assume a direção dos Estudos da *École de Hautes Études em Sciences Sociales* e cria o *Centre Européen de Sociologie*, no qual “treinou e reuniu por mais de três décadas um produtivo grupo de acadêmicos que investigaram as mais variadas questões com foco nas relações entre cultura, poder e desigualdades sociais” (WACQUANT, 2002, p. 98). Sua conversão à sociologia se deu por compreender que seria mais apropriado para acessar as complexidades da realidade social “ao invés de obtê-la a uma distância segura, como a filosofia e a antropologia estruturalista faziam” (WACQUANT, 2002, p. 98). Nesse sentido, as principais obras e contribuições de Bourdieu vieram por esse campo.

A prática de pesquisa, de Bourdieu, passou a combinar “o racionalismo de Bachelard e o materialismo de Marx com o interesse neokantiano de Durkheim pelas formas simbólicas, a visão agonística de Weber sobre os *Lebensordnungen* em competição com as fenomenologias de Husserl e Merleau-Ponty” (WACQUANT, 2002, p. 98). A partir dessa combinação, passa a existir um quadro teórico próprio, que obteve sua elaboração por meio de, e para a, produção de novos objetos de pesquisas, que tem por objetivo descobrir a multifacetada dialética das estruturas sociais e mentais no processo de dominação (WACQUANT, 2002).

O sistema de ensino francês tornou-se o primeiro alvo da sociologia bourdieusiana - muito por conta de suas raízes existenciais, onde um jovem provinciano, desajeitado e de fala prolixa emerge em um ambiente repleto de burgueses de vasta cultura e alcança o máximo possível da hierarquia escolar, por meio dos livros *Les Béritiers* (1964) e *La Reproduction* (1970). Ambas as obras em parceria de Jean-Claude Passeron, foram escritas em um contexto social de forte expansão do ensino pós-guerra, em que os diplomas se tornaram objeto de desejo, que sob responsabilidade de um sistema de ensino massificado não cumpria promessa de ascensão social e deixou uma geração, embora escolarizada, sem a mudança social desejada.

Em *La Reproduction* — foco desta pesquisa — Bourdieu e Passeron (2014) descrevem o mecanismo invisível de seleção social que acontece por meio da escola. Na obra, os autores defendem que os burgueses entregam a seus filhos um capital cultural, uma herança familiar adquirida ao longo de suas relações familiares, tais como: visitas aos museus; apreciação de obras de arte; viagens; e até mesmo a forma de se portar nas reuniões ou festas, na qual seus pais participavam. Em contrapartida, as classes menos favorecidas, que não possuem acesso a esse capital cultural, não deixam essa herança e tem na escola a esperança de que o capital hereditário dos burgueses seja adquirido pelos seus filhos. Contudo, a escola não apenas deixa de fazer essa redistribuição de capital como funciona enquanto uma forma de reprodução da desigualdade de classe, legitimando o favorecimento dos detentores de capital cultural e desfavorecendo os que não o detêm.

Bourdieu escreveu outros livros importantes, entretanto, o seu trabalho teórico e empírico culminou com duas obras magnas gêmeas, *La distinction: critique sociale du jugement*, publicada em 1979, e *The Logic of Practice*, publicada

em 1990, nas quais elevaram a sociologia bourdieusiana à cátedra de Sociologia do Collège de France em 1981 (WACQUANT, 2002). No primeiro, o sociólogo propõe uma revolução centrada nos estudos das classes e das culturas, afirmando que o gosto é uma questão social e efetuou revelações acerca do espaço social, no qual o capital econômico e capital cultural por meio de suas distribuições definem os conflitos das sociedades avançadas, isto é, os conflitos entre classes dominantes e classes dominadas, que se definem pelo volume de capital que elas possuem.

Na segunda obra, apresenta a categoria de poder simbólico, o qual Wacquant (2002, p. 99) define “como a habilidade para conservar ou transformar a realidade social pela formação de suas representações, isto é, pela inculcação de instrumentos cognitivos de construção da realidade que escondem ou iluminam suas arbitrariedades inerentes”.

Diante do exposto, Pierre Bourdieu construiu sua sociologia por meio de uma dolorosa, mas rica e diversificada experiência existencial, como descrito pelo próprio autor em sua obra *Coisas Ditas* (2004b). O modo como ele se distanciou do mundo intelectual e a maneira como é lembrado constantemente pelo “seu ‘estrangeirismo’ lhe permitiram ‘ver o que outros não vêem’ e o incitaram a sentir o que outros não sentem: os códigos implícitos, as rotinas, os fundamentos que governam o mundo das ideias e orientam as práticas cotidianas” (VALLE, 2007, p. 121).

Nas linhas a seguir, é proposta uma discussão sobre a sociologia bourdieusiana, apresentando a sua concepção no que tange o caráter ontológico, epistemológico e metodológico.

2.2 A SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

A sociologia bourdieusiana foi concebida como uma ciência social unificadora, uma espécie de serviço público, com o propósito de “desnaturalizar e desfatalizar o mundo social e ‘requerer condutas’ por meio da descoberta das causas objetivas e das razões subjetivas que fazem as pessoas fazerem o que fazem, serem o que não são, e sentirem da maneira como sentem” (WACQUANT, 2002, p. 100).

A obra de Bourdieu é marcada pela busca da superação de um dilema clássico do pensamento sociológico, entre duas perspectivas de investigação empírica, consideradas inconciliáveis: o subjetivismo e o objetivismo, no qual

Bourdieu, em sua obra “Coisas Ditas”, descreveu em uma única frase a superação proposta por sua sociologia:

De um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações mas, de outro lado, essas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas (BOURDIEU, 2004b, p. 152).

O subjetivismo que Bourdieu visa superar está atrelado as experiências imediatas do ator individual, isto é, o mundo social está externo ao indivíduo e não exerce nenhuma influência sobre as suas concepções individuais desse mundo social, podendo ele construir e reconstruir o mundo conforme seus gostos e desejos.

Se por um lado, Bourdieu buscou superar o subjetivismo, por outro, o objetivismo também foi alvo de superação e de críticas do sociólogo. Utilizando-se de sua obra “O Senso Prático”, o sociólogo afirma que o objetivismo:

Constitui o mundo social como um espetáculo oferecido a um observador que adota “um ponto de vista” sobre a ação e que, ao importar ao objeto os princípios de sua relação com o objeto, faz como se estivesse destinado somente ao conhecimento e como se todas as interações com ele se reduzissem às trocas simbólicas (BOURDIEU, 2009, p. 86).

Bourdieu buscou contornar essa dualidade e desenvolver uma teoria na qual pudesse ultrapassar o subjetivismo sem cair no objetivismo, considerando como primordial a cientificidade da pesquisa sociológica. Também apresentou uma postura crítica a outras correntes teóricas, opondo-se ao objetivismo positivista, que percebe o mundo social partindo de relações objetivas que estruturam os espaços e as ações sociais. Da mesma forma questiona o subjetivismo, que prioriza a compreensão das questões subjetivas e individualizadas do comportamento (BONNEWITZ, 2003).

Para Bourdieu (2004b, p. 152), “os dois momentos, o subjetivismo e o objetivismo estão em uma relação dialética”. O próprio Bourdieu reconhece que essa ruptura não é fácil, haja vista que os pesquisadores em ciências sociais possuem participação direta de um determinado mundo social (grupo ou classe), envolvidos por uma determinada linguagem, por conceitos e valores comuns da vida cotidiana.

Bourdieu nunca se mostrou disposto a enquadrar sua pesquisa em uma perspectiva única, ele não se importava com tal enquadramento, entretanto, em sua obra “Coisas Ditas”, o sociólogo afirma que, “se tivesse que caracterizar seu

trabalho em duas palavras, ou seja, como se faz hoje em dia, se tivesse que lhe aplicar um rótulo, eu falaria de *constructivist structuralism* ou de *structuralist constructivism* (BOURDIEU, 2004b, p. 149). Portanto, como essa pesquisa foi cunhada sobre a obra do referido sociólogo, logo, terá uma perspectiva construtivista-estruturalista e estruturalista construtivista.

A perspectiva construtivista na abordagem bourdieusiana é definida cômada seguinte maneira:

Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamamos de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campo e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais (BOURDIEU, 2004b, p. 149).

Na perspectiva construtivista, o mundo social é composto por estruturas, que, quando acessadas pela subjetividade dos agentes, que são munidos de uma série de construções de senso comum, interpretam e re(interpretam) esse mundo e apreendem com a realidade de sua vida cotidiana. Portanto, para a perspectiva construtivista a realidade é socialmente construída por meio das relações dos indivíduos no mundo social em que vivem.

Já a perspectiva estruturalista na abordagem bourdieusiana é definida pelo sociólogo cômada seguinte forma:

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito etc. – , estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações (BOURDIEU, 2004b, p. 149).

Na perspectiva estruturalista, os fenômenos sociais já estão postos e sua existência independe dos agentes que habitam esse mundo social. Isto é, “os fatos sociais são tratados como coisas e segundo a velha máxima durkheimiana, e assim deixar de lado tudo o que eles devem ao fato de serem objetos de conhecimento – ou de desconhecimento – na existência social” (BOURDIEU, 2004b, p. 150).

Para representar a transposição em relação ao subjetivismo e o objetivismo e a perspectiva construtivista-estruturalista e estruturalista-construtivista da sociologia bourdieusiana, buscou-se desenvolver o esquema apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Esquema representativo da sociologia bourdieusiana



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

A abordagem metodológica de Bourdieu caracteriza-se pelo conhecimento praxiológico, que tem por objetivo estabelecer uma relação dialética entre as construções sociais que são incorporadas pelo indivíduo e da exteriorização dessas interpretações que o indivíduo socializado produz. Segundo Bourdieu (1983, p. 33), as sociedades são formadas da seguinte forma, “por um lado, instituições, que podem assumir a forma de coisas físicas – monumentos, livros, instrumentos etc.; e, por outro lado, disposições adquiridas, maneiras duradouras de ser ou de estar, encarnadas em corpos”.

Bourdieu define o método praxiológico da seguinte maneira:

O conhecimento que podemos chamar de praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade: este conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer um questionamento das questões de possibilidade e, por aí, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador, situando-se no próprio movimento de sua efetivação (BOURDIEU, 1994, p. 47).

Diante do exposto, o método praxiológico de Bourdieu utiliza a prática das ações humanas como instrumento para obter a compreensão do mundo social. No próximo item, discorre-se sobre os principais conceitos que compõem a teoria bourdieusiana.

2.3 A TRÍADE CONCEITUAL DA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA – CAMPO, *HABITUS* E CAPITAIS

A sociologia bourdieusiana possui em seu bojo três conceitos primários ou centrais – campo, *habitus* e capitais – que agregam outros secundários que não podem ser desprezados nem mesmo esquecidos, haja vista que complementam os centrais e possibilitam a investigação e compreensão do mundo social. Embora os conceitos se completem, faz-se necessário a compreensão destes de maneira individual e como eles se articulam. Iniciar-se-á essa compreensão pelo conceito de campo.

Para Bourdieu (1996), a sociedade deve ser discutida sob a luz de dois importantes conceitos, mundo social e espaço social. O mundo social é construído pelos agentes, conforme suas representações. Já o espaço social está atrelado as posições que os agentes ocupam em uma formação social na qual estão inseridos. Ainda segundo Bourdieu (1996) as relações entre o mundo social e o espaço social, caracterizam o que ele chama de macrocosmo, que é composto por leis específicas baseadas na subjetividade do contexto e na objetividade do texto.

A sociologia bourdieusiana não despreza a influência do macrocosmo no mundo social, entretanto, esses embates entre texto e contexto no ambiente mais macro organizam-se de maneira mais específica em um universo intermediário, definido como microcosmo, que é o próprio campo. Portanto, a análise micro de uma sociedade caracteriza-se pela ressignificação dos significados incorporados de acordo com a região que o agente se encontra, entretanto, não se pode deixar de considerar as regras do macrocosmo, pois, segundo Bourdieu (2004a) o microcosmo possui uma certa autonomia em relação ao macrocosmo, todavia, não escapa das imposições impostas por ele. A proposta de campo para Bourdieu é o que caracteriza sua sociologia como uma microssociologia.

Na construção do conceito de campo, Bourdieu (2004a) aborda duas polaridades, denominadas de texto e contexto, e destaca que entre as duas existe o que ele denomina de universo intermediário – um universo multidimensional, composto por agentes e instituições que o habita e o constrói, e se diferenciam por suas características próprias, conforme os seus capitais (BOURDIEU, 1996), onde acontecem as práticas sociais. O texto representa o conjunto de posições objetivas e estruturadas que os agentes ocupam, que são criadas pelo agente ou para eles. Já o contexto representa os significados que são incorporados pelos agentes conforme o

cenário social nos quais estão inseridos, bem como, representa a tentativa de compreender os interesses por algo e porque agem da forma que agem em situações que são expostos.

Os agentes para Bourdieu (1996, p. 42), são:

[...] sujeitos que atuam e que sabem, dotados de um senso prático [...], de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada.

Para Bourdieu (1983, p. 119) o campo pode ser definido como, “espaço estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (em parte determinadas por elas)”. A estrutura de um campo, se dá, pelo “estado da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se se preferir, da distribuição do capital específico que acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores” (BOURDIEU, 1983, p. 120).

Para Bourdieu (1996) os capitais representam uma forma de diferenciação e de demarcação territorial no espaço social, conforme ele explica em sua obra razões práticas:

O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação que, em sociedades mais desenvolvidas, como os Estado Unidos, o Japão ou a França, são, sem dúvida, os mais eficientes – o capital econômico e o capital cultural (BOURDIEU, 1996, p. 19).

Embora os capitais sejam foco de análise mais adiante nesse texto, faz necessário ressaltar que os capitais variam e se diferenciam de campo para campo, sendo que a sua movimentação ou acumulação é o que posiciona o agente dentro desse espaço social. Sendo este, composto por dominantes e dominados, conforme a quantidade e o peso relativo de capitais que são reconhecidos por esse campo. Portanto, “um capital não se define como tal, não funciona como tal, não traz ganhos a não ser num certo mercado” (BOURDIEU, 1983, p. 131).

Em sua obra “Sobre a Televisão”, Bourdieu resume o campo como:

[...] espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade que se exercem no interior deste espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças, Cada um, no interior deste universo, estabelece em sua concorrência com os outros a força (relativa)

que ele detém e que define sua posição dentro do campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p. 57).

Todo campo é um campo de poder, “um espaço de relações de forças entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente” (BOURDIEU, 1996, p. 52). Também é um campo social, na qual os agentes discutem e argumentam sobre esse campo. E por consequência é um campo de força, “cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças” (BOURDIEU, 1996, p. 50).

As lutas que ocorrem em um campo estão atreladas as relações entre os agentes que os constituem, isto é, entre os dominados e os dominantes. Os grupos dominantes buscam monopolizar o acesso aos capitais específicos desse campo mantendo-os no estado de autonomização, em contrapartida, os grupos dominados, isto é, os desprovidos de capitais, tendem a buscar uma ruptura, causando uma diferenciação no campo e aumentando a sua capacidade de agência.

Os campos que compõem o espaço social contam com agentes e instituições que: estão em lutas; seguem regras que constituem o espaço de jogo; visam se sobressair em relação as forças contrárias; e que jogam o jogo apropriando-se dos ganhos específicos que estão em jogo. Os dominantes do campo fazem com que os benefícios no qual esse funciona, sejam revertidos para eles, entretanto, precisam que os dominados possuam alguma resistência (BOURDIEU, 1983). Um campo onde os dominantes possuem meios de anular as resistências e a reações dos dominados, torna-se um aparelho, isto é, representa um estado patológico do campo (BOURDIEU, 1983).

Todo o campo desenvolve uma *doxa*, e os limites desse campo estão atrelados até o alcance dela, ou seja, até o ponto onde o discurso compartilhado dentro do campo pode alcançar. Bourdieu define a *doxa* como uma crença originária, na qual, “a crença prática não é um “estado de alma” ou, ainda menos, uma espécie de adesão decisória a um corpo de dogmas e de doutrinas instituídas (“as crenças”), mas, caso se permita a expressão, um estado de corpo” (BOURDIEU, 2009, p. 112).

Essa *doxa* é legitimada através da história reificada, pertencente aos grupos dominantes, haja vista que essa história já foi contada objetivada e

internalizada como “verdade” no campo. A história reificada é representada por quem legitima a *doxa* e que exerce uma ortodoxia. Já a história incorporada está intrinsecamente ligada a classe dominada, e tende a gerar uma heterodoxia, pois, vai contrapor essa “verdade” ortodoxa da classe dominante.

Toda a ação histórica “põe em presença dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios [...] e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*” (BOURDIEU, 2012, p. 82).

Outro conceito central na sociologia bourdieusina é o *habitus*, um antigo conceito aristotélico-tomista de *hexis*, que significa “[...] estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta os nossos sentimentos e desejos numa situação e, como tal, a nossa conduta” (WACQUANT, 2007, p. 65). Bourdieu repensou completamente esse conceito aristotélico e retrabalhou a noção de *habitus*, a partir de 1960, quando forja uma teoria disposicional da ação, na qual o sociólogo busca escapar das alternativas do estruturalismo sem sujeito e da filosofia do sujeito (BOURDIEU, 2004b).

A teoria de Bourdieu, segundo Wacquant (2007, p. 64) é capaz de:

[...] reintroduzir na antropologia estruturalista a capacidade inventiva dos agentes, sem com isso retroceder ao intelectualismo cartesiano que enviesa as abordagens subjetivas da conduta social, do behaviorismo ao interacionismo simbólico passando pela teoria da ação racional.

Bourdieu buscou evidenciar, por meio do *habitus*, ser contra o materialismo positivista, no qual os objetos de conhecimentos são construídos e não registrados, e contrário também, ao idealismo intelectualista, no qual afirmam que a construção do mundo social acontece por meio de “sistema de disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática e que é sempre orientado para funções práticas” (BOURDIEU, 2009, p. 86).

Buscando romper com essa dualidade objetivista e subjetivista, Bourdieu apresenta uma “atividade real como tal”, isto é:

[...] relação prática com o mundo, essa presença pré-ocupada e ativa no mundo pela qual o mundo impõe sua presença, com suas urgências, suas coisas por fazer ou por dizer, suas coisas feitas para serem ditas, que comandam diretamente os gestos ou as palavras sem jamais se revelar como um espetáculo (BOURDIEU, 2009, p. 86).

Na teoria prática da sociologia bourdieusiana, o *habitus* se constrói na prática, por isso é praxiológico, também está na realidade e é realista. Está nas relações do indivíduo com o espaço social na qual ele habita e faz com que através

dessas relações esse possa construir seu mundo social. Portanto, o *habitus* tem vida prática e está no campo, é a construção social da realidade e está naquilo que vivemos. É condicionante e é condicionador das nossas ações.

O *habitus* para Bourdieu (2009, p. 87) é definido como:

[...] sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.

Essas disposições não devem ser vistas como mecânicas e deterministas, mas sim como, plásticas e flexíveis, podendo ser também ser fortes ou fracas. São adquiridas por meio da interiorização das estruturas sociais, que possuem em seu bojo uma história individual e coletiva, que internalizada pelos indivíduos fazem com que eles se esqueçam que ela existe (BOURDIEU, 2009). O *habitus* conforma nossa forma de agir, no sentido corporal e material, e constitui o modo como percebemos, julgamos e valorizamos o mundo. É gerador de respostas mais ou menos adaptáveis ao que é exigido por um campo, “é o produto de toda a história individual, bem como, através das experiências coletiva da família e da classe” (BOURDIEU, 2004b, p. 131).

Produto da história, o *habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo (BOURDIEU, 2009, p. 90).

O *habitus* é a história incorporada de um indivíduo por meio de suas relações no espaço social que ele vive, é estruturado pelas estruturas que o compõem e é estruturante, na medida em que o indivíduo cria as suas percepções de mundo, na qual ele apreende o sentido desse mundo, no tocante aos códigos de linguagem, música, arte etc., e passa dominar saberes. Para Wacquant (2007, p. 66) é “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”.

Ou seja, o *habitus* é “um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo” (BOURDIEU, 1996, p. 144).

Completando a tríade da sociologia bourdieusiana, é válido retomar o conceito de capitais, que se apresenta de formas e tipos diferentes, e é por meio da acumulação destes, em sua forma materializada e incorporada por agentes ou grupos de agentes, que lhes permitem a utilização de seus benefícios em prol dos seus interesses (BOURDIEU, 2011).

O mundo social, segundo Bourdieu (2011), apresenta três tipos principais de capitais existentes, que são denominados pelo próprio sociólogo como, capital econômico, capital cultural e capital social. O primeiro pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade e está intrinsecamente ligado a conversibilidade em dinheiro. O segundo, que também pode ser convertido em capital econômico em algumas situações específicas, é institucionalizado nas formas de qualificação educacional, isto é, a quantidade de conhecimento adquirido. O capital social, por sua vez, que também pode ser convertido em capital econômico em situações específicas, é institucionalizado sob a forma de títulos de nobreza, e está atrelado as redes de relações do indivíduo em um determinado campo.

As formas de capitais, segundo Bourdieu (2012, p. 134) são:

O capital – que pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido – representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de um categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimento de ganhos.

Portanto, a posição de um determinado agente no espaço social na qual ele está inserido, pode ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, isto é, conforme a distribuição de poder que ele possui em cada campo que participa. Para Bourdieu (1996) o espaço social se configura de acordo com três dimensões: na primeira, conforme o volume de capital que o agente possui; na segunda conforme a estrutura desse capital, isto é, qual o peso que esse capital representa para esse espaço social; e na terceira conforme a evolução temporal do volume e da estrutura do capital desse agente.

Para Bourdieu (2011), o capital econômico é o cerne dos outros tipos de capitais, haja vista que, em determinados casos ele pode dar acesso imediato aos bens e serviços, entretanto, esses só podem ser conquistados em virtude de outros capitais que o agente possua, tais como capital social, cultural, informacional, político etc.

Os trabalhos de Bourdieu, na década de 1960, dão origem a noção de capital cultural, o sociólogo pesquisava uma possível relação entre o sucesso acadêmico obtido por uma criança e a sua classe social de origem, e tinha como objetivo romper com o senso comum que, o fracasso ou sucesso de uma criança é uma condição natural do ser humano (BOURDIEU, 2011).

Embora Bourdieu concordasse, parcialmente, com a visão economicista — o capital cultural depende do investimento educacional aplicado ao aluno, isto é, despesas pertinentes a escola e as referentes ao tempo de estudo do aluno — ele aponta que muito se esquece que para a aquisição do capital em questão, não basta somente o investimento monetário que custeiam as despesas, mas também, da transmissão doméstica do capital cultural. Portanto, a transferência doméstica de capital cultural não está baseada nas teorias economicistas, na qual, pauta-se somente na vertente de avaliação do investimento escolar a partir de uma produtividade nacional e que a transmissão da cultura traz para a reprodução da estrutura social (BOURDIEU, 2007).

A contrariedade de Bourdieu a essa vertente fica explícita em sua pesquisa sobre êxito escolar, no qual ele se propôs a analisar a relação pedagógica de comunicação e medir o seu rendimento, e afirma que é preciso abster-se de:

[...] considerar a origem social, com a primeira educação e a primeira experiência que lhe são solidárias, como um fator capaz de determinar diretamente as práticas, as atitudes e as opiniões em todos os momentos de uma biografia, já que as coerções ligadas à origem de classe só se exercem através dos sistemas particulares de fatos em que se atualizam segundo uma estrutura cada vez diferente (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 116).

Diante do exposto, a transmissão do capital cultural depende da posição social que a família possui, ou seja, qual a capacidade dela de proporcionar ao agente um tempo prolongado de estudos, que o propicie tempo livre para dedicar-se única e exclusivamente as demandas culturais, e que ao longo de sua existência ele possa acumular o máximo de capital cultural possível. Em outras palavras, a transmissão cultural por parte das famílias, está atrelada as condições financeiras e sociais que essa família ocupa no espaço social, possibilitando aos agentes pertencentes a elas, se sobressaírem sobre os agentes que não possuem as mesmas condições nem econômicas nem sociais.

Bourdieu e Passeron (2014, p. 52) definem o capital cultural como:

[...] bens culturais que são transmitidos pelas diferentes ações pedagógicas familiares e cujo valor enquanto capital cultural é função da distância entre o arbitrário cultural imposto pela ação pedagógica dominante e o arbitrário

cultural inculcado pela ação pedagógica familiar nos diferentes grupos ou classes.

Para melhor entendimento sobre o capital cultural, Bourdieu (1996) destacou a existência de três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado. No estado incorporado supõe-se um processo de interiorização da cultura pelo indivíduo (*habitus* primário). No objetivado, a cultura é transferível, podendo ser apropriada materialmente. E, no institucionalizado é um conjunto de títulos de educação que o indivíduo possui (por exemplo: diplomas, prêmios).

Outro capital principal apresentado pela sociologia bourdieusiana, é o capital social, assim como o capital cultural é fruto de uma necessidade de se identificar os fundamentos dos efeitos sociais. Isto é, se faz necessário compreender as conexões que os agentes do campo realizam para empreenderem lucros a partir da vinculação a determinados grupos, por exemplo, um grupo seletivo de autoridades civis, um grupo político, uma escola renomada e elitizada, uma família de renome que pertença ao espaço social do agente, entre outros.

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 2007, p. 67)

Portanto, o capital social adquirido está atrelado às relações que os agentes estabelecem no espaço social em que estão inseridos, no qual a associação aos grupos, apresentada anteriormente, permite aos participantes a acumulação de um capital coletivo, que deve ser conhecido por todos os integrantes e reconhecido pelos agentes externos a estes grupos. Outra forma de se obter capital social, é por meio de herança, quando o capital é repassado pela família, no qual o agente herdeiro precisa mantê-lo ou até mesmo, aumentar a acumulação.

Uma outra forma de capital que compõe a sociologia bourdieusiana, é o capital simbólico, definido como:

[...] uma propriedade qualquer – força física, riqueza, valor guerreiro – que, percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação que lhes permitem percebê-la, conhecê-la, se torna simbolicamente eficiente, como uma verdadeira força mágica: uma propriedade que, por responder às “expectativas coletivas”, socialmente constituídas, em relação às crenças, exerce uma espécie de ação à distância, sem contato físico (BOURDIEU, 1996, p. 170).

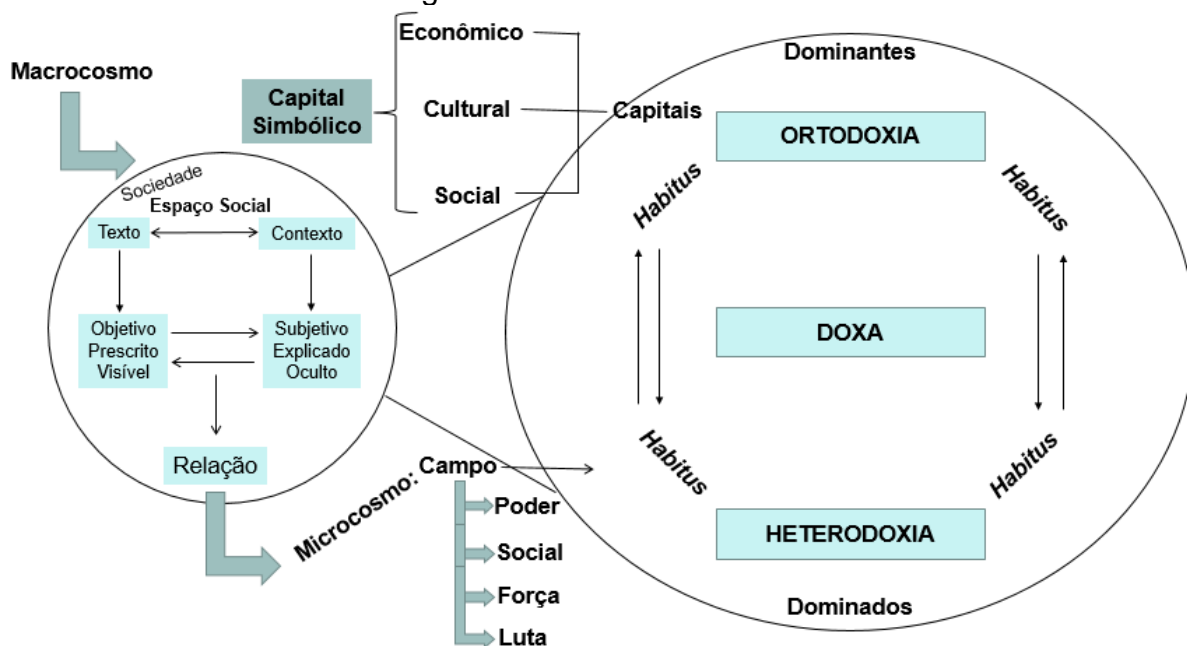
Para Bourdieu (1996, 2012), o capital simbólico só se torna simbólico quando reconhecido por meio de uma relação de crença atribuída ao desconhecido, ou seja, uma relação de desconhecimento de quem exerce o poder e a cumplicidade daqueles que obedecem sem colocar em questão a obediência. Logo, o simbólico torna-se um ato quase mágico. O capital simbólico geralmente está atrelado a movimentação ou ao acúmulo de demais capitais reconhecidos no campo.

A grande relevância no capital simbólico reside no fato de se tornar um poder, especificamente o mais importante no jogo de lutas do campo. O poder simbólico que tem a capacidade de orientar e alterar estruturas de visão, percepção e apreciação da realidade, uma vez que o poder simbólico é “com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2012, p.7-8). Nesse sentido, as ordenações simbólicas na organização e manutenção de um determinado campo estão sob o poder simbólico de agentes e estruturas desse espaço, que só se tornam dominantes porque o detém.

A eficácia dos capitais, sejam eles de qualquer propriedade, está atrelada a percepção dos agentes sociais para que “conheçam e reconheçam o que lhes é proposto, e creiam nisso, isto é, em certos casos, rendam-lhe obediência e submissão” (BOURDIEU, 1996, p. 170).

O presente tópico apresenta a tríade conceitual da sociologia bourdieusiana e alguns conceitos secundários que a engloba, conforme descritos na Figura 2.

Figura 2 – Tríade conceitual da sociologia bourdieusiana e suas relações com alguns conceitos secundários



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

2.4 A REPRODUÇÃO

O presente tópico tem o objetivo de descrever as proposições teóricas do livro 01 – “Fundamentos de uma teoria da violência simbólica” criadas por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron em sua obra denominada “A Reprodução” (2014), na qual os autores realizaram uma análise do sistema de ensino francês do final da década de 1960, “sistematizando e descrevendo os mecanismos pelos quais a violência simbólica é exercida pela instituição escolar e seus agentes que, em geral, ignoram que contribuem para legitimá-la socialmente” (BOURDIEU; PASSERON, 2014 p. 12). Após descrever os conceitos e as proposições, é apresentado um *framework* que descreve o “padrão” da reprodução no sistema de ensino francês.

Assim como Bourdieu e Passeron (2014), a presente pesquisa utiliza-se de convenções gráficas, conforme as apresentadas no quadro 1, com o intuito de lembrar aos leitores que os conceitos que as convenções designam compõem uma estenografia de sistemas de relações lógicas, que seria impossível enunciá-las por completo em todas as proposições.

Quadro 1 – Abreviações utilizados no Fundamentos de uma Teoria da Violência Simbólica

Abreviações	Conceitos
AP:	ação pedagógica
AuP:	autoridade pedagógica
TP:	trabalho pedagógico
AuE:	autoridade escolar
SE:	sistema de ensino
TE:	trabalho escolar

Fonte: Bourdieu e Passeron (2014, p. 23)

Vale ressaltar que o processo de convenções gráficas não foi utilizado para todos os conceitos “sistemáticos” que são utilizados no referido tópico (como por exemplo, arbitrário cultural, violência simbólica, capital cultural, *habitus*, modo de imposição e inculcação, legitimidade, entre outros), pois, buscou-se evitar uma leitura inútil e difícil.

Para Bourdieu e Passeron (2014), existem evidências que na sociedade de classes existe uma hierarquização, e que, a escola a expressa por meio de uma violência simbólica, conservando a reprodução de desigualdades que as constituem, favorecendo assim a reprodução social e cultural dominante. Os autores também defendem a ideia de que a escola não é neutra, mas sim dominada pela cultura da classe dominante, eles afirmam também que o processo de socialização é diferente em cada indivíduo e o que o forma como um ser social ao longo do tempo é um processo que vai construindo também as relações de aprendizagem. Assim os alunos não podem competir em condições igualitárias na escola devido a uma bagagem social e cultural totalmente diferentes.

Bourdieu e Passeron (2014) analisaram o fundamento de “reproduzir”, que consiste no mecanismo de conservação e reprodução das relações de força entre os dominados e dominantes numa estrutura de classes. Percebe-se que essa relação vai além da força econômica, ou do reducionismo econômico, uma vez que os sociólogos evidenciaram que, o capital cultural é repassado e inculcado permanentemente por meio de ações pedagógicas — visa reproduzir o arbitrário cultural dominante — nos indivíduos desde a educação familiar. Tais ações pedagógicas são reforçadas posteriormente pela educação escolar, como também em outros contextos sociais, corroborando com a reprodução de desigualdades entre os grupos ou as classes sociais, conservando as condições privilegiadas dos dominantes em relação aos dominados.

Logo, reflete o trabalho de inculcação desse arbitrário cultural, ou seja, o trabalho de inculcação é para gerar um *habitus* duradouro que, por meio dos agentes nos quais o *habitus* é inculcado, possa ser um reproduzidor do arbitrário cultural dominante (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Segundo Bourdieu e Passeron (2014, p. 45) o arbitrário cultural é:

Numa formação social determinada, a cultura legítima, isto é, a cultura dotada da legitimidade dominante, não é outra coisa que o arbitrário cultural dominante, na medida em que ele é desconhecido em sua verdade objetiva de arbitrário cultural e arbitrário cultural dominante.

Em uma formação social estabelecida, as instâncias que almejam de forma objetiva o exercício legitimado de um poder de imposição simbólico, necessitam entrar em relação de concorrência com grupos ou classes para reivindicarem o monopólio da legitimidade (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Portanto, essa concorrência se dá, pelo fato de a legitimidade ser indivisível, haja vista que,

[...] não há instância a legitimar as instâncias de legitimidade, porque as reivindicações de legitimidade retêm sua força relativa, em última análise, da força dos grupos ou classes da qual elas exprimem, direta ou indiretamente, os interesses materiais e simbólicos (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p.40).

Ou seja, as concorrências entre as instâncias se dão por meio da lógica específica do campo de legitimidade, sem que as relações de forças sejam excluídas através da autonomia do campo por parte de uma das instâncias (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Retomando o conceito de *habitus*, “como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da AP (Ação Pedagógica) e por isso de perpetuar nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 53). Logo, quanto maior essa inculcação e legitimação, menor a necessidade da coação física. Assim, o processo se realiza em legitimação que se dá por meio da dissimulação das condições sociais e culturais objetivas.

Os autores evidenciaram um ponto central da teoria do sistema de ensino, que é o sistema das relações entre o sistema de ensino e a estrutura das relações entre as classes. Então a sociedade de classes é dividida e, portanto, a escola vai expressar e construir essa de forma dividida de reprodução.

É preciso, pois construir o sistema das relações entre o sistema de ensino e os outros subsistemas, sem deixar de especificar essas relações por referência à estrutura das relações de classe, a fim de perceber que a autonomia relativa do sistema de ensino é sempre a contrapartida de uma dependência mais ou menos completamente oculta pela especificidade das

práticas e da ideologia permitidas por essa autonomia (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 232).

Dessa forma, a dimensão da violência simbólica está onde as relações de poder são um conjunto de referentes culturais, por exemplo, saberes, linguagens, normas, logo o arbitrário cultural. O termo de violência simbólica é compreendido e expressado como,

[...] a ruptura com todas as representações espontâneas e as concepções espontaneístas da ação pedagógica como ação não-violenta, seja imposto para significar a unidade teórica de todas as ações caracterizadas pelo duplo arbitrário da imposição simbólica (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p.18).

Para Bourdieu (1997), a violência simbólica é aquela que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem, bem como, com a frequência dos que as exercem, sem que ambos, inconscientemente saibam que a exerçam e que a sofram. Compreende-se o termo de violência simbólica, como mais expressamente a ruptura com todas as representações espontâneas e as concepções espontaneístas da AP como ação não-violenta. “Toda ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 26).

Nesse sentido, busca-se, na teoria da violência simbólica dos sociólogos, e em “A reprodução”, de Bourdieu e Passeron (2014), a explicação de como a reprodução social acontece nas instituições, no caso a escola, que se utilizam da AP para inculcar um arbitrário cultural dominante de maneira natural e legítima. E busca-se constatar a naturalização como fatores fundamentais que legitimam as relações no processo de reprodução social, sua própria superação pelo conhecimento das bases fundantes desse processo.

A AP gera um duplo arbitrário, e qualquer AP seja familiar, religiosa ou especificamente educacional constitui uma violência simbólica. Em um primeiro sentido, a AP executa a imposição e a inculcação do arbitrário cultural dominante, ou seja, legitima a cultura dominante, com o objetivo de formar um *habitus* de acordo com a cultura dominante. Não é uma simples comunicação, é o poder de violência simbólica por meio da comunicação, é uma relação de comunicação, isto é, da imposição (cultura dominante) e inculcação (educação) de um arbitrário cultural.

Dessa forma, “reduzir a relação de comunicação pedagógica a uma pura e simples relação de comunicação é abster-se de compreender as condições

sociais de sua eficácia propriamente simbólica e propriamente pedagógica” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 44).

Já num segundo sentido, a AP, além de delimitar a imposição e inculcação de certas significações que são convencionadas, “pela seleção e a exclusão que lhe é correlativa, como dignas de ser reproduzidas por uma AP, reproduz (no duplo sentido do termo) a seleção arbitrária que um grupo ou uma classe opera objetivamente em e por seu arbitrário cultural” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 29). Isto é, tomam a cultura dominante como verdade absoluta, mesmo não existindo princípios universais que a legitimem como dominante, e naturalizam condições sociais e significações na qual ela é produto, favorecendo a produção e a perpetuação (reprodução).

É assim que a amnésia da gênese que se exprime na ilusão ingênua do “sempre-assim”, assim como nos usos substancialistas da noção de inconsciente cultural, pode conduzir e eternizar e, com isso “naturalizar” as relações significantes que são produtos da história (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 30).

A cultura dominante, nesse caso, se utiliza do sistema educacional, a escola, que por meio da AP inculca um arbitrário cultural dominante de maneira natural e legítima. E como todo conceito de violência simbólica só o reconhecimento, ou desnaturalização, poderia anular seu poder de reprodução.

Bourdieu e Passeron (2014) evidenciaram que a AP é tanto mais eficaz quanto maior for o prestígio da instituição por ela mediada, bem como o reconhecimento da sua autoridade pedagógica (AuP) – instância legitimada, (escola, universidade) a exercer a AP — e a proximidade entre a cultura dominante e a cultura vivenciada pelo indivíduo na sua primeira educação. A ação pedagógica forma o *habitus* do indivíduo através de um (TP) trabalho pedagógico. Nas palavras de Bourdieu, a “ação pedagógica implica o trabalho pedagógico (TP) como trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável; isto é, um *habitus*” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 53).

Qualquer AP implica uma AuP, bem como, implica a devida autonomia atribuída a instância que a produz. Ou seja, quando é destinada a certos indivíduos ou instituições, as competências de ensinar e de ocultar o caráter arbitrário de sua posição, naturaliza a sua função e os conteúdos que transmite (ABRANTES, 2011). Logo, a ideia de uma AP que se exercesse sem AuP é sociologicamente inviável. Verifica-se que, frequentemente, os diversos agentes pedagógicos entram

em competição pela AuP, por exemplo, no interior de campos particulares. As tensões educativas, entre família e escola, ou entre diferentes correntes pedagógicas são casos paradigmáticos desta negociação permanente de mandatos pedagógicos limitado (ABRANTES, 2011).

Para Bourdieu e Passeron (2014), a AuP é sempre delegada, segundo condições e obrigações específicas, pelas classes dominantes, sendo legítima apenas na medida em que a cultura dominante reforça a ordem social. “Toda instância (agente ou instituição) que exerce uma AP não dispõe da AuP senão a título de mandatária dos grupos ou classe dos quais ela impõe o arbitrário cultural segundo um modo de imposição definido por esse arbitrário” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 46).

O conceito de AuP é importante, pois permite fugir à ilusão em creditar à pessoa do emissor a competência técnica ou a autoridade pessoal que é automaticamente conferida a todo emissor pedagógico pela posição que, garantida tradicionalmente ou institucionalmente, ele ocupa numa relação de comunicação pedagógica (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Importante destacar que os autores desassocia a pessoa da posição que ocupa. Assim, a autoridade não está em quem fala, mas na posição que ocupa. Na medida em que está investida de uma AuP, a AP tende a produzir o desconhecimento da verdade objetiva do arbitrário cultural. Pelo fato de que, reconhecida como instância legítima de imposição, ela tende a produzir o reconhecimento do arbitrário cultural que ela inculca como cultura legítima (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Entretanto, em uma formação social, o êxito diferencial da AP dominante segundo os grupos ou as classes é função dos *ethos*¹ pedagógico próprio a um grupo ou a uma classe. Isto é, do sistema das disposições relativo a essa AP. Por exemplo, o capital cultural, referente aos bens culturais que são transmitidos pelas diferentes AP familiares.

Retomando o conceito de capital cultural, que são,

[...] bens culturais que são transmitidos pelas diferentes ações pedagógicas familiares e cujo valor enquanto capital cultural é função da distância entre o arbitrário cultural imposto pela ação pedagógica dominante e o arbitrário cultural inculcado pela ação pedagógica familiar nos diferentes grupos ou classes (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 52).

¹ Indica, de maneira geral, os traços característicos de um grupo, do ponto de vista social e cultural, que o diferencia de outros. Seria assim, um valor de identidade social (ALVES, 2016, p. 125).

Ele é transmitido pela família por meio da experiência e da autoridade garantida aos pais, pelas estruturas sociais, de guiar o processo de socialização primária do indivíduo. Já o seu valor, segundo Bourdieu e Passeron (2014), difere em função da distância entre o arbitrário cultural imposto pela AP dominante e o arbitrário cultural inculcado nos grupos. Esse *ethos* próprio passa a interferir nas escolhas e vivências escolares. O sistema de ensino passa a formar e inculcar um *habitus* secundário — história incorporada pelo agente na sua socialização secundária — sobre o *habitus* primário — história incorporada pelo agente na sua socialização primária, não o substituindo totalmente, mas reforçando e reproduzindo suas condições sociais e criando estruturas objetivas duráveis (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Quando se fala em capital incorporado podemos definir um *habitus* primário. Logo esse *habitus* primário é adquirido na família, assim Bourdieu e Passeron (2014) vão dizer que se a escola, através do trabalho pedagógico, recusar essa prioridade, sua prática irá fazer a história escolar sem essa pré-história. Como visto, o TP como trabalho de inculcação deve durar o bastante para produzir uma formação durável capaz de perpetuar-se mesmo após a cessação da AP. Sendo produto das estruturas de poder, o TP é orientado para a formação de um *habitus*.

Então, inicialmente o *habitus* primário interfere de maneira direta nas relações dos sujeitos com o contexto educacional, podendo tornar-se um mediador de escolhas, sucessos ou insucessos na carreira escolar, dependendo do capital cultural familiar a ser transferido. Consequentemente, um *habitus* secundário começa a ser inculcado sobre o *habitus* primário, por meio do sistema de ensino, porém, não o substitui totalmente, mas acaba por reforçar as condições sociais e cria novas estruturas objetivas duráveis.

O sucesso de toda educação escolar, e mais geralmente, de todo trabalho pedagógico (TP) secundário, depende fundamentalmente da primeira educação que a precedeu, mesmo e sobretudo quando a Escola recusa essa prioridade em sua ideologia e em sua prática fazendo da história escolar uma história sem pré-história” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p.65).

Em sua teoria, Bourdieu leva em consideração o fato de que cada ser humano é submetido a um processo de socialização diferente, que o forma como um ser social. Ao longo do tempo esse processo vai construindo também as relações de aprendizagem que acabam por transformar a percepção e a maneira de agir de cada um. Por meio dessa vertente, pode-se afirmar que, a escola, na maioria das vezes, é

uma instituição parcial e que seleciona a partir de critérios objetivos. Logo, é impossível que exista uma democracia justa, sem a diversidade de pensamentos.

Bourdieu e Passeron (2014) atribuem à função ideológica do sistema escolar à sua aparente autonomia em relação às estruturas objetivas. Para os autores, o sistema escolar apresenta disfarces que impossibilitam os agentes de terem uma visão do quanto são dependentes e instrumentalizados em relação a estrutura objetiva. Portanto, o papel do sistema escolar é inculcar o arbitrário cultural de maneira legítima, atendendo os anseios da classe dominante. A produtividade específica do TP se mede objetivamente como produz seu efeito próprio de inculcação, isto é, seu efeito de reprodução (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Todo sistema de ensino institucionalizado (SE) deve as características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência e persistência (autoreprodução da instituição) são necessários tanto ao exercício de sua função própria de inculcação quanto a realização de sua função de reprodução de um arbitrário cultural do qual ele não é o produtor (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social) (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 76-77).

O sistema de ensino (SE), segundo Bourdieu e Passeron (2014), possui duas funções: produção e reprodução. Isto é, criar condições que lhe permita a reprodução de um arbitrário cultural dominante, do qual ele não é produtor, bem como, proporcionar condições internas que lhe permita auto existência e manutenção. O SE deve ser uma instituição “capaz de produzir as condições institucionais de produção de um *habitus*, ao mesmo tempo que o desconhecimento dessas condições” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 77).

Diante do exposto no parágrafo anterior, para que o SE cumpra seu duplo papel de reprodução (cultural e social), é necessário que ele produza e reproduza pelos meios próprios da instituição, “as condições de um TP capaz de reproduzir nos limites dos meios da instituição, isto é, continuamente, ao menor preço e em série, um *habitus* tão homogêneo e tão durável quanto possível, entre o maior número possível de destinatários legítimos” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 79), incluindo os reprodutores da própria instituição.

No tocante a sua função externa, evidencia-se a produção de um *habitus* que esteja o mais alinhado possível “aos princípios do arbitrário cultural que ele é destinado a reproduzir, as condições do exercício de um TP institucionalizado e da reprodução institucionais de um TP tendem a coincidir com as condições da

realização da função reprodução” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 79). Para os autores, isso ocorre devido a existência de um corpo permanente de agentes especializados, que detenham a capacidade de uma intercambialidade grande, permitindo assim um recrutamento contínuo, em número suficiente, e que sejam dotados de uma formação homogênea e de instrumentos homogeneizados e homogeneizantes, “que condicionam o exercício de um TP específico e regulamentado”, “isto é, de um trabalho escolar (TE), forma institucionalizada do TP secundário” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 79).

Segundo Bourdieu e Passeron (2014, p. 82):

[...] todo SE detém necessariamente o monopólio da produção dos agentes encarregados de reproduzi-lo, isto é, dos agentes dotados da formação durável que lhes permite exercer um TE que tende a reproduzir essa mesma formação entre novos reprodutores, e envolve por isso uma tendência à autorreprodução perfeita (inércia), exercida nos limites de sua autonomia relativa.

Para Bourdieu e Passeron (2014) o SE cria mecanismos em suas condições institucionais que não permitem que o agente venha a exercer um TE heterogêneo e heterodoxo, minimizando ao máximo as possíveis heresias individuais dos agentes nos instrumentos individuais (manuais, livros do mestre, comentários entre outros) nos quais o SE disponibiliza para manter a ortodoxia do TE. Para tanto, visa a codificação, homogeneização e sistematização da mensagem escolar, implantando assim uma cultura escolar “rotinizada”, pela e para a rotina do TE. Isto é, “por e para exercícios de repetição e de restituição que devem ser bastante estereotipados para que repetidores tão pouco insubstituíveis quanto possível possam fazê-los repetir indefinidamente” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 81).

Na medida em que dota todos os seus agentes de uma autoridade delegada, isto é, de uma autoridade escolar (AuE), forma institucionalizada da AuP, por uma delegação de dois graus que reproduz na instituição a delegação de autoridade a qual beneficia a instituição, o SE produz e reproduz as condições que são necessárias tanto ao exercício de uma AP institucionalizada como à realização de sua função externa de reprodução, já que a legitimidade de instituição dispensa os agentes da instituição de conquistar e de confirmar continuamente sua a AuP (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 85).

Logo, o SE legitima os agentes homogeneizados e homogeneizantes a reproduzirem o arbitrário cultural no qual eles incorporaram, por meio da inculcação de um *habitus*, bem como a si mesma, pois “a AuE está no princípio da ilusão – que acrescenta sua força de imposição às relações de força que exprime – de que a violência simbólica exercida por um SE não mantém nenhuma relação com as relações de força entre os grupos ou classes” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 88).

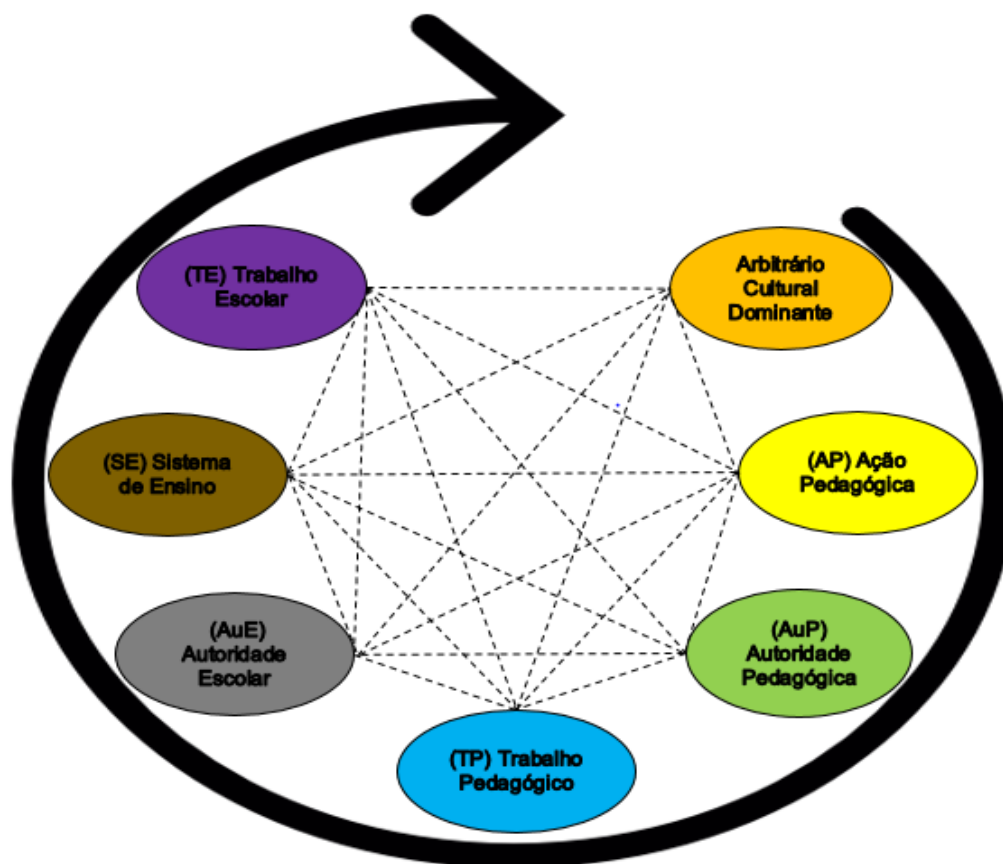
Portanto, mesmo sendo legitimada pela sociedade e partindo do princípio ilusório que possui uma autonomia em relação à estrutura de relação de classes, a escola acaba sendo o principal instrumento da reprodução de desigualdades sociais e culturais.

O capital cultural institucionalizado do SE, por meio da validade jurídica dos diplomas e formação de um corpo legítimo de especialistas, (re)produz as condições necessárias para uma AP institucionalizada e o controle permanente sobre o TP. A definição dos conteúdos e metodologias legítimas são formas de mascarar a violência simbólica, ou seja, um trabalho específico de naturalização dos arbitrários culturais, tornando-os verdades universais, necessidades de cada indivíduo como do bem comum, na medida em que serve os interesses das classes dominantes, ou seja, cumpre uma função externa de reprodução da ordem social (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Bourdieu e Passeron (2014) denunciaram os mecanismos pelos quais o sistema de ensino transforma as diferenças iniciais (resultado da transmissão familiar da herança cultural) em desigualdade de destino escolar. Ou seja, a escola, ao ignorar desigualdades culturais entre crianças de diferentes classes sociais, ao transmitir os conteúdos que opera, bem como seus métodos e técnicas e os critérios de avaliação que utiliza, favorece os mais favorecidos e desfavorece os mais desfavorecidos (CATANI, 2002).

Este tópico apresentou e explicou o sistema de reprodução do ensino francês na década de 1960, estudado por Bourdieu e Passeron na obra “A Reprodução”, e apresenta na sequência (Figura 3), um *framework* que demonstra as proposições utilizadas pelos autores, na qual serão utilizadas como metáforas para demonstrar o sistema de reprodução da sustentabilidade.

Figura 3 – *Framework* da Reprodução à luz da sociologia de Bourdieu e Passeron



1 - Cultura Legítima - Imposta sobre todos os agentes como única possível, correta e aceitável.

2 - Violência Simbólica em 2 Sentidos
 1º Imposição e inculcação de um arbitrário cultural dominante.
 2º Imposição e inculcação de certas significações, convencionadas, pela seleção e a exclusão.

3 - Instituição pedagógica (Agente ou Instituição) que legitima a AP (Ação Pedagógica) - a AP implica necessariamente como condição social de exercício a autoridade pedagógica (AuP) e a autonomia relativa da instância encarregada de exercê-la.

4 - Trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável.
 TP Primário (Educação Familiar).
 TP Secundário (Educação Escolar).

5 - Forma institucionalizada da AuP (Autoridade Pedagógica).

6 - Todo sistema de ensino institucionalizado (SE) deve as características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência e persistência (autorreprodução da instituição). São necessários tanto ao exercício de sua função própria de inculcação quanto a realização de sua função de reprodução de um arbitrário cultural do qual ele não é o produtor (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social).

7 - Forma institucionalizada do TP Secundário. Cultura escolar "rotinizada", "homogeneizada" e "homogeneizante".

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas contribuições de Bourdieu e Passeron (2014).

O *framework* não tem a intenção, nem mesmo a arbitrariedade de se propor a sequência dos conceitos e suas relações como algo obrigatório e determinístico. Utilizou-se esse critério de construção, respeitando a sequência de conceitos e proposições apresentadas pelos sociólogos na obra já mencionada.

A reprodução é uma construção social da realidade, que acontece por meio das relações dos agentes com as estruturas, isto é, quando os agentes acessam a realidade socialmente construída, a qual é representada por um conjunto de disposições objetivas e estruturadas (texto), e interiorizam os significados dessas disposições e os estruturam, formam seus *habitus* (contexto).

O processo de reprodução do capital cultural e das estruturas sociais, perpassam pela objetivação da cultura legítima em uma formação social, isto é, o arbitrário cultural dominante interiorizado pelos agentes, como único possível, verdadeiro e aceitável. Logo, o discurso dominante construído socialmente caracteriza a AuP como uma neutralizadora das desigualdades sociais, e, por meio dela, o indivíduo pode conseguir ascensão social a partir dos seus esforços e os que não conseguem, ou não se empenham como deveriam, ou não são inteligentes o suficiente.

Para que o processo de interiorização aconteça e que o agente venha a exteriorizar essa interiorização, a classe dominante utiliza-se da violência simbólica, por meio da AP em um duplo arbitrário. No primeiro sentido, a AP, busca inculcar o arbitrário cultural dominante de forma natural e legítima, sem que haja a necessidade de coerção física e que o agente seja um reproduzidor desse arbitrário inculcado. Já, no segundo sentido, busca institucionalizar a seletividade imposta pela AuP como algo natural e legítimo, travando discursos ou ideias de que o indivíduo não conseguiu a ascensão que gostaria por não ter competência ou mesmo aptidão, para uma determinada área do conhecimento.

Bourdieu e Passeron (2014) evidenciaram que a AP é tanto mais eficaz quanto maior for o prestígio da instituição por ela mediada, bem como o reconhecimento da sua autoridade pedagógica (AuP) – instância objetivada, (escola, universidade) a exercer a AP. O prestígio é oriundo da interiorização dos agentes e da exterioridade construída socialmente, que por meio de significados compartilhados, estrutura um *habitus* duradouro e legitimador do prestígio das AuP.

O TP, seja ele primário ou secundário, busca objetivar o discurso da classe dominante, no qual, a AuP é capaz de neutralizar as desigualdades sociais e a

falta de capital cultural – padrões de etiqueta, visitas a museus, acesso a obras de arte, concertos eruditos, entre outros – transmitido pelas famílias das classes dominantes no TP primário. Logo, os agentes interiorizam e institucionalizam a AuP, como uma instituição capaz de compensar as desigualdades sociais e a falta de capital cultural das classes dominadas por meio de seus conteúdos programáticos (TP secundário).

A AuE institucionalizou na personificação do professor, a AuP, portanto, faz dele ele também responsável pelo processo de reprodução do capital cultural e das desigualdades sociais. Ao passar com excelência pelo processo escolar acredita-se ser natural que um aluno não tenha conhecimento acerca de um determinado termo ou de uma obra de arte, tal como um quadro pintado por Vincent van Gogh. Para Bourdieu e Passeron (2014, p. 160) “o professor deve ser dotado pela instituição dos atributos simbólicos da autoridade ligada a seu cargo (a começar pela “farda do discurso” que é para o professor o que o avental ou o jaleco branco é para o cozinheiro”.

O professor interiorizou o ministrado por seus mestres, não se perguntando o porquê das escolas que ministram conteúdos valorizados e transmitidos pela cultura dominante e o reproduz, como algo normal e aceito.

O SE possui duas funções, a função de produção e a função de reprodução do capital cultural e das desigualdades sociais. A primeira, caracteriza-se por meio da perpetuação de conteúdos valorizados pelas classes dominantes e da utilização dos mesmos em testes de aptidões e seleções, como por exemplo vestibular. A segunda, está atrelada a reprodução de um arbitrário cultural dominante e das desigualdades sociais que ele gera, no qual, a escola ignora a existência de uma diferenciação de capital cultural entre os dominantes e os dominados, ocasionando desigualdades sociais e naturalização do expurgo dos indivíduos das classes dominadas do anseio escolar, institucionalizando esses indivíduos como incapazes ou que possuem pouco esforço para a ascensão no contexto escolar.

O TE, por fim, caracterizasse pela construção de conteúdos homogêneos e homogênzantes, capazes de promoverem a reprodução, até mesmo por novos professores, sem que ocorram heresias na aplicação individual desses conteúdos, mantendo a ortodoxia do arbitrário cultural dominante.

3 DA CRISE AMBIENTAL A SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL: CORRENTES IDEOLÓGICAS, POLÍTICAS E HISTÓRIA CONCEITUAL

O presente capítulo foi desenvolvido com o intuito de explanar e buscar maior compreensão sobre a crise ambiental e sua relação com o crescimento econômico e o neoliberalismo, bem como apresentar uma compreensão sobre os termos desenvolvimento sustentável e seu processo evolutivo, sustentabilidade e sustentabilidade organizacional. Para tanto, são destacados os conceitos dos termos propostos, bem como as suas diferenças. Inicialmente, são abordadas discussões a respeito da crise ambiental, do neoliberalismo e da mundialização e os impactos sociais, econômicos e ambientais que os dois últimos causaram até o presente momento. Em seguida é apresentada a origem histórica do conceito de desenvolvimento sustentável, descrição e conceito de sustentabilidade e a sustentabilidade no contexto das organizações.

3.1 CRISE AMBIENTAL E O NEOLIBERALISMO

A humanidade é composta por sociedades que possuem uma organização econômica, que, por meio de seus contextos históricos implantam determinadas modalidades de produção, de distribuição, de troca e consumo dos produtos (FOLADORI, 2001). O sistema capitalista, implantado em quase todas as economias mundiais, segundo Goldblatt (1996, p. 58) “deu origem a uma concepção cultural de um mundo natural, fornecedor de produtos ou potenciais produtos, sem qualquer sentido de limitação ou restrição”.

Concomitante ao sistema econômico, implantado pela maioria das sociedades mundiais, surge um outro fator preponderante para a crise ambiental: o industrialismo. O qual, com práticas capitalistas que visam o aumento da produção, acumulação de capital e o crescimento econômico das organizações e das nações, possibilitam o aumento qualitativo e quantitativo da degradação ambiental por meio do uso inadequado e exacerbado dos recursos naturais (GOLDBLATT, 1996).

Para Leff (2001, p. 22) “a problemática ambiental surge nas últimas décadas do século XX como o sinal mais eloquente da crise da racionalidade econômica que conduziu o processo de modernização”. Racionalidade esta,

legitimada por uma verdade absoluta de uma teoria econômica de produção e consumo, que passou a dominar o paradigma organicista dos processos da vida, e legitimou as ações que baniram a natureza da esfera da produção. Essa situação ocasionou processos que geraram destruição ecológica e degradação ambiental, proporcionando uma falsa ideia de progresso da civilização moderna (LEFF, 2001). Portanto, “a crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza” (LEFF, 2001, p. 15).

Na maior parte dos últimos cem anos, o meio ambiente tem sido visto amplamente como externo à humanidade, principalmente no que diz respeito ao uso e exploração. No contexto que envolve a ideia preservação, por sua vez, o cerne da humanidade são algumas áreas específicas que recebem destaque, como parques e florestas (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Logo, segundo Leff (2001, p. 17) “a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza”.

Os debates teóricos e políticos que permeiam a crise ambiental tornaram-se evidentes entre os anos de 1960 e 1970, quando uma crise econômica de ordem mundial fez com que o idílico mercado cambaleasse. Este fato coincidiu com uma preocupação generalizada sobre os graves problemas ambientais, que afligiram as sociedades mundiais (FOLADORI, 2001), tais como: o “Grande Nevoeiro” (*Big Smoke*) na Inglaterra, em 1952, quando gases tóxicos, oriundos da queima de carvão cobriram a cidade de Londres por quatro dias, culminando com a morte de milhares de londrinos (GOLDEMBERG; BARBOSA, 2004); e o derramamento de óleo em Santa Barbara – Califórnia, nos Estados Unidos em 1969 (DAVIS; MASTEN, 2016). Os desastres, forçaram mudanças na legislação dos respectivos países, restringindo o uso de combustíveis poluentes, restringindo a poluição atmosférica na Inglaterra e incentivando a Lei de Política Ambiental Nacional, proposta pelo Governo dos Estados Unidos, que demonstrava a preocupação com o ambiente natural e a água.

Diante do exposto, evidencia-se “os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade” (LEFF, 2001, p. 16). Portanto, o progresso técnico já não seria mais capaz de suprir as necessidades de recursos naturais, então as bases da produção

começam a ser questionadas, e a construção de um futuro possível seria pautado nos “limites da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos e na criatividade humana” (LEFF, 2001, p. 17).

Os problemas ambientais do orbe, tornavam-se cada vez mais complexos, e era iminente o colapso ecológico se o crescimento econômico não fosse diminuído. Entretanto, as políticas governamentais preconizavam o estancamento ou a mitigação da crise econômica, que assolava principalmente os países do terceiro mundo, mais precisamente os da América Latina, e concomitante a elas exauriam uma possível racionalidade (ambiental), que fosse capaz de construir bases éticas e produtivas de um desenvolvimento alternativo em relação ao instaurado, isto é, a crise ambiental (LEFF, 2001).

As políticas de recuperação econômica, de diversos países, pautaram-se em programas neoliberais, que, afirmavam a inexistência de um paralelo entre ambiente e crescimento econômico. Ademais apresentavam o mercado como o melhor organizador da produção e encarregado de substituir, de maneira vantajosa, qualquer planejamento racional da economia, no tocante a alocação de recursos (FOLADORI, 2001).

O neoliberalismo tem sua origem nos governos de Ronald Reagan (EUA em 1980) e no de Margaret Thatcher (Reino Unido em 1979). Sua ideologia, possui dois conceitos chaves, que são: “o livre mercado” e “o livre comércio” (HARRIS; SEID, 2000). A presente corrente considera que o triunfo do capitalismo é o êxito do mercado, e que a desregulamentação pública, proporciona ao mercado, por meio de grandes corporações, a capacidade de trazer prosperidade, democracia, tecnologias ambientalmente benéficas as sociedades na quais elas atuam, respeitando a humanidade (HARRIS; SEID, 2000).

Contrariando as expectativas de mercados competitivos e prosperidade geral, “o capitalismo cria um sistema econômico baseado em monopólios e oligopólios que servem a poucos às custas de muitos” (HARRIS; SEID, 2000, p. 5, tradução nossa), no qual, a concentração e centralização do acúmulo de riquezas, nas mãos de um número relativamente pequeno de empresas e indivíduos, contribuem para o aumento das desigualdades sociais, econômicas e políticas dos países em desenvolvimento.

Resultante de uma natureza voraz inerente ao sistema capitalista, os agentes e forças que o compõem, buscaram uma integração cada vez maior das

economias mundiais em um único sistema econômico global, esse processo é mundialmente chamado de globalização (HARRIS; SEID, 2000). Com isso, as empresas capitalistas em sua busca incessante de acumulação de riquezas, motivaram-se a estender o capitalismo para todo o orbe terrestre, destruindo toda e qualquer barreira que as viesse a impedir esse processo.

Conseqüentemente, o sistema econômico global é atualmente dominado por corporações transnacionais, que comandam, pilotam e impulsionam a geopolítica global, bem como, o processo de globalização econômica (HARRIS; SEID, 2000), e, possuem apoio e proteção de uma série de instituições intergovernamentais internacionais, sendo as mais importantes, o FMI – (Fundo Monetário Internacional ou *International Monetary Fund*), o Banco Mundial e a OMC (Organização Mundial do Comércio ou *World Trade Organization*), que regulam o comércio internacional e suas finanças. Aliadas aos governos dos principais países capitalistas, denominados de Grupo dos Sete (G7), as transnacionais, se caracterizam como os principais atores do sistema econômico global contemporâneo (BOURDIEU, 1998; HARRIS; SEID, 2000).

O mercado financeiro mundial é dominado por certas economias, ou mais precisamente, pelos países mais ricos, que detêm o poder de definição da maioria das regras do jogo, e por meio da redução do arcabouço jurídico e aperfeiçoamento dos meios de comunicação contemporâneo, tornou-se em um mercado financeiro unificado, porém, não homogêneo (BOURDIEU, 1998). Logo, essa unificação do mercado financeiro, dominado por uma pequena parcela de nações, acarretou a redução de autonomia dos mercados financeiros nacionais (BOURDIEU, 1998).

Destarte, segundo Bourdieu (1998), a globalização não pode ser explicada como homogênea, pois é evidente o domínio de um pequeno número de nações ricas, sobre as demais praças financeiras nacionais. Com a redução da autonomia, o mercado financeiro nacional sofre restrições na manipulação de suas taxas de câmbio e de juros, que invariavelmente são determinadas pelas nações dominantes, “cuja moeda é utilizada como moeda internacional de reserva e que, com isso, dispõe, no interior desses mercados financeiros, de uma grande margem de liberdade” (BOURDIEU, 1998, p. 33).

De forma análoga, o neoliberalismo pode ser compreendido como um colonialismo contemporâneo, no qual o centro euro-americano representa as metrópoles. Os países subordinados a esses centros são denominados de colônias

modernizadas, e a diferença está na ausência de uma dominação territorial, como era característico no colonialismo (BORIM-DE-SOUZA; SEGATTO, 2015).

Embora no neoliberalismo não exista mais uma autoridade jurídica de forma direta, uma liberdade comercial de exploração de recursos naturais, sem que haja o consentimento do país explorado e uma mão de obra que não possui mais um compromisso religioso declarado (BORIM-DE-SOUZA; SEGATTO, 2015), como era característico no colonialismo, questiona-se: o que faz com que os países que não fazem parte desse centro euro-americano continuem a ser colônias?

A resposta encontra-se no que Bourdieu (1998) denominou como “mundialização” e Thrift (2005) denominou como “circuito cultural do capitalismo”, que Borim-de-Souza e Segatto (2015, p. 361) descreveram como:

[...] o poder que o sistema capitalista tem em tornar suas teorias e descrições do mundo efetivas, por meio de estratégias de produção prescritivas e proposicionais que ofereçam às sociedades novas máquinas e novos corpos, os quais são simultaneamente disseminados e aceitos por um discurso assumido como legítimo.

O processo de “mundialização” descrito por Bourdieu (1998), vai além da globalização financeira, ele envolve também: a colonização do *habitus* dos países simbolicamente dominados pelos países desenvolvidos; as ações físicas que eram inerentes à colonização, agora substituídas por uma violência simbólica responsável pela imposição e reprodução da cultura dominante do centro euro-americano. Logo, a busca por dispositivos culturais de controle, que possam ser modificados constantemente, torna-se o fator preponderante para o neoliberalismo.

A revolução neoliberalista “constitui como normas de todas as práticas, logo como regras ideais, as regularidades reais do mundo econômico entregue à sua lógica, a alegada lei do mercado, isto é, a lei do mais forte” (BOURDIEU, 1998, p. 31). É o retorno triunfal de uma espécie de capitalismo radical, mas racionalizado, cuja função é a busca da eficiência econômica por meio da introdução de modernas formas de dominação, “como o *management*, e de técnicas de manipulação, como a pesquisa de mercado, o marketing, a publicidade comercial (BOURDIEU, 1998, p. 31).

Portanto, a ideologia neoliberal é compreendida como:

[...] um aprimoramento do sistema capitalista sobre o Estado Democrático Liberal e sobre o Estado Democrático Social, e que tem como propósito reduzir a função social e priorizar a função gerencial do Estado ao transformar o nacionalismo, o socialismo e o ambientalismo como objetivos subordinados ao liberalismo (BORIM-DE-SOUZA; SEGATTO, 2015, p. 361).

Retomando o contexto da crise ambiental, o neoliberalismo preconiza o favorecimento das empresas transnacionais instaladas em países de terceiro mundo, que se apropriam de recursos genéticos alegando direitos de propriedades intelectuais, ou até mesmo explorando a mão de obra mais barata desses países, aumentando assim seu lucro e, conseqüentemente, a degradação ambiental dos países subdesenvolvidos.

Para a proposta neoliberal teríamos que atribuir direitos de propriedades e preços aos bens e serviços da natureza para que as clarividentes leis do mercado se encarreguem de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais, a fim de alcançar um desenvolvimento sustentável com equidade e justiça (LEFF, 2001, p. 22).

Portanto, o discurso *mainstream*, está incumbido da promoção de um crescimento econômico sustentável, desviando de maneira artilosa as condições ecológicas e termodinâmicas que apresentam limites e condições para a apropriação e transformação capitalista da natureza (LEFF, 2001).

Na concepção de desenvolvimento neoliberal, a preservação do meio ambiental natural torna-se secundário, pois, a prioridade é a preservação do desenvolvimento econômico capitalista, que de maneira dissimulada, alega a proteção do meio ambiente natural por meio de melhorias no exercício da gestão dos recursos naturais (HARRIS; SEID, 2000).

A crise ambiental externalizou o uso indevido dos recursos naturais, pelas sociedades, buscou propor reflexões sobre a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo que marcaram os limites do crescimento econômico orientado pelo livre mercado (LEFF, 2001). Ademais a crise trouxe aos debates econômicos, políticos e sociais a busca por soluções para os impactos causados no ambiente por essas sociedades.

O crescimento econômico, promovidos pela ideologia neoliberal, bem como a degradação do meio do meio ambiente e da “mundialização” de um arbitrário cultural dominante, apresentados nessa seção, permeiam as discussões dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, que são discutidos na próxima seção.

3.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE

As discussões teóricas e políticas acerca da crise ambiental tiveram início no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970. No contexto literário, os relatórios e publicações que foram divulgados pelo Clube de Roma – que envolveu 30 pesquisadores, entre eles, economistas, educadores e cientistas, de dez nacionalidades diferentes — tinham o intuito de buscar uma compreensão dos impactos causados pelo homem em relação ao meio ambiente e as possíveis formas de revertê-los. O relatório com maior significância foi o denominado “Os limites do crescimento” de 1972, que obteve uma difusão e uma repercussão significativa, contribuindo de maneira fundamental para a definição dos debates sobre o meio ambiente em ciclos além dos tradicionais e sobre formas de como instalá-lo na esfera política (PIERRI, 2001).

Para Mebratu (1998) a crise ambiental enfrentada pela humanidade está concentrada em duas variações extremamente polarizadas: de um lado a escola dos limites de crescimento; e do os otimistas tecnocratas/economistas, que são contrários as questões das restrições ambientais.

A corrente que se pauta nos estudos acerca dos limites de crescimento possui uma visão ecocêntrica, na qual a crise ambiental é entendida como os limites físicos, como algo absoluto e a qual tem como proposta central limitar a utilização dos recursos, conseqüentemente estagnar o crescimento econômico e populacional propondo o que ficou denominado como crescimento zero, proposto pelo “Clube de Roma” (PIERRI, 2001). Estes posicionamentos visam dramatizar as questões de restrições ambientais, projetando-se para um confronto drástico e até o colapso.

Na outra extremidade, encontram-se os que argumentam que as limitações de recursos podem ser superadas ao custo relativamente pequeno, desde que sejam implantadas políticas corretas, geralmente as orientadas pelos mercados. Essa corrente se baseia no Relatório Mundial do Banco Mundial, que propõe uma liberação comercial, com a finalidade de fomentar uma maior eficiência e produtividade, incentivando o crescimento industrial com menor índice de poluentes e a propagação de tecnologias mais limpas (MEBRATU, 1998). Em suma, o Banco Mundial preconiza o crescimento econômico por meio de uma agenda neoliberal, na qual o desenvolvimento é capaz de reduzir a pobreza e conseqüentemente a degradação ambiental.

As correntes apresentadas, fazem parte de uma das três fases que descrevem a origem histórica do conceito de desenvolvimento sustentável, que somada as fases das crenças e tradições religiosas — nas quais os seres humanos e não humanos são dependentes do ar, da Terra, da água e de outros seres vivos para a sua sobrevivência, e que a religião é uma agente da degradação ambiental, tal como é responsável pela sua conservação (MEBRATU, 1998) —, as fases da economia política, e a escala da organização - que segundo Borim-de-Souza (2010, p. 27), “baseiam-se em uma política econômica libertária que se distingue de um socialismo ortodoxo e do próprio capitalismo ao insistir que as organizações de escala devem ser tratadas como um problema independente e primário” – caracterizam-se pelo período pré-Estocolmo do conceito de desenvolvimento sustentável (MEBRATU, 1998).

Outro momento decisivo nas discussões acerca da crise ambiental, é a conferência sobre o Ambiente Humano, realizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em Estocolmo (Suécia, 1972), pautada nas diferentes formas de compreender e assumir os problemas que permeavam os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. A literatura reconhece a conferência em Estocolmo, que contou com representantes de 113 países, como um marco de antes e um depois na problematização política acerca da crise ambiental, uma vez que o tema foi introduzido na arena política internacional, buscando conciliar os objetivos tradicionais de desenvolvimento com a proteção da natureza, e atender os anseios dos países da comunidade internacional (PIERRI, 2001).

Os marcos históricos apresentados anteriormente juntaram-se ao relatório proposto pela então Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) ou *World Commission on Environment and Development* (WCED), criada em 1983 na sessão XXXVII da ONU, na qual os membros não trabalhavam mais para seus governos e sim a nível individual e independente (PIERRI, 2001).

A comissão apresentada acima, cria em 1987 o conceito de “desenvolvimento sustentável”, publicado no documento que ficou conhecido como *Nosso Futuro Comum* ou Relatório de *Brundtland* (*Our Common Future* ou *The Brundtland Report*) que assim o define: “atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 54, tradução nossa). O termo foi utilizado de forma ampla, porém, desde sua criação sofre críticas por falta de clareza. O Relatório de

Brundtland reforça a tese de que a humanidade, representa uma sociedade de subsistência industrializada ou rural, que depende da segurança e da existência básica do meio ambiente (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Segundo Mebratu (1998), os dois marcos históricos formam o segundo período da origem histórica do conceito de desenvolvimento sustentável, que foi denominado de Estocolmo até WCED.

Após a publicação do Relatório de *Brundtland*, o termo “desenvolvimento sustentável”, tornou-se um “*slogan*” de desenvolvimento, haja vista que, embora o termo possua uma aclamada imprecisão e ambiguidade foi utilizado por uma parcela significativa de organizações governamentais e não governamentais, que o adotaram como o novo paradigma de desenvolvimento (LÉLÉ, 1991). A falta de consenso sobre o significado do termo, contudo, perdura até os dias atuais e, constantemente, é confundido com o termo “sustentabilidade”.

O último, e não menos importante, período histórico do desenvolvimento sustentável é a era pós-WCED, no qual o termo desenvolvimento sustentável começou a ser debatido por lideranças mundiais, ONG's, instituições governamentais e não governamentais em conferências da ONU.

Ainda sobre o último período histórico, vale ressaltar a Conferência Rio 92, também organizada pela WCED, que possuía em seu bojo a implantação global do desenvolvimento sustentável por meio de compromissos legalmente estabelecidos entre governos, que visavam a identificação de termos e recursos financeiros para a implementação das estratégias definidas (PIERRI, 2001). A conferência Rio 92 aprovou, através de seus membros, cinco documentos: a “Declaração do Rio sobre o meio ambiente”; a “Agenda XXI”; a “Convenção-Quadro sobre alterações climáticas”; a “Convenção sobre a diversidade biológica”; e a “Declaração de princípios sobre a gestão, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas (PIERRI, 2001).

Em 1997, no Japão, os países integrantes da ONU, constituíram um tratado complementar a Convenção-Quadro das Nações Unidas, redigindo e assinando o protocolo de Kyoto, que tinha como objetivo a redução da emissão de gases causadores do efeito estufa e o eminente aquecimento global, oriundos dos problemas ambientais causados pelo consumo e desenvolvimento industrial em vigor no planeta. Entretanto, esse tratado só entrou em vigor no ano de 2005.

Baseando-se nas grandes conferências e encontros da ONU da década, em setembro de 2000 os líderes mundiais reúnem-se na sede da entidade, para adotarem a Declaração do Milênio, na qual as nações se comprometem a reduzir a pobreza extrema, através de uma nova parceria global, em uma série de oito objetivos – reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde das gestantes, combate à fome, pobreza, analfabetismo, doenças, degradação ambiental e discriminação contra as mulheres – que tornaram-se conhecidos mundialmente como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (ONU, 2020).

Outras duas conferências foram realizadas pela ONU, a Rio + 10 em Johannesburgo no ano 2002 e a Rio + 20 no Rio de Janeiro no ano 2012. A Rio + 10 aconteceu com o intuito de reunir os países para realizar uma coordenação e revisão pertinentes, que pudessem analisar os progressos alcançados com a implantação da “Agenda XXI”, criada na Rio 92. Dessa maneira, o encontro serviu para a renovação dos compromissos políticos assumidos no intuito de alcançar o desenvolvimento sustentável. Segundo Guimarães e Fontoura (2012) a Rio + 20 também visava a reafirmação dos compromissos políticos com o desenvolvimento sustentável assumidos anteriormente nas principais cúpulas passadas, que faziam menção ao tema, tais como: Rio 92 e Rio + 10.

Em 2015, a Cúpula das Nações Unidas lança um novo relatório denominado: “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, no qual propõe a transição dos ODM para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram criados sobre um legado dos ODM e realizarão o que estes não o fizeram. Os ODS “são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (ONU, 2015, p. 1).

Os termos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade”, são carregados de inúmeras definições que podem fazer com que eles se tornem somente mais um termo ou um “slogan” a ser utilizado para legitimar determinadas práticas políticas e econômicas (LÉLÉ, 1991). Diante da eminente falta de consenso sobre o significado dos termos e a constante utilização equivocada deles, faz-se necessário a conceituação do termo sustentável, que segundo Feil e Schreiber (2017, p. 673) é um

[...] alicerce, uma espécie de “guarda-chuva”, que apoia ou abrange a ideia de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, tendo como base a preocupação com a existência futura de recursos naturais para viabilizar a continuação da vida humana.

No tocante ao desenvolvimento sustentável, Lélé (1991, p. 609, tradução nossa) afirma que, “é um processo de mudança direcionada”. Portanto, as definições de desenvolvimento sustentável incorporam os objetivos deste processo e os meios para atingi-los. Entretanto, uma distinção entre objetivos e meios não é realizada na argumentação do desenvolvimento sustentável, tornando a sua interpretação como um simples processo de mudança que pode ser continuado infinitamente (LÉLÉ, 1991).

O desenvolvimento sustentável pode ser conceituado como uma estratégia utilizada em longo prazo para melhorar a qualidade de vida (bem-estar) da sociedade. Essa estratégia deve integrar aspectos ambientais, sociais e econômicos, em especial considerando as limitações ambientais, devido ao acesso aos recursos naturais de forma contínua e perpétua (FEIL; SCHREIBER, 2017, p. 676).

No instante que ocorre a junção da economia com a ecologia, o desenvolvimento sustentável é definido como um meio para o progresso humano, e é aceito como um objetivo, por meio de uma abordagem integrativa e inclusiva para as gerações atuais e futuras. Já quando existe a somatória da perspectiva ecológica com a social, o desenvolvimento sustentável assume o papel de um fenômeno processual e é entendido como um discurso que integra conhecimentos, filosofias e ferramentas de mensuração altamente eficazes (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009).

Em relação a uma organização, portanto, o desenvolvimento sustentável é tanto um objetivo quanto um processo, ou seja, representa uma meta maior constituída de metas menores a serem alcançadas em prazos específicos. Se o desenvolvimento sustentável, enquanto objetivo, relaciona economia e ecologia e, enquanto processo, interliga ecologia e sociedade, enquanto ação organizacional exige a vinculação entre economia, ecologia e sociedade (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009, p. 194).

Segundo Osorio, Lobato e Castillo (2005, p. 507, tradução nossa) “uma primeira análise do conceito de sustentabilidade dividiu-o em ‘normativo’ e ‘positivo’. O primeiro refere-se a ‘o que deveria ser’ e o segundo a ‘o que realmente é’”. “A sustentabilidade positiva trabalha com análises científicas a respeito do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, todas elas baseadas nos choques entre a economia e a ecologia” (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009, p. 193). Entretanto, ainda não se obteve um acordo sobre “o que deve ser sustentado”. Em contrapartida, a sustentabilidade normativa refere-se a uma postura conceitual institucional, que envolve acordos e propostas genéricas que permeiam o marco conceitual do desenvolvimento sustentável, oriundo das conferências realizadas pela ONU desde Estocolmo (1972) (OSORIO; LOBATO; CASTILLO, 2005).

Segundo Jiménez Herrero (2000) é importante que se torne nítido que o conceito de sustentabilidade, tal qual conhecemos, é uma adaptação da noção usada no domínio agrobiológico, independente do seu caráter positivo ou normativo. Portanto, no contexto agrobiológico, a definição usual é a capacidade de um sistema manter-se produtivo, mesmo com as adversidades inerentes.

Posteriormente o conceito de sustentabilidade sofreu uma ampliação, para que fosse possível a inclusão de todos os sistemas, adquirindo um caráter ecológico-preservacionista. Entretanto, essa fase foi superada, e chegou-se a um domínio ambiental, no qual os critérios econômicos, sociais e culturais foram inseridos gradativamente (OSORIO; LOBATO; CASTILLO, 2005).

Para Lélé (1991), o conceito de sustentabilidade teve sua origem no contexto de recursos renováveis, como florestas ou pescas, e conseqüentemente foi abarcado como um amplo “slogan” pelo movimento ambientalista. Ainda segundo o autor, a sustentabilidade possui três pilares predominantes que constituem o seu significado: literal, ecológico e social.

O significado literal está atrelado a continuação do nada (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009). Já o pilar ecológico, caracteriza-se pela existência das condições de uma base ecológica, que possa sustentar a vida humana em um nível específico de bem-estar das gerações atuais e futuras. O terceiro pilar, o social, caracteriza-se a partir da capacidade de manutenção dos valores sociais desejados, tais como, tradições, instituições, culturas e outras características sociais (OSORIO; LOBATO; CASTILLO, 2005).

A sustentabilidade é um termo que expressa a preocupação com a qualidade de um sistema que diz respeito à integração indissociável (ambiental e humano), e avalia suas propriedades e características, abrangendo os aspectos ambientais, sociais e econômicos (FEIL; SCHREIBER, 2017, p. 674).

Observa-se que, embora os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável sejam disseminados como similares, ambos conceitos não combinam com o pano de fundo filosófico e ideológico subjacente a cada um deles e, portanto, os conceitos se diferem. Entende-se que, enquanto o desenvolvimento sustentável busca manter um estado de equilíbrio dinâmico a longo prazo, através de processos integrativos, a sustentabilidade refere-se à manutenção de um estado contínuo (OSORIO; LOBATO; CASTILLO, 2005).

A discrepância entre os dois conceitos, refere-se as maneiras como os objetivos finais são perseguidos, haja vista que, a sustentabilidade representa um argumento indiscutível, pois, qualquer que seja o objetivo, ele deve ser conjugado com o equilíbrio no uso e nos gastos de recursos naturais. Portanto, a busca de uma sustentabilidade ambiental, pode ser considerada como parte integrante desse alvo final. Já o desenvolvimento sustentável, como apresentado anteriormente, contempla os mesmos objetivos da sustentabilidade e concomitantemente busca o equilíbrio social, cultural e econômico (OSORIO; LOBATO; CASTILLO, 2005).

A sustentabilidade, portanto, pode ser considerada como ideia central do desenvolvimento sustentável, haja vista que, a origem, o caráter espacial e temporal e os contextos ou sistemas de referência integram-se na busca por um processo de desenvolvimento (OSORIO; LOBATO; CASTILLO, 2005).

Feil e Schreiber (2017, p. 676) acrescentam que, “a sustentabilidade consiste e uma meta ou parâmetro (objetivo final) definido por meio de critérios científicos, que mensura e acompanha os resultados gerados pela utilização de estratégias do desenvolvimento sustentável”.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o alcance do desenvolvimento sustentável se torna possível, por meio das ações objetivas propostas pela sustentabilidade. Pois, ao levar em consideração cada meta organizacional como um objetivo final, que tem o intuito de buscar um equilíbrio sistêmico, pode-se considerar cada uma delas está relacionada à sustentabilidade (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009).

Considerando que, o desenvolvimento sustentável é composto por outras sustentabilidades, dentre elas, a sustentabilidade organizacional (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009), a conciliação dos indivíduos, organizações e ambiente, abarca a compreensão que permeia as dinâmicas espaciais e temporais respeitando a resiliência ou a capacidade de carga do planeta (STARIK; KANASHIRO, 2013). As empresas, segundo Van Marrewijk (2003), permitem uma triangulação entre elas, a Sociedade Civil e o Estado, pois, as organizações geram receitas por meio da cooperação e competição de mercado, a Sociedade Civil, por sua vez, efetua o processo de estruturação e modelação por meio de ações participativas e coletivas, já o Estado, é responsável pela criação da manutenção por meio da legislação.

Analisando o conceito de desenvolvimento sustentável, em sua essência, verifica-se a imposição de restrições distributivas às organizações no que

diz respeito à distribuição de recursos, bem como a de benefícios e encargos (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). No tocante a sustentabilidade, se faz necessário o entendimento e a aceitação da interconexão sistêmica, sendo relevante a compreensão de que as organizações tanto causam impactos como são impactadas pelas mudanças climáticas, avanço populacional, escassez de recursos hídricos e aumento da pobreza (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Portanto, as organizações de cunho empresarial estão constantemente enfrentando variações nos estilos de condução dos negócios, compreendendo que estão imersas em um contexto social e ecológico interconectado (STEAD; STEAD, 1994).

3.3 SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL

Os sistemas industriais e os prestadores de serviços causam e determinam os fluxos de materiais e energia na sociedade. Embora a indústria seja invariavelmente vista como uma fonte de degradação e esgotamento de recursos naturais, também deve-se reconhecer que ela é uma parte importante no desenvolvimento e na geração de riqueza. Portanto, adquiriram um papel social relevante, e devem exercer esse papel na identificação e implementação de variadas ações que garantam um futuro sustentável (AZAPAGIC; PERDAN, 2000).

Para Van Marrewijk e Werre (2003), em matéria de sustentabilidade a escolha da ambição e abordagem específicas devem ficar sob responsabilidade de cada organização, delineando objetivos e intenções que estejam alinhados com a estratégia, e que propicie uma resposta apropriada às circunstâncias na qual a organização opera. A diferenciação nas definições que abrangem a sustentabilidade corporativa, pode auxiliar a organização no encontro do caminho adequado, ou seja, que estejam relacionados com o mercado no qual atua e com os propósitos de existência da organização.

Mediante essa contextualização, nota-se que no debate global, a sustentabilidade tem como objetivo final satisfazer as necessidades contínuas dos seres humanos. Já no que tange o contexto que abarcam os níveis dos negócios, a sustentabilidade organizacional é definida como

[...] atender às necessidades das partes interessadas diretas e indiretas de uma empresa (como acionistas, funcionários, clientes, grupos de pressão, comunidades etc.), sem comprometer sua capacidade de atender às

necessidades futuras das partes interessadas (DYLLICK; HOCKERTS, 2002, p. 131, tradução nossa).

Para que obtenham êxito, as empresas necessitam manter e ampliar suas bases de capital econômico, social e ambiental, contribuindo para o alcance da sustentabilidade no nível macro (DYLLICK; HOCKERTS, 2002). Portanto, segundo Van Marrewijk (2003) e Van Marrewijk e Werre (2003), a sustentabilidade organizacional está relacionada com a criação de valor, sistemas de produção, capital humano e gestão ambiental.

Os debates que remetem a sustentabilidade organizacional têm início, de forma mais enfática no final da década de 90, haja vista que, as discussões que permeavam as quatro décadas anteriores, abordavam o crescimento econômico vivenciado até então e a degradação ambiental oriunda desse crescimento. A crença antes de 1970, era de que os recursos naturais seriam inesgotáveis, assim sendo, não afetariam as organizações e suas lógicas de negócios, mantendo intactos os seus processos produtivos.

Embora os debates mais incisivos tenham ocorrido no final da década de 90, as organizações não ficaram as margens da discussão e acabaram sendo afetadas, uma vez que, segundo Vildåsen, Keitsch e Fet (2017), entre as décadas de 1960 e 1970, o foco das discussões eram as regulamentações e a formação de novas agências governamentais, que as realizavam, forçando as organizações a cumprirem legalmente as normativas impostas e concentrar-se nos aspectos técnicos. Com o advento das exigências legais, a percepção das organizações era que as restrições ambientais reduziriam suas vantagens competitivas, entretanto, estavam dispostas a pagarem esse “custo” para que o progresso material ocorresse (BANSI, 2013; GALLELI-DIAS, 2013).

Segundo Vildåsen, Keitsch e Fet (2017), entre as décadas de 1980 e 1990, as questões ambientais tornaram-se, uma preocupação estratégica para os negócios, uma vez que, as organizações precisavam lidar com dois princípios, a prevenção da poluição e a administração de produtos. Utilizando-se da Visão Baseada em Recursos Naturais (NRBV - *Natural Resource Based View*), advinda da teoria de Stuart L. Hart, os autores citados acima, afirmaram que as empresas ao criar esse alinhamento com os princípios citados, poderiam melhorar sua posição competitiva e concomitantemente assegurar valores ecológicos.

A década citada anteriormente, isto é, entre 1980 e 1990, também foi marcada por um contexto social de pressão e encorajamento, pela sociedade para com as empresas, pois, as empresas se viram obrigadas a adotar posicionamentos estratégicos que estivessem alinhados aos objetivos do desenvolvimento sustentável. Os consumidores, reforçando a necessidade desse posicionamento empresarial, começaram a exigir um posicionamento ambientalmente e socialmente correto. Portanto, “as empresas agem não apenas por racionalidades econômicas, mas também por pressões institucionais” (BANSAL, 2002, p. 127, tradução nossa), entende-se como instituições os governos e partes interessadas, que caracterizam as instituições formais, já as instituições informais são representadas por normas e mentalidade (BANSAL, 2002).

Vale ressaltar que, a Rio 92 (Cúpula da Terra), foi o marco para os debates entre políticos, líderes empresariais e organizações governamentais e não governamentais acerca do desenvolvimento sustentável, visto que, no entendimento destes, a resolução dos problemas que envolvem o ambiente, as questões sociais e os aspectos econômicos estão atrelados com os desdobramentos da Agenda 21 (DYLLICK; HOCKERTS, 2002).

Para Bansal (2002, p. 127, tradução nossa), “depois que um problema é institucionalizado, os atores sociais – incluindo o governo, agências sem fins lucrativos e a comunidade, também as empresas, valorizam o assunto com firmeza”. Isto é, após a ONU apresentar os princípios norteadores para um desenvolvimento sustentável, instituições governamentais ou não, criaram certificações, indicadores, normas e regulamentações, com o intuito de institucionalizar o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade.

Diante do exposto, se faz necessário a apresentação dos principais índices de sustentabilidade, normas e regulamentações de crédito e relatórios, criados após o processo de institucionalização proposto pela ONU, que permitem as empresas demonstrarem suas práticas sustentáveis. .

O primeiro princípio a ser apresentado é, o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD - *World Business Council For Sustainable Development*), criado em 1995, por líderes empresariais de multinacionais que se demonstravam preocupados frente aos desafios da sustentabilidade que emergiram da consciência coletiva dos negócios (WBCSD, 2020). O foco do conselho é a adaptação das empresas frente aos desafios do

desenvolvimento sustentável, e como elas poderiam contribuir para alcançá-lo. Da mesma forma o conselho buscou o entendimento de que as responsabilidades empresariais não se limitam apenas a obtenção do lucro, mas também dizem respeito ao cuidado com o planeta e com as pessoas.

No território brasileiro, o WBCSD, possui um representante, o CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), uma instituição sem fins lucrativos, criada por empresários brasileiros em 1997, que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável por meio de articulações junto as instituições governamentais e a sociedade civil. Outra função dessa instituição consiste em divulgar os conceitos e práticas que permeiam o tema na atualidade (CEBDS, 2017). Sua missão é expressa da seguinte forma, “conduzir a transformação prática de setores, mercados, empresas e profissionais, aliando os negócios e a sociedade para um país sustentável” (CEBDS, 2017, p. 19).

Em 1996, a Organização Internacional de Padronização (ISO - *International Organization for Standardization*) cria a certificação ISO 14001, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento sustentável, exigindo o desenvolvimento e implantação de um sistema de gerenciamento por parte das empresas, que vise a redução contínua dos impactos ambientais provocados por elas (BANSAL, 2002). A referida certificação “possui um potencial significativo para avançar a agenda de desenvolvimento sustentável, porque traduz a noção social de desenvolvimento sustentável para o nível da empresa e legitima os aspectos ambientais das operações da empresa” (BANSAL, 2002, p. 125, tradução nossa).

No ano seguinte, 1998, um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada criou o Ethos – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cuja missão “é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável” (INSTITUTO ETHOS, 2020). O instituto se caracteriza pela troca de experiências e conhecimento entre as empresas e pelo desenvolvimento de ferramentas que propicie uma análise gerencial de suas práticas de gestão, assim como, o aprofundamento de seus compromissos com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável (INSTITUTO ETHOS, 2020).

Em 1999 é lançado o primeiro *benchmark* de sustentabilidade global, o Índice de Sustentabilidade da Dow Jones (DJSI – *Dow Jones Sustainability Index*).

Este é indexado a bolsa de valores de Nova Iorque e tem como objetivo o acompanhamento de desempenho das empresas no âmbito mundial, nas variáveis que permeiam os critérios ambientais, econômicos e sociais, transmitindo aos investidores a segurança que seus portfólios de investimentos estejam atrelados a empresas que possuem práticas sustentáveis.

Em 2002, a Corporação Financeira Internacional (IFC – *International Finance Corporation*), braço financeiro do Banco Mundial, em parceria com o ABN *Amro Bank*, de origem holandesa, implanta, por meio de um encontro de executivos do mais alto escalão do mundo corporativo, os Princípios do Equador, na qual buscava-se a implantação de regras na política de concessão de crédito dos bancos. O objetivo era assegurar a sustentabilidade, considerando as questões de impactos sociais, equilíbrio ambiental e a prevenção de acidentes no percurso do empreendimento, bem como a redução dos riscos com a inadimplência.

Concomitantemente, é publicada a primeira versão do *Global Reporting Initiative* (GRI), caracterizada como uma organização de contexto internacional que tem o intuito de ajudar empresas, governos e outras instituições na compreensão e comunicação do impacto dos negócios em questões críticas de sustentabilidade (GRI, 2020). Os relatórios de sustentabilidade GRI permitem as organizações relatarem, através de indicadores dispostos em módulos inter-relacionados, as melhores práticas referentes aos impactos econômicos, ambientais e sociais que permeiam os negócios (GRI, 2020). Segundo informações da própria entidade reguladora do relatório GRI, aproximadamente 90% das consideradas maiores organizações do mundo utilizam relatórios de sustentabilidade como meio de comunicação de suas atividades, e demonstração da relação destas com a sustentabilidade (GRI, 2020).

Assim como, a bolsa de valores Nova-Iorquina (Dow Jones), a bolsa de valores do Estado de São Paulo (B3), criou seu índice de sustentabilidade, que é denominado ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial). Este foi o primeiro da América Latina, e é definido como uma ferramenta que visa propiciar ao mercado de ações uma forma de analisar de maneira comparativa a performance das empresas listadas na B3 (Bolsa de Valores do Estado de São Paulo). Essa análise, no que se refere ao aspecto da sustentabilidade corporativa e responsabilidade social, é baseada na eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.

O índice teve início em 2005, e foi financiado inicialmente pela *International Finance Corporation* (IFC), ramo do setor privado do Banco Mundial, que tem sua estrutura metodológica sob responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces). Este surgiu com o intuito de criar um ambiente de investimento que estivesse alinhado com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e intuía-se também no desenvolvimento de um estímulo da responsabilidade ética das corporações. (MARCONDES; BARCARJI, 2010).

O termo sustentabilidade tornou-se um mantra para o século XXI, haja vista que ele representa uma promessa de evolução social que caminha para um mundo mais justo e com maior riqueza, no qual o ambiente natural, bem como nossas conquistas culturais, são preservadas para as gerações futuras (DYLLICK; HOCKERTS, 2002).

Segundo Hahn *et al.* (2015), a sustentabilidade organizacional emerge da representatividade das organizações em relação ao tema sustentabilidade, partindo do princípio de que o crescimento econômico e a lucratividade são relevantes para o mundo dos negócios. Entretanto, exige-se também um compromisso por parte das organizações para com os objetivos que permeiam o desenvolvimento sustentável, isto é, justiça social, proteção ambiental e equidade. Destarte, “a sustentabilidade corporativa refere-se a um conjunto de preocupações econômicas, ambientais e sociais sistematicamente interconectadas e interdependentes em diferentes níveis que as empresas devem abordar simultaneamente” (HAHN *et al.*, 2015, p. 299, tradução nossa).

Os estudos de Dyllick e Hockerts (2002) apontam para três elementos-chave, no tocante a composição da sustentabilidade organizacional, são eles: integração dos aspectos econômicos, ambientais e sociais em um “Tríplice Resultado” (TBL – *Triple Bottom Line*); integração dos aspectos de curto e longo prazo e o consumo da renda ao invés do capital. Portanto, para que as empresas possam alcançar a sustentabilidade a longo prazo, se faz necessário o gerenciamento dos capitais econômicos, ambiental e social (DYLLICK; HOCKERTS, 2002). Os três tipos de capitais, conforme destacam os autores citados, possuem propriedades e abordagens diferentes, e se relacionam às diferentes sustentabilidades no contexto organizacional, isto é, sustentabilidade econômica, ambiental e social.

A sustentabilidade econômica está atrelada ao gerenciamento dos capitais econômicos de uma empresa, que se dividem em capital financeiro, tangível e intangível, garantindo a elas um fluxo de caixa suficiente que lhes propicie liquidez quando necessário, e de forma concomitante, produza retornos perenes e acima da média para seus acionistas (DYLLICK; HOCKERTS, 2002).

Uma empresa que preconize a sustentabilidade ambiental, impreterivelmente, usar-se-á, somente recursos naturais que possuam taxas abaixo da reprodução natural ou taxas compatíveis ao desenvolvimento de substitutos, e esses, não podem acumular emissões a um nível tão alto, no qual a capacidade do sistema natural não possa absorver essas emissões. Portanto, as empresas ambientalmente sustentáveis, não estão envolvidas em ações que visam a degradação dos serviços do ecossistema (DYLLICK; HOCKERTS, 2002).

No tocante a sustentabilidade social, as empresas visam a realização de ações que possam gerar valor às comunidades onde elas possuem suas operações, ampliando o capital humano dos seus parceiros de negócio e promovendo o capital social da comunidade. O capital humano está relacionado ao desenvolvimento de aspectos como: habilidades, motivação e lealdade dos parceiros de negócios. Já o capital social, inclui a qualidade dos serviços públicos, um bom sistema educacional, infraestrutura e uma cultura de apoio ao processo empreendedor (DYLLICK; HOCKERTS, 2002).

Os estudos de John Elkington (TBL), e seu enfoque nas dimensões econômica, social e ambiental, foram disseminadas de forma maciça no contexto empresarial, no qual, buscava-se o desenvolvimento de estratégias que tivessem consonância com a sustentabilidade. Segundo o autor, isso só seria possível por meio de mudanças na linha das três dimensões. Entretanto, o TBL tornou-se uma ferramenta de contabilidade usada pelas empresas, ao contrário do que imaginava o autor em seu propósito original, isto é, quando imaginava uma modificação em um sistema capitalista (ELKINGTON, 2018).

Portanto, a sustentabilidade organizacional, tem no âmbito econômico, o seu princípio norteador, revelando o que está enraizado na economia neoclássica (BANSAL, 2002). Assim sendo, está atrelada a ideologia da sustentabilidade fraca, na qual a criação de valor financeiro está relacionada à otimização de fatores de entrada, tais como: recursos naturais e capacidades humana (VILDÅSEN; KEITSCH; FET, 2017). Segundo Bansal (2002, p. 124) “a

sustentabilidade implica vantagem competitiva sustentável, não desenvolvimento sustentável”.

O presente tópico e as proposições apresentadas, ao serem relacionadas com as categorias de análise da reprodução propostas por Bourdieu e Passeron, permitiram a construção a posteriori do *framework* da reprodução da sustentabilidade.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscando uma melhor compreensão do leitor acerca do que se propôs a pesquisa, esse capítulo expõe as escolhas metodológicas para a pesquisa. A principal função dessas descrições é conferir cientificidade ao trabalho, garantindo lisura aos critérios como, validade, confiabilidade e aplicabilidade dos métodos na referida pesquisa. A estrutura das escolhas metodológicas está disposta da seguinte forma: classificação geral da pesquisa; estratégia de pesquisa; unidade de análise; orientações temáticas; acesso às informações na realidade e análise das informações.

4.1 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

O modelo teórico não proporciona a exibição de todos os signos que podem ser reconhecidos na “grande teoria”, ao não fazer menção a uma realidade empírica qualquer (BOURDIEU, 1996). Ao se posicionar contrário ao intuicionismo, Bourdieu manteve-se ao lado do objetivismo e declarou-se preocupado com a compreensão da lógica das práticas, rompendo com a experiência primeira. Entretanto, era necessário também, “compreender a lógica específica dessa forma de “compreensão”. Na sequência afirmou que, “a teoria é espetáculo, que não pode se contemplar senão a partir de um ponto de vista situado fora do palco onde se passa a ação” (BOURDIEU, 2009, p. 30).

Para Bourdieu (1996, p. 14), “as noções de espaço social, de espaço simbólico ou de classe social não são, nunca, examinadas em si mesmas e por si mesmas; são utilizadas e postas à prova em uma pesquisa inseparavelmente teórica e empírica”. Portanto, teoria e empiria são consideradas imprescindíveis para a compreensão das práticas enquanto produtos de construção social.

Destarte, esta pesquisa se classifica como teórica-empírica, e está no intermediário, entre os aspectos objetivos e subjetivos, e tem o intuito de responder a seguinte problemática: como acontece a reprodução da sustentabilidade a partir de narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A.? Para obtenção da resposta, optou-se por uma pesquisa de natureza aplicada de cunho qualitativo, por meio da qual os objetivos foram analisados a partir de uma perspectiva descritiva.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, haja vista que, buscou soluções de problemas específicos por meio de seus achados, tais como, compreender como são construídos os padrões de reprodução da sustentabilidade, como eles são incorporados pelos agentes e estruturas, e reproduzidos sem que percebam que os façam. Ademais, estes padrões de reprodução envolvem verdades e interesses locais e geram conhecimentos que podem ser aplicados na prática (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Para Merriam (2009) o foco dos pesquisadores qualitativos está no entendimento dos significados que as pessoas constroem. Denzin e Lincoln (2006, p. 3, tradução nossa) afirmam que, os “pesquisadores qualitativos estudam as coisas em seus ambientes naturais, tentando compreender ou interpretar fenômenos em termos de significados que as pessoas trazem para eles”.

Essa pesquisa tem uma abordagem qualitativa, pois, por meio de metáforas construídas a partir da sociologia bourdieusiana, visa descrever a reprodução da sustentabilidade a partir de narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A. Isto é, como a história factual acerca da sustentabilidade foi construída socialmente e quais os padrões reprodutivos são utilizados para a interiorização e reprodução dessas disposições, vistas como únicas e possíveis performando um *habitus* duradouro.

Segundo Flick (2014) a abordagem qualitativa apresenta relevância no que se refere aos estudos das relações sociais. Portanto essa escolha, justificou-se pelo fato de se poder analisar, em profundidade e através das relações, como são construídos os padrões reprodutivos sobre a sustentabilidade e como eles são incorporados por agentes e estruturas no que se refere a Samarco Minerações S.A.

A análise dos objetivos deu-se do ponto de vista descritivo, uma vez que, a abordagem qualitativa também envolve a descrição. Segundo Eisenhardt e Graebner (2007, p. 28) “a pesquisa qualitativa é altamente descritiva, enfatiza a construção social da realidade e concentra-se em revelar como a teoria existente opera em exemplos específicos”.

4.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Para a construção do caminho a ser seguido pelo pesquisador, para ir ao encontro de seu objeto de investigação, é necessário a construção de suas estratégias. Portanto, essa pesquisa conta com dois tipos de estratégias para a construção desse caminho, uma a nível teórico e outra a nível empírico. A análise bibliográfica representa a estratégia a nível teórico, o estudo de caso, por sua vez, foi escolhido enquanto estratégia de nível empírico.

A estratégia de nível teórico justifica-se pela necessidade de o pesquisador conhecer as formas como o fenômeno a ser investigado empiricamente vem sendo trabalhado pela teoria. No caso desta pesquisa, os principais resultados estão dispostos no arcabouço teórico desenvolvido anteriormente.

No que se refere à estratégia de nível empírico, se faz necessário a compreensão não somente do objeto ou da prática em si, mas também, do contexto no qual ela está e ocorre (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2015). A presente pesquisa, portanto, escolheu como estratégia empírica o estudo de caso, que é definido como:

[...] investigação detalhada de uma ou mais organizações ou grupo dentro de uma organização, com vistas a prover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo. O fenômeno não está isolado de seu contexto (como nas pesquisas de laboratório), já que o interesse do pesquisador é justamente essa relação entre o fenômeno e seu contexto (HARTLEY, 1995, p. 208).

Com o estudo de caso, buscou-se identificar os padrões reprodutivos da sustentabilidade em um contexto específico, isto é, o ecocídio ocorrido na cidade de Mariana – MG que envolveu a empresa Samarco Minerações S.A., construídos à luz das metáforas propostas pela estratégia teórica.

Merriam (2009, p. 54, tradução nossa) destaca que, os estudos de caso “podem ser definidos em termos do processo de condução da investigação (ou seja, como estudo de caso), o sistema ou unidade de análise selecionada para estudo (ou seja, o caso) ou o produto, o relatório final de uma investigação de caso”. Portanto, um estudo de caso representa uma descrição e análise aprofundada de um sistema (MERRIAM, 2009, p. 40, tradução nossa).

Os estudos de casos qualitativos, especificamente, também podem ser definidos por suas características, tais como particular, descritivo e heurístico (MERRIAM, 2009). Particular, haja vista que o caso em si é relevante por revelar

características importantes sobre determinado fenômeno e o que este pode representar. Descritivo, pois atenta-se ao objetivo de apresentar uma descrição rica e densa do fenômeno estudado. Heurístico, pois propicia novas descobertas por meio de contribuições teórico-empíricas na qual o pesquisador pode estender a experiência ou confirmar o que é conhecido (MERRIAM, 2009).

Assim como descrito por Merriam (2009), o objeto de estudo de um estudo de caso deve ser limitado, para que não incorra inferências de respostas universalistas ao estudo, logo, a presente pesquisa não possui o interesse em obter resultados que possam ser generalizados.

Mediante reflexões metodológicas, destaca-se que o estudo de caso está delineado nos próximos tópicos, onde foram abordadas a unidade de análise, a forma como os dados foram alcançados e como se realizou a análise desses dados.

4.3 UNIDADE DE ANÁLISE

Após a classificação dessa pesquisa como natureza aplicada, qualitativa e descritiva, na qual a estratégia de nível teórico é a análise bibliográfica e de nível empírico é o estudo de caso, faz necessário a compreensão do local a ser investigado. A presente pesquisa conta com os objetivos específicos de: identificar e avaliar os padrões reprodutivos da sustentabilidade em uma organização específica, por meio de uma perspectiva metafórica da reprodução proposta por Bourdieu e Passeron (2014); descrever o conceito de sustentabilidade reproduzido por essa organização. Logo, optou-se por analisar uma empresa que se envolveu em crimes ambientais recentes no território brasileiro.

A escolha da empresa Samarco Minerações S.A., motivou-se pelo envolvimento da mesma no ecocídio de Mariana - MG em 2015. Embora não exista uma tipificação clara acerca do que pode ser considerado ecocídio, a presente pesquisa adotou o conceito de Gordilho e Ravazzano (2017, p. 688) no qual os autores definem o conceito como uma “ofensa massiva ao meio ambiente capaz de provocar a morte de animais ou vegetais, ou por tornar inapropriado o uso das águas, o solo, subsolo e/ou o ar, e ocasionando também graves danos à vida humana”.

No que se refere ao ecocídio praticado em 2015, a Samarco Minerações S.A., se viu envolta em um desastre ambiental jamais presenciado em

todo território nacional. O rompimento da barragem de Fundão, na cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais resultou em diversos impactos.

Uma vez definida a organização que permeou as análises da presente pesquisa, faz-se necessário a apresentação das orientações temáticas, na qual os dados foram apresentados e analisados.

4.4 ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS

A fundamentação teórica se apoia em duas meta-categorias, a sociologia bourdieusiana, por meio da reprodução e a sustentabilidade. Neste sentido, a análise bourdieusiana é pautada na obra “A Reprodução” (2014), na qual os sociólogos estudam o sistema de ensino francês na década de 1960 (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Esta foi utilizada metaforicamente para a construção da reprodução da sustentabilidade.

Utiliza-se, neste caso, a metaforização, uma vez que as metáforas servem

[...] para gerar uma imagem para o estudo de um objeto. Essa imagem pode ser o fundamento para a pesquisa científica detalhada que se baseia em tentativas de descobrir até que ponto as características da metáfora são encontradas no objeto de investigação (MORGAN, 2007, p.19).

Logo, os teóricos organizacionais reconhecem que “observar as organizações sob a ótica de novas metáforas torna possível entendê-las de novas maneiras” (MORGAN, 2007, p. 23).

Considerando as afirmativas de Morgan (2007), a presente pesquisa buscou semelhanças e interações entre as proposições utilizadas por Bourdieu e Passeron (2014) no que se refere à reprodução no sistema de ensino francês e a reprodução da sustentabilidade da Samarco Minerações S.A. Enquanto objeto de estudo, entende-se o intuito de a organização gerar um novo sentido para a reprodução da sustentabilidade no contexto organizacional.

As principais proposições que Bourdieu e Passeron (2014) utilizaram para a construção da reprodução, foram: Arbitrário Cultural, AP (Ação Pedagógica), AuP (Autoridade Pedagógica), TP (Trabalho Pedagógico), AuE (Autoridade Escolar), SE (Sistema de Ensino) e o TE (Trabalho Escolar).

No tocante à sustentabilidade, buscou-se construir essas proposições, metaforicamente, partindo dos contextos que permearam o antes, o

durante e o depois do ecocídio de Mariana (MG). Dessa maneira, o objetivo de identificar e avaliar os padrões de reprodução da sustentabilidade identificadas à luz da construção metafórica proposta, levou à elaboração de um *framework* que pode descrever esses padrões metaforizados. Bourdieu e Passeron (2014) analisaram o fundamento de “reproduzir”, e explicaram essa prática enquanto em mecanismo de conservação e reprodução das relações de força entre os dominados e dominantes numa estrutura de classes.

No contexto da sustentabilidade, muito se discute se uma empresa é ou não sustentável, e quais práticas sustentáveis elas devem ter para que sejam consideradas como tal. As organizações demonstram suas práticas sustentáveis por meio dos seus relatórios de GRI, sites institucionais e campanhas publicitárias que divulgam as possíveis ações sustentáveis realizadas. Mas, comumente, visam, invariavelmente, ingressar em índices de sustentabilidade, que através de critérios estabelecidos por eles, “legitimam” ou não, se uma organização pratica ações sustentáveis.

O conceito norteador do trabalho, no que diz respeito à sustentabilidade, é o proposto por Feil e Schreiber (2017, p. 674), no qual afirmar que:

A sustentabilidade é um termo que expressa a preocupação com a qualidade de um sistema que diz respeito à integração indissociável (ambiental e humano), e avalia suas propriedades e características, abrangendo os aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Uma organização não pode existir em um “vácuo”, como se estivesse isolada no tempo e no espaço e como se não sofresse pressões internas e externas, por meio de seu público de interesse. Segundo Shwom (2009), as organizações trazem lógicas institucionais na prática cotidiana, isto é, ao fornecerem as regras e os contextos culturais para as decisões sobre o meio ambiente, os indivíduos participam do contexto organizacional e as organizações interagem com outras organizações, influenciando as muitas decisões que afetam o ambiente natural.

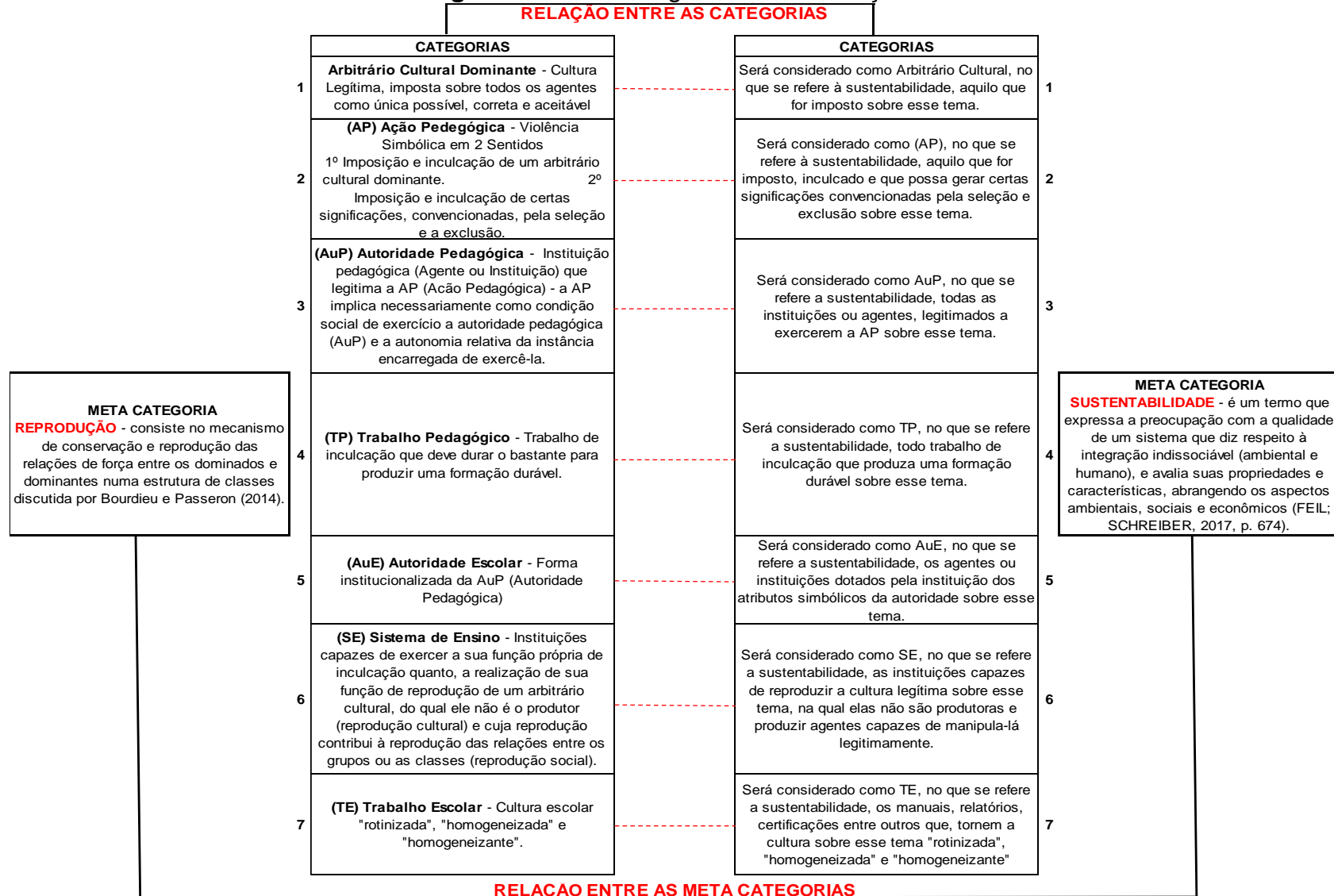
É válido destacar que, no espaço social no qual as organizações estão inseridas, existem um arcabouço regulatório e diversos órgãos governamentais, e não governamentais, que fiscalizam e punem as ações dessas organizações. Isto é, qualquer ato ilícito praticado por elas, mais precisamente no âmbito ambiental, faz com que estas sofram sanções mediante as leis que permeiam o Estado-Nação, ou o TPI (Tribunal Penal Internacional) - no caso de crimes que podem se configurar no

descrito no artigo 5º do Estatuto de Roma, sendo o estado signatário ou não do Estatuto (BRASIL, 2002).

Ainda que, o ecocídio não se caracterize enquanto uma categoria de análise, o termo é considerado o ponto chave para a escolha da empresa analisada, uma vez que o ocorrido foi utilizado como marco temporal para analisar as narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A. acerca da sustentabilidade, tendo como referências os períodos de antes, durante e depois do crime.

A Figura 4 representa as meta-categorias de análise e suas relações, assim como as categorias constituídas pelas proposições extraídas da obra de Bourdieu e Passeron (2014) que nortearão a construção do *framework* da reprodução da sustentabilidade.

Figura 4 – Meta-categorias e suas relações



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

As proposições utilizadas por Bourdieu e Passeron (2014), na construção dos padrões de reprodução no sistema de ensino francês, relacionam-se com a busca de padrões reprodutivos da sustentabilidade.

A primeira proposição metaforizada foi o arbitrário cultural dominante, utilizado por Bourdieu e Passeron (2014) como a cultura legítima, imposta sobre todos os agentes como única possível, correta e aceitável, logo, na construção dos padrões da sustentabilidade, foi considerado arbitrário cultural dominante aquilo que for imposto sobre esse tema. Os autores, citados anteriormente, utilizaram também a AP, compreendida como violência simbólica em dois sentidos: no primeiro caracteriza-se pela imposição e inculcação do arbitrário cultural dominante; já no segundo, pela imposição e inculcação de certas significações convencionadas pela seleção e exclusão, portanto, na construção dos padrões de reprodução da sustentabilidade. Foi considerado como AP, aquilo que fosse imposto, inculcado e que pudesse gerar certas significações convencionadas pela seleção e exclusão sobre esse tema.

Bourdieu e Passeron (2014) também se utilizaram da AuP para construir padrões de reprodução. A AuP é compreendida como instituição pedagógica (agente ou instituição) que legitima a AP. A AP, por sua vez, implica necessariamente na condição social de exercício a AuP e a autonomia relativa da instância encarregada de exercê-la. Destarte, foi considerado como AuP, no que se refere a construção dos padrões de reprodução da sustentabilidade, todas as instituições ou agentes legitimados a exercer a AP sobre esse tema. A quarta proposição a ser metaforizada é o TP, compreendido como o trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável. No tocante a construção de padrões reprodutivos da sustentabilidade, foi considerado como TP, todo trabalho de inculcação que produziu uma formação durável sobre esse tema.

A quinta proposição metaforizada é a AuE, compreendida como forma institucionalizada da AuP, e em relação à construção dos padrões reprodutivos da sustentabilidade, foram considerados todos os agentes ou instituições dotados pela instituição de atributos simbólicos da autoridade sobre o tema. Já a sexta metaforização parte do SE, no qual Bourdieu e Passeron (2014) abordaram tanto como instituições capazes de exercer a sua função própria de inculcação, quanto a realização de sua função de reprodução de um arbitrário cultural do qual ela não é produtora (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui para a reprodução das relações entre grupos ou classes (reprodução social). Logo, foram consideradas como

SE, no que se refere a construção dos padrões reprodutivos da sustentabilidade, as instituições capazes de reproduzir a cultura legítima sobre esse tema, no qual elas não são produtoras e produzem agentes capazes de manipulá-la legitimamente.

A última proposição metaforizada é o TE, descrita como cultura escolar "rotinizada", "homogeneizada" e "homogeneizante", na construção da reprodução proposta por Bourdieu e Passeron (2014). Foram considerados como TE, no que se refere a construção dos padrões reprodutivos da sustentabilidade, os manuais, relatórios, certificações, entre outros que tornaram a cultura sobre esse tema "rotinizada", "homogeneizada" e "homogeneizante".

A partir das informações descritas anteriormente, o tópico subsequente destaca as ferramentas que foram utilizadas para que estas informações fossem acessadas na realidade.

4.5 ACESSO AS INFORMAÇÕES NA REALIDADE

O pesquisador que opta pelo uso da estratégia de estudo de caso para investigar seus fenômenos, invariavelmente, utiliza-se de três principais métodos: entrevista, observação ou pesquisa documental (MERRIAM, 1985). Para que se possa acessar na realidade os conceitos definidos nas orientações temáticas, opta-se pela utilização da pesquisa documental. Quando a investigação histórica é o objeto de intenção, a pesquisa documental caracteriza-se pela utilização de documentos autênticos, sejam eles de cunho público ou privado.

A pesquisa documental, segundo Cellard (2008, p. 296) “é um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados”. Dessa maneira, essa dissertação norteou-se pela pesquisa documental para acessar as narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A. no tocante a identificação e avaliação dos padrões de reprodução da sustentabilidade.

Para Gerhardt e Silveira (2009), os documentos analisados em uma pesquisa documental são tipificados em dois grupos: os de fontes primeira mão, que se caracterizam por não terem recebido ainda qualquer tipo de tratamento analítico prévio, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, entre outros que possuem as mesmas características. E os de fontes de segunda mão, que

se caracterizam por já terem recebido alguma forma de análise, tais como: relatórios organizacionais, pareceres de perito, decisões de juízes, entre outros.

A referida pesquisa baseia-se nos pressupostos onto-epistemológicos da sociologia bourdieusiana, e realizou análises de documentos de primeira e segunda mão, tais como os já mencionados anteriormente, pois, assim foi possível a compreensão da história reificada e da história incorporada.

Para que os objetivos propostos pudessem ser respondidos por meio dos dados coletados, buscou-se levantar diferentes fontes detentoras de narrativas da Samarco Minerações S.A., produzidas pela própria organização ou sobre ela por terceiros. Para tanto, os documentos coletados e analisados foram:

- ✓ Relatórios de Sustentabilidade publicados nos padrões GRI da Samarco Minerações S.A., entre os anos de 2010 a 2020;
- ✓ Vídeos institucionais da Samarco Minerações S.A. publicados nos canais do Youtube da empresa, no qual dizem respeito ao tema sustentabilidade, entre os anos de 2010 a 2020;
- ✓ Publicações realizadas pela Samarco Minerações S.A. em suas páginas de redes sociais (Instagram e Facebook) no tocante ao tema sustentabilidade, entre os anos de 2010 a 2020.

Este intervalo de tempo foi estabelecido para que fossem acessados os relatórios de sustentabilidade, os vídeos institucionais e as publicações nas páginas de redes sociais, referentes aos cinco anos anteriores e posteriores ao ecocídio de Mariana-MG, que ocorreu em 2015, isto é, de 2010 até os relatórios disponíveis no ano de 2020.

A busca de informações para as respostas do objetivo proposto, não se limitou às informações publicadas somente pela organização-alvo desta pesquisa. Os dados contemplaram as informações que estavam sendo publicadas sobre ela em jornais de circulação nacional. Para tanto, foram selecionados dois jornais, por julgamento do autor, que fossem capazes de representar o tratamento midiático sobre a organização-alvo da pesquisa. Destarte, foram considerados:

- ✓ Matérias que abordam a sustentabilidade como tema editorial do jornal Carta Capital, e que citam a Samarco Minerações S.A., entre os anos de 2010 a 2020;

- ✓ Matérias que abordam a sustentabilidade como tema editorial do jornal O Estado de São Paulo (Estadão), e que citam a Samarco Minerações S.A., entre os anos de 2010 a 2020.

Em relação às matérias publicadas, referentes à Samarco Minerações S.A. em ambos os jornais, é válido destacar que elas seguem o mesmo recorte temporal dos relatórios de sustentabilidade, dos vídeos institucionais e das publicações nas páginas de redes sociais, isto é, cinco anos anteriores e posteriores ao ecocídio de Mariana-MG.

O Quadro 2 apresenta de forma sintética os documentos acessados na pesquisa documental, assim como os motivos que os mesmos foram selecionados e qual o espaço temporal estabelecido para utilização.

Quadro 2 – Fontes de Informação

Relatórios Anuais de Sustentabilidade (RAS)	Meio pelo qual a Samarco Minerações S.A. divulga suas ações sustentáveis aos seus <i>stakeholders</i> e <i>shareholders</i> , conforme os critérios de elaboração e padronizações da GRI. Este modelo de relatório é utilizado mundialmente pelas empresas com ações nas bolsas de valores.	5 anos antes e 5 anos após o ecocídio de Mariana (MG), ocorrido em 2015. Totalizando 8 relatórios publicados, entre os anos de 2010 e 2020.
Vídeos institucionais publicados no canal da empresa no Youtube	Canal que a organização utiliza para comunicar-se com a sociedade em geral, externalizando suas práticas de gestão e divulgando suas ações sustentáveis no âmbito social, ambiental e econômico.	5 anos antes e 5 anos após o ecocídio de Mariana (MG), ocorrido em 2015. Foram selecionados 104 vídeos publicados pela Samarco Minerações S.A. em seu canal do Youtube, entre os anos de 2010 e 2020.
Publicações (Instagram e Facebook)		5 anos antes e 5 anos após o ecocídio de Mariana (MG), ocorrido em 2015. Foram acessadas 42 publicações produzidas pela Samarco Minerações S.A. no Facebook e Instagram, entre os anos de 2010 e 2020.
Matérias publicadas pela revista Carta Capital	Fonte de informação externa que divulgaram notícias relacionadas com a organização que podem reforçar ou contestar os argumentos da empresa. Com intuito de contrapor os posicionamentos ideológicos e políticos dos dois meios de comunicação acerca de um mesmo tema.	5 anos antes e 5 anos após o ecocídio de Mariana (MG), ocorrido em 2015. Extraíram-se 53 matérias, que citavam a Samarco Minerações, publicadas pela revista entre os anos de 2010 e 2020.
Matérias publicadas pelo Jornal o Estado de São Paulo (Estadão)		5 anos antes e 5 anos após o ecocídio de Mariana (MG), ocorrido em 2015. Consultaram-se 19 matérias que citavam a Samarco Minerações S.A., entre os anos de 2010 e 2020.

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Uma vez definidas as abordagens – qualitativa de natureza aplicada e descritiva –, as estratégias – pesquisa bibliográfica e estudo de caso –, e o método – pesquisa documental –, as informações acessadas foram analisadas a partir das narrativas.

4.6 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Após a leitura dos relatórios de sustentabilidade publicados nos padrões GRI, selecionados conforme critério pré-estabelecido, as informações extraídas do site institucional da empresa analisada, a leitura das notícias publicadas nos veículos de comunicação escolhidos, e por fim, após assistir aos vídeos que perpassam pela reprodução da sustentabilidade da empresa Samarco Minerações S.A., torna-se imprescindível a compreensão do modo como os dados encontrados foram analisados.

O Quadro 3, foi elaborado com o intuito de apresentar o percurso realizado para a análise das narrativas identificadas nos documentos textuais e não textuais da, e referentes à, Samarco Minerações S.A..

Quadro 3 – Percurso da análise das narrativas

ETAPA NOMINAL	DESCRIÇÃO
1ª Etapa	Efetuou-se a leitura dos materiais referentes à sociologia bourdieusiana e construiu-se, metaforicamente, as proposições que nortearam a construção dos padrões reprodutivos acerca da sustentabilidade
2ª Etapa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração das categorias de análise; 2. Leitura integral dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade (RAS); acesso aos vídeos do Youtube e as publicações realizadas no Instagram e no Facebook, mencionados no quadro 2; 3. A partir dos RAS: identificação das ações sustentáveis praticadas pela Samarco Minerações S.A., e identificação dos significados atribuídos pela empresa à sustentabilidade antes e após o ecocídio. A partir do acesso às publicações no Facebook, Instagram e Vídeos no Youtube,: exclusão de 15 vídeos, que contemplavam as ações de responsabilidade social da empresa, e de 14 publicações das páginas do Instagram e do Facebook, na qual as narrativas já haviam sido contempladas nos vídeos institucionais (restaram 28 publicações do Instagram e Facebook e 89 Vídeos do Youtube); 4. A partir da leitura das matérias publicadas pelos veículos de comunicação, Estadão e Carta Capital: foram descartadas 5 matérias do Estadão e 9 matérias da revista Carta Capital, pois elas não relatavam ações de sustentabilidade da Samarco Minerações S.A. e sim de sua acionista, a Vale S.A. (restaram 44 matérias da Carta Capital e 14 do Estadão); 5. Durante o processo de leitura dos documentos textuais: realizou-se o grifo de trechos que se aproximavam as categorias de análise dispostas na figura 4;.

ETAPA NOMINAL	DESCRIÇÃO
	6. Em relação aos documentos não textuais, foram transcritos os trechos que se aproximavam das categorias de análise.
3ª Etapa	1. Os trechos grifados e transcritos foram agrupados em uma planilha, dividida por abas, conforme as sete categorias de análise propostas na figura 4; 2. Após agrupamento foi feita a releitura das narrativas, proporcionando a construção e descrição dos padrões reprodutivos acerca da sustentabilidade, identificados nas narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A.
4ª Etapa	A etapa caracterizou-se pela análise dos detalhes subjetivos apresentados pelas narrativas, que proporcionaram a construção de significados embasados pela sociologia bourdieusiana. Assim, foi possível descrever tanto o conceito de sustentabilidade da Samarco Minerações S.A., antes e depois do ecocídio, como a construção dos padrões reprodutivos à luz da construção metafórica proposta.

Fonte: elaborado pelo autor (2021)

Respeitando a classificação onto-epistemológica da sociologia bourdieusiana que dá suporte à referida pesquisa, optou-se pela utilização do método de análise das narrativas, uma vez que, segundo Rese *et al.* (2010, p. 2) o método “parte do pressuposto ontológico de que a realidade é socialmente construída por meio das interações sociais das pessoas”. Já os estudos teóricos que permeiam as narrativas, possuem uma compreensão que a “comunicação humana deve ser vista como histórica e situacional” (FISHER, 1984, p. 2, tradução nossa).

Inumeráveis são as narrativas do mundo. É de início uma variedade prodigiosa de gêneros, eles próprios distribuídos entre substâncias diferentes, como se toda matéria fosse boa para o homem confiar-lhe a sua narrativa: a narrativa pode ter como suporte à linguagem articulada, oral ou escrita, a imagem, fixa ou móvel, o gesto e a mistura ordenada de todas as substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopéia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, no quadro pintado (pense-se na *Santa Úrsula* de Carpaccio), nos vitrais, no cinema, nas histórias em quadrinhos, na conversa (BARTHESE, 2001, p. 103).

Neste sentido, a análise de narrativa envolve qualquer estudo que se utilize de materiais narrativos, e pode ser utilizada no contexto que envolve as pesquisas básicas e aplicadas (LIEBLICH; TUVALMASHIACH; ZILBER, 1998).

No tocante ao contexto dos estudos organizacionais, segundo Vaara, Sonenshein e Boje (2016, p. 503, tradução nossa) “as narrativas são conceituadas como construções das pessoas sobre os fenômenos organizacionais”, e essas construções podem ser analisadas por duas formas, narrativas individuais e narrativas compostas. As individuais permitem uma análise dos pontos divergentes e convergentes daqueles que narram a história, já as narrativas compostas permitem “capturar os significados coletivos de um grupo de membros da organização” (VAARA; SONENSHEIN; BOJE, 2016, p. 503, tradução nossa).

O pesquisador que opta pela análise de narrativas para trabalhar os dados compreende “a vida organizacional como permeada por narrativas e construída por elas, e compreendendo-a assim, faz-se necessário adotar a perspectiva de coleta e análise coerente com esse pensar, coletando-se os dados como “histórias das organizações” (RESE *et al.*, 2010, p. 6).

A utilização da análise de narrativas na interpretação dos documentos, permite ao pesquisador a construção da informação a partir da compreensão da linguagem, seja ela escrita ou não, do contexto e da estrutura (COFFEY, 2014). Logo, analisar documentos “e fazer sentido do seu conteúdo exige que os leitores tragam suas próprias suposições e entendimentos” (COFFEY, 2014, p. 373, tradução nossa) por meio de uma leitura minuciosa e sensitiva.

Dentre os outros motivos que justificam a escolha pelas narrativas como metodologia de análise, é válido ressaltar que essa ao pautar-se na, na sociologia bourdieusiana, a pesquisa reconhece a primazia do contexto histórico nas relações, o interesse em como as histórias incorporadas constrói-se ao longo do tempo, e destaca que estas não são facilmente externalizadas por quem as vivencia. No tocante a organização, a escolha da análise de narrativas justifica-se pela busca por descrever como ela construiu sua história acerca do discurso da sustentabilidade por meio dos seus documentos, mais precisamente, por meio dos seus relatórios de sustentabilidade, certificações, manuais e notícias vinculadas aos sites institucionais.

Diante do exposto no presente tópico, e buscando uma melhor compreensão do leitor acerca das etapas a serem realizadas na análise de narrativas, o Quadro 4 apresenta as etapas que foram seguidas para a referida análise, no nível teórico e empírico.

Quadro 4 – Etapas da análise de narrativas

ANÁLISE DAS NARRATIVAS			OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
OBJETIVO GERAL: Descrever a reprodução da sustentabilidade a partir de narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A.	1ª Etapa	Teoria	Trabalhar com material narrativo requer escuta dialógica (BAKHTIN, 1981 <i>apud</i> LIEBLICH; TUVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998) a três vozes (pelo menos), e o referencial teórico fornece os conceitos e ferramentas de interpretação (LIEBLICH; TUVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998).	Metaforizar a reprodução da sustentabilidade a partir da sociologia bourdieusiana;
		Empiria	Discutir o conceito de reprodução e de sustentabilidade, por meio do levantamento bibliográfico, e construir metaforicamente os padrões reprodutivos da sustentabilidade a partir das categorias propostas por Bourdieu e Passeron (2014), conforme as orientações temáticas ilustradas na figura 4 desta dissertação.	
	2ª Etapa	Teoria	Compreender o espaço temporal, os fatores contextuais e a autoria no momento da elaboração dos documentos (LIEBLICH; TUVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998).	Identificar, por meio de narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A., a manifestação de padrões reprodutivos no que se refere à sustentabilidade a partir das categorias de reprodução propostas por Bourdieu e Passeron;
		Empiria	No tocante aos Relatórios de Sustentabilidade (GRI) - analisar as ações sustentáveis praticadas pela organização no decorrer dos anos analisados, buscando compreender o contexto das histórias contadas.	
			No tocante aos Documentos não textuais da organização - Identificar o espaço temporal e histórico que a organização produziu publicações de vídeos, imagens e notícias em seu site institucional, Facebook, Youtube e Instagram, no que se referem a sustentabilidade.	
	No tocante aos documentos textuais da Revista Carta Capital e do Jornal o Estado de São Paulo (Estadão) - analisar as notícias publicadas por estes veículos de comunicação, sobre a Samarco Minerações S.A. no que se refere a sustentabilidade, considerando o recorte temporal definido.			
3ª Etapa	Teoria	Compreender "o que acontece e como acontece" (SPARKLE; SMITH, 2008). Trabalhar com material narrativo requer a escuta dialógica (BAKHTIN, 1981 <i>apud</i> LIEBLICH; TUVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998) a três vozes (pelo menos), e uma delas é voz do narrador, representada pela fita ou pelo texto (LIEBLICH; TUVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998).	Identificar, por meio de narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A., a manifestação de padrões reprodutivos no que se refere à sustentabilidade a partir das categorias de reprodução propostas por Bourdieu e Passeron;	
	Empiria	Após a leitura dos documentos, textuais ou não, publicados pela Samarco Minerações S.A. ou sobre ela, identificar manifestações de padrões reprodutivos no tocante a sustentabilidade, considerando o recorte temporal estabelecido na pesquisa.		
4ª Etapa	Teoria	Trabalhar com material narrativo requer um acompanhamento reflexivo e uma interpretação é sempre pessoal, parcial e dinâmica (LIEBLICH; TUVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998)	Descrever o conceito de sustentabilidade reproduzido pela organização antes e depois do ecocídio; Avaliar qualitativamente os padrões de reprodução da sustentabilidade identificadas à luz da construção metafórica proposta.	
	Empiria	Esta etapa envolve a interpretação do autor, considerando a história contada e interpretada por meio da leitura dos documentos e das notícias, dos vídeos assistidos e do conhecimento adquirido por meio da pesquisa bibliográfica acerca de duas meta-categorias, a reprodução e a sustentabilidade. Para que se possa descrever o conceito de sustentabilidade reproduzido pela organização antes e depois do ecocídio e avaliar qualitativamente os padrões de reprodução da sustentabilidade identificadas à luz da construção metafórica proposta.		

Fonte: elaborado pelo autor a partir das contribuições de Lieblich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998), e Sparkle e Smith (2008).

5 ANÁLISES

As análises deste capítulo foram realizadas a partir das 7 (sete) proposições aludidas em Bourdieu e Passeron (2014) na obra: “A reprodução”, com a análise sustentada das narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A. As proposições são: (1) Arbitrário Cultural; (2) Ação Pedagógica (AP); (3) Autoridade Pedagógica (AuP); (4) Trabalho pedagógico (TP); (5) Autoridade escolar (AuE); (6) Sistema de Ensino (SE) e; (7) Trabalho Escolar (TE).

Assim, o capítulo se organiza da seguinte forma: primeiramente foi apresentado a empresa pesquisada; e, posteriormente foi discutido sobre os padrões reprodutivos por meio destas 7 (sete) proposições.

5.1 A SAMARCO MINERAÇÕES S.A.

O presente tópico busca evidenciar os principais acontecimentos que antecederam o ecocídio, o ecocídio e o pós ecocídio por meio das narrativas da Samarco Minerações S.A. O espaço temporal respeitou 10 anos de história contada pela própria empresa, extraídas de seus Relatórios Anuais de Sustentabilidade (RAS).

Em 1977 iniciou a trajetória de uma das mais renomadas mineradoras do Brasil e do mundo, a Samarco Minerações S.A. Empresa de capital fechado que possui em seu quadro acionário outras duas gigantes do segmento, a BHP Billiton Ltda. e a Vale S.A., as quais dividem igualmente o controle das ações da Samarco (SAMARCO, 2010). O principal produto produzido pela empresa é o minério de ferro, do qual, 97% são exportados para indústrias siderúrgicas dos continentes asiático, europeu e as américas (SAMARCO, 2020).

As plantas industriais da empresa estão instaladas em dois estados brasileiros: Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES). No estado mineiro, mais precisamente nas cidades de Mariana e Ouro Preto, encontra-se o complexo de Germano, no qual ocorre a extração e o beneficiamento do minério de ferro. No complexo de Ubu, em Anchieta, no estado capixaba, estão instaladas três usinas de pelotização, isto é, usinas que transformam o minério em pelotas, e o terminal portuário, que escoar toda a produção da empresa para o mercado internacional (SAMARCO, 2010).

A interligação dos complexos ocorre por meio de dois minerodutos com extensão de quase 400 quilômetros cada. Eles são responsáveis pelo transporte da polpa de minério de ferro do complexo de Germano até o complexo de Ubu através de 25 municípios nos estados de Minas Gerais (MG) e do Espírito Santo (ES).

Para operacionalizar todos os processos que permeiam as atividades organizacionais, a empresa contava em 2010 com 2.061 empregados com vínculo empregatício direto e mais 2.856 empregados prestadores de serviço das empresas contratadas. Neste mesmo período, a receita bruta da Samarco foi de R\$ 6.324 milhões anual e uma produção de 23.448.930 toneladas de minério de ferro em 2010, o que representou um crescimento de 34% em relação a 2009 (SAMARCO, 2010).

No mesmo ano, 2010, a Samarco Minerações S.A. foi incluída entre as 150 melhores empresas para se trabalhar, no mercado nacional, segundo o Guia Você S/A e revista Exame 2010. Além disso, foi considerada a 5ª maior empresa exportadora do Brasil, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SAMARCO, 2010).

Com uma visão desenvolvimentista, baseada em alta produtividade, eficiência no uso de recursos naturais e no desenvolvimento local (SAMARCO, 2017), em 2008 a Samarco Minerações S.A. iniciou um projeto de expansão produtiva que finalizou em abril de 2014, o P4P (Projeto Quarta Pelotização), “com a construção de um terceiro concentrador, em Germano, de um terceiro mineroduto, paralelo às duas linhas já existentes, da quarta usina de pelotização, em Ubu, e de adequações no terminal marítimo” (SAMARCO, 2014, p. 13).

Visto como um dos maiores projetos do setor privado brasileiro, com vultuosos investimentos que alcançaram o valor de 6,4 bilhões de reais em investimentos, o P4P ampliou a capacidade operacional da Samarco em 37%, proporcionando a empresa uma capacidade produtiva nominal de 30,5 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro anualmente (SAMARCO, 2014).

Com a expansão, a empresa alcançou o seu ápice de faturamento nos anos de 2013 e 2014, auferindo um faturamento anual de 7.601,3 milhões de reais em 2014, 5% acima do obtido em 2013 e o maior da história da empresa até então. No mesmo período a empresa produziu 25,075 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro, o que exigiu uma ampliação no quadro de funcionários de 4% no ano de 2014, totalizando 2.969 empregados com vínculo empregatício direto (SAMARCO, 2014).

Evidenciado o poder econômico da empresa, no ano de 2015 a Samarco Minerações S.A. estava entre as 15 maiores exportadoras do Brasil, “gerando R\$ 1,2 bilhão em impostos (R \$9,1 bilhões de 2010 a 2015). Em 2014, a receita da Empresa equivalia, em média, a 6,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do Espírito Santo e 1,5% do PIB de Minas Gerais” (SAMARCO, 2016, p. 29).

Além dos aspectos econômicos, a Samarco Minerações S.A. demonstrou por meio de sua declaração de compromisso com a sustentabilidade que suas operações deveriam:

Atuar de forma responsável sobre o uso dos recursos naturais, considerando os limites e a capacidade de regeneração do ambiente natural, mitigando impactos e contribuindo para a preservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos recursos energéticos e buscando continuamente alternativas criativas em suas operações (SAMARCO, 2010, p. 15).

Apregoadado por meio de sua narrativa, e em consonância com a sua missão declarada em seu Relatório Anual de Sustentabilidade de 2010, a Samarco Minerações S.A. afirmou seu compromisso na “utilização responsável dos recursos naturais” (SAMARCO, 2010, p. 14), onde a empresa apresentou seus investimentos financeiros em projetos de gestão e proteção ambiental que somaram ao longo de 2010 o valor de 83,9 milhões de reais (SAMARCO, 2010). Em 2012 declarou que seus investimentos em projetos e proteção ambiental atingiram a marca de 283,2 milhões de reais (SAMARCO, 2012), o que proporcionou um aumento de 237,5% em relação ao ano de 2010.

Concomitante ao desenvolvimento econômico e aos investimentos ambientais, a Samarco Minerações S.A. acumulou premiações, tais como: eleita pelo segundo ano consecutivo a melhor mineradora e a segunda maior mineradora do país, segundo a revista Exame 2014; e pelo quarto ano esteve entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no âmbito nacional, segundo o Guia Você S/A 2014 (SAMARCO, 2014).

Além das premiações, a empresa obteve o reconhecimento de seus *Stakeholders*, por meio de um estudo de reputação, que envolveu 2,7 mil consultas aos representantes dos públicos de interesse da Samarco Minerações S.A. promovido pelo *Reputation Institute*, que utiliza-se da metodologia RepTrak® Deep Dive², no qual

² Estuda a reputação de uma empresa com base em quatro fatores: (a) a reputação da empresa baseada no grau de estima, admiração, empatia e confiança; (b) a percepção dos stakeholders sobre dimensões e atributos que explicam a reputação; (c) a predisposição dos stakeholders em apoiar as empresas; e (d) as expectativas dos stakeholders em relação às empresas (SAMARCO, 2014, p. 28).

apurou-se um indicador de 74,9 pontos (em uma escala de 0 a 100), o que elevou a empresa a um nível de excelência, quando comparada apenas com empresas do setor de mineração, tornando-a assim um *benchmark* para o setor (SAMARCO 2014).

O estudo de reputação realizado em 2014 foi o quarto contratado pela Samarco Minerações S.A. Esse nível de excelência foi fruto de um aumento na confiança dos públicos de interesse da empresa com as suas operações ao longo do quadriênio, sendo as pontuações: entre 70-80 no ano de 2011³, 72,9 pontos no ano 2012 e 71,6 no ano de 2013 (SAMARCO, 2011, 2012, 2013).

Os relatos apresentados até o presente momento mostram uma trajetória de sucesso, crescimento organizacional e desenvolvimento para o estado mineiro e capixaba, nos quais a empresa opera. Entretanto, no dia 05 de novembro de 2015, um “mar de lama” marcou a história da Samarco Minerações S.A. e de milhares de pessoas que viviam nas comunidades e trabalhavam na empresa, além de transformar um rio que era chamado de “Doce” em um rio de “amarguras e sofrimentos” impactando a fauna, flora e seres humanos que dependiam do mesmo.

Este acontecimento em 2015 seria, até então, o maior ecocídio já registrado em solo nacional: o rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG). O ocorrido causou impactos ambientais e sociais irreparáveis e culminou com a morte de 19 pessoas, sendo elas: um funcionário da Samarco Minerações S.A., 13 (treze) profissionais terceirizados, quatro moradores da comunidade e uma pessoa que a visitava (SAMARCO, 2020). Não obstante, “39 cidades foram impactadas pelos rejeitos, que percorreram cerca de 650 km até alcançar o mar no distrito de Regência, no município de Linhares, no Espírito Santo” (SAMARCO, 2017, p. 11).

Esse acontecimento foi preponderante para a escolha da Samarco Minerações S.A. como unidade de análise da referida pesquisa, haja vista que o ecocídio era um acontecimento único no território brasileiro e causado por uma empresa transnacional.

Após cometer o crime e proporcionar devastação por onde o mar de lama passou, a Samarco Minerações S.A., seus acionistas e o poder público criaram o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC). Este termo tem como objetivo garantir as ações necessárias para a gestão dos impactos do rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO, 2016). Para atender a esse objetivo, foi criada a

³ Neste ano a empresa não relata um número específico para o desempenho no indicador.

Fundação Renova no mês de junho de 2016 e com início das atividades no mês de agosto do mesmo ano.

A Fundação Renova “opera como uma organização independente, com uma estrutura própria de governança, fiscalização e controle” (SAMARCO, 2016, p. 78), é fiscalizada pelo poder público e pela sociedade, responsabilizando-se pela execução de 42 programas socioeconômicos e socioambientais. Entre eles, a reconstrução das três comunidades devastadas e a alocação dos moradores que ali residiam.

Além dos acordos firmados, a Samarco Minerações S.A. “desembolsou R\$ 1,8 bilhão em ações emergenciais e reparatórias diversas contempladas ou não no TTAC. Considerando apenas valores relacionados aos programas do TTAC, os recursos somam R\$1,3 bilhão” (SAMARCO, 2016, p. 22) entre os anos de 2015 e 2016.

Após o ecocídio, a empresa foi obrigada a reduzir de forma expressiva seu quadro de funcionários, conforme narrativa da SAMARCO (2016, p. 07):

Lamentamos a necessidade de reduzir nosso quadro em cerca de 40%, em 2016, como parte dos ajustes para adequar a Empresa a um novo momento – em que deverá operar, quando obtiver as licenças ambientais e a licença social, com apenas parte de sua capacidade operacional.

Segundo dados publicados pela Samarco (2016), cerca de 19.183 empregos diretos e indiretos, no âmbito nacional, corriam o risco de ser extintos se as operações da empresa não fossem retomadas. Além disso, o impacto econômico seria muito grande, haja vista que 989 milhões de reais deixariam de ser arrecadado em impostos, representando uma expressiva influência da empresa para o país.

Com as operações paralisadas e as licenças ambientais suspensas, em outubro de 2016 a companhia iniciou o investimento em estudos ambientais “para o Licenciamento Operacional Corretivo (LOC) para integrar, em uma única licença ambiental, todas as estruturas existentes do Complexo de Germano” (SAMARCO, 2016, p. 30), que seria protocolado junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) para análise.

No mesmo período, a Samarco Minerações S.A. solicitou a “Licença Prévia e Licença de Instalação (LP + LI), de maneira concomitante, após a obtenção das quais haverá um período de obras e preparação da Cava de Alegria Sul para, posteriormente, ser solicitada Licença de Operação (LO)” (SAMARCO, 2016, p. 30).

As duas primeiras licenças foram aprovadas em dezembro de 2017. Já as obras da Cava de Alegria Sul findaram no mês de maio de 2019 e trata-se de:

[...] um modelo de cava confinada, com alto índice de segurança geotécnica – é uma estrutura natural onde antes foi feita extração de minério, com formação rochosa e estável que permite a contenção do rejeito, sem qualquer conexão com as estruturas impactadas pelo rompimento de Fundação (SAMARCO, 2020, p. 42).

Além das obras de contenção de rejeitos, a Samarco Minerações S.A., por meio do LOC (aprovado em outubro de 2019), implantou um sistema de filtragem de rejeito arenoso e empilhamento na Pilha de Alegria Sul (SAMARCO, 2020), o que ao final da obra proporcionará um retorno mais seguro e sustentável para as operações da empresa.

Os esforços empenhados pela empresa culminou com a liberação de “todas as licenças ambientais que permitem sua retomada; em maio de 2020, o Ibama unificou as licenças dos minerodutos da Empresa, emitindo licença operacional com validade de dez anos” (SAMARCO, 2020, p. 40). Após isso, a empresa retomou efetivamente suas operações no dia 11 de dezembro de 2020.

Apresentado a história dos dez anos contada pelas narrativas da Samarco Minerações S.A., considerando os cinco que antecederam e os cinco que sucederam o ecocídio de Mariana (MG), ocorreu no ano de 2015, buscou-se por meio do tópico subsequente apresentar os padrões reprodutivos analisados pelas narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A.

5.2 PADRÕES REPRODUTIVOS NO QUE SE REFERE À SUSTENTABILIDADE A PARTIR DAS CATEGORIAS DE REPRODUÇÃO PROPOSTAS POR BOURDIEU E PASSERON

Como já aludido anteriormente, por meio da análise das narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A., buscou-se a identificação de padrões reprodutivos no tocante à sustentabilidade. A apresentação dos padrões reprodutivos segue a mesma ordem das proposições apresentadas no *framework* da reprodução (Figura 3) e das metas categorias (Figura 4), para que se possa identificar, ao final do tópico, as relações entre a reprodução e a sustentabilidade.

Para melhor apresentar o estudo realizado, optou-se em analisar as narrativas de forma separada, organizadas dentro das proposições preconizadas por

Bourdieu e Passeron (2014), utilizando-se então a mesma ordem anteriormente apresentada, sendo a primeira delas, a proposição (1) Arbitrário Cultural.

5.2.1 Arbitrário Cultural

Na perspectiva do arbitrário cultural, nenhuma cultura é capaz de ser definida, em termos objetivos, como superior a outra. Assim, os valores que orientam cada grupo e, com isso, suas atitudes e comportamentos, são, essencialmente, arbitrários (BOURDIEU, 1996), ou seja, não se fundamentam em uma razão objetiva e universal.

Bourdieu (1996) entende que esta lógica pode ser aplicada aos mais diversos contextos e utiliza a escola como exemplo. Em cada contexto, a cultura consagrada e transmitida não é, em termos objetivos, superior a nenhuma outra. O valor aprendido é arbitrário e não estaria fundamentado em nenhuma verdade que não possa ser questionada. Mesmo que arbitrária, esta cultura é considerada como legítima e válida.

Assim sendo, na obra “A Reprodução”, Bourdieu e Passeron (2014) definiram o arbitrário cultural dominante quanto uma cultura legítima, imposta sobre todos os agentes como única possível, correta e aceitável. Isto é, a história objetivada (reificada), contada pelos dominantes, e internalizada como “verdade” pelos dominados (BOURDIEU, 2012).

Salienta-se que a cultura de uma organização é estruturada a partir de diversos fatores, dentre eles as crenças de seus agentes. No entanto, tais crenças são influenciadas pela construção social da realidade, que são apropriações da historicidade como verdade absoluta, e construídas por meio das relações entre os agentes. Na narrativa da Samarco (2010), as apropriações são manifestadas por meio das palavras “convicção”, como sendo uma verdade de todos os agentes envolvidos, assim como a palavra “sustentabilidade”.

Temos a convicção de que somente por meio da utilização racional e consciente dos recursos naturais e da adoção de cuidados ambientais em todas as nossas operações é possível caminhar rumo ao desenvolvimento sustentável. Dessa maneira, na Samarco, a gestão de meio ambiente está intimamente relacionada à sustentabilidade (SAMARCO, 2010, p. 102).

Neste trecho de Samarco (2010), é possível observar a expressão “temos a convicção” como sendo o sentimento manifestado por todos os envolvidos,

incorporando uma cultura, ou verdade de todos, indo ao encontro do contexto de cultura legítima, como abordou Bourdieu (1996) ao conceituar o arbitrário cultural. A afirmação de “temos a convicção” posteriormente ligada à sustentabilidade incorpora também uma espécie de arbitrário cultural dominante, visto que todos os processos e agentes da organização trabalharão neste mesmo sentido.

Para aprofundar a linha de análise, no que se refere aos agentes responsáveis pela incorporação desta verdade, é necessário trazer à tona, mesmo que brevemente, o contexto em que a Samarco está inserida no sentido do neoliberalismo, já que as suas narrativas evidenciam a preocupação com o mercado internacional:

No mundo atual, a demanda por commodities – matérias-primas e produtos de base em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização – tem crescido de forma expressiva. A projeção do Banco Mundial para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) da China em 2011 é de 10%, o que significa um ritmo de crescimento que continuará elevado (em 2010, o crescimento da economia chinesa foi de 10,3%) (SAMARCO, 2010, p. 10).

Ao contrário da afirmação anterior, na qual a empresa parecia dominar a preocupação com a sustentabilidade e o meio ambiente, agora outros fatores passam a fazer parte do contexto. Harris e Seid (2000) destacam este aspecto quando reforçam que a prioridade do contexto econômico é dissimulada com outros discursos como, por exemplo, a adoção de cuidados ambientais e a busca do desenvolvimento sustentável. Na narrativa acima é possível enxergar a preocupação com a demanda das *commodities*, a projeção do Banco Mundial e o mercado chinês (um dos maiores consumidores da Samarco). Desta forma, ao “adotar seu discurso sustentável”, a Samarco Minerações S.A. atende uma demanda justamente destes agentes econômicos.

Bourdieu (1998, p. 31) enfatizou quanto as “regularidades reais do mundo econômico entregue à sua lógica”, neste caso representadas por aquelas impulsionadas pelo Banco Mundial, associadas a lei do mercado, aqui manifestada pela preocupação com o PIB da China, sendo dissimulada pela narrativa com a preocupação sustentável.

Somos essencialmente uma Empresa exportadora e, em 2011, vendemos 99% da nossa produção para siderúrgicas de 19 países das Américas, Ásia, África e Europa. Embora o mercado chinês ainda represente boa parte das vendas da Samarco, a tendência é o aumento da presença de nossos produtos nas Américas, principalmente Argentina e Trinidad & Tobago, no Oriente Médio e no Norte da África (SAMARCO, 2011, p. 12).

Nota-se que a própria empresa não contradiz sua preocupação com o mercado mundial. Ao contrário, afirma exportar 99% de sua produção, manifestando assim, sua atuação de acordo com a lógica e lei do mercado, como aludiu Bourdieu (1998). Assim, ela atua dentro da lei do “mais forte”, ou seja, sob o domínio das corporações transnacionais que direcionam não só o processo de globalização econômica (HARRIS; SEID, 2000), mas também produz as narrativas culturais dentro de uma arbitrariedade.

Vê-se então que a defesa da sustentabilidade, no contexto do arbitrário cultural dominante, traz a história reificada em que a sustentabilidade econômica é a precursora do desenvolvimento, e defende que a ideologia neoliberal, por meio da mão invisível do mercado, garante condições de conter a degradação ambiental. No entanto, em suas narrativas, a Samarco (2010) expõe com frequência a sua preocupação com a mundialização, conforme Bourdieu (1998) caracteriza a confluência entre a economia e a cultura dominante globalizada.

Por meio do arbitrário cultural dominante no qual as sociedades devem ser desenvolvidas de acordo com o contexto neoliberal, os países e/ou regiões que não se adequam aos parâmetros dos reguladores são apontados como subdesenvolvidos, dependentes de alianças com os países desenvolvidos para sua “emancipação”. Neste cenário, as empresas transnacionais atuariam como mediadoras de “desenvolvimento” para as regiões subdesenvolvidas, que por sua vez, buscariam nestas organizações um ideal desenvolvimentista, trocando suas matérias-primas e força de trabalho por tecnologia.

A dinâmica entre o fornecedor de tecnologia (países desenvolvidos) e o fornecedor de matéria-prima (países em desenvolvimento), levaria ao desajuste ecológico, impulsionando as organizações a adotarem o discurso de sustentabilidade camuflada como sendo cultural por parte de todos os agentes (BANSAL, 2002; HARRIS; SEID, 2000; LEFF, 2001; MEBRATU, 1998), como pode ser observado entre as narrativas de preocupação sustentável e empresa essencialmente exportadora.

Após o ecocídio, a empresa dedicou-se a retomar a aliança com o discurso sustentável como uma forma estratégica de se alinhar com a política do Estado, uma vez que, não obstante, a cultura legítima sobre a sustentabilidade perpassa pela naturalização das ações do Estado, no que diz respeito ao arcabouço regulatório, ao flexibilizar a liberação das licenças ambientais e os direitos trabalhistas

adquiridos pelos dominados, ambos justificados pela ameaça permanente do desemprego (BOURDIEU, 1998).

Atualmente, o processo da LOC⁴ ainda tem como etapas em curso a obtenção de anuência de órgãos ambientais, conselhos reguladores e comitês de bacia hidrográfica, necessárias para a conclusão do Parecer Único pela SEMAD com posterior submissão à Câmara de Atividades Minerárias do Copam e, por fim, a emissão da Licença de Operação do Complexo de Germano (SAMARCO, 2017, p.20).

Esse discurso sustentável traz à tona o arbitrário cultural dominante, em que o Estado exerce um papel de facilitador da imposição de uma cultura mundializada, renunciando seu papel soberano para atuar como mediador das organizações neoliberais e seus interesses.

Esse contexto é evidenciado em catástrofes ambientais, como a ocorrida em Mariana (MG), as quais demonstram o descaso dos governantes e das empresas, em especial as mineradoras, que invariavelmente custeiam as campanhas eleitorais dos políticos, forçando-os a defender outros interesses e não os que vão ao encontro das necessidades do Estado e da sociedade (CARTA CAPITAL, 2015a).

A ação do Estado não se limita às flexibilizações ambientais, mas também desregulamenta as leis trabalhistas, proporcionando, assim, programas de demissão em nome da manutenção dos demais empregos, conforme narrativa da Samarco (2017, p. 12): “o cenário de incerteza quanto à retomada das operações, porém, requereu a execução de dois programas de demissão voluntária (PDV) e involuntária (PDI), a fim de ajustar o quadro à nova realidade da Empresa”. Ou ainda implanta mecanismos legais para auxiliar empresas que estão envolvidas em ecocídios, como apresentado pela Samarco (2020, p. 54): “conforme estabelecido no artigo 476º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o *lay-off*⁵ esteve entre as prioridades para preservar trabalhadores na Empresa e foi concluído no decorrer de 2018”.

Nesse contexto, o Estado Nação, reconhecido formalmente como fonte de controle e de regulamentações, se vê envolto a “velha aliança que se perpetua entre o Estado brasileiro e o capital – às vezes competindo, às vezes cooperando, mas sempre lucrando – é uma máquina de matar e deixar morrer” (CARTA CAPITAL, 2015b).

⁴ Licenciamento Operacional Corretivo (SAMARCO, 2017, p. 7)

⁵ É “uma redução temporária dos períodos normais de trabalho ou suspensão dos contratos de trabalho efetuada por iniciativa das empresas, durante um determinado tempo” (INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, 2018, p. 1).

Diante do exposto, os elementos que demonstram a reprodução da cultura neoliberal nas narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A. como uma cultura legítima, no período analisado foram: “desenvolvimento”, “envolvimento”, “crescer”, e “gerar valor”.

O termo desenvolvimento, por exemplo, é utilizado pela Samarco Minerações S.A. como alicerce para demonstrar os objetivos da organização e de sua atuação, seja de forma interna ou externa, por meio de um esforço empenhado pela empresa para alcançar o desenvolvimento também da sociedade em que está inserida. Na narrativa abaixo (pré-ecocídio), é possível observar que a empresa justifica sua existência pela necessidade do país se desenvolver:

[...] investir na capacidade de enxergar adiante, de ir além e de buscar formas inovadoras de operar, aplicando tecnologia de forma intensiva para otimizar o uso dos recursos naturais, com respeito ao meio ambiente, gerando desenvolvimento econômico e social, garantindo custos competitivos e com resultados cada vez melhores, pessoas ainda mais bem preparadas e incorporando aprendizados diários (SAMARCO, 2011, p. 5).

A empresa ainda apresenta a narrativa sobre o seu próprio desenvolvimento: “em linha com nosso Modelo de Sustentabilidade, balizamos nossas ações de pesquisa e desenvolvimento priorizando a vanguarda tecnológica da indústria, aplicando-a às nossas atividades, a fim de garantir a perenidade dos negócios” (SAMARCO, 2014, p. 30), corroborando com a cultura dominante, no tocante a utilização de tecnologias para o desenvolvimento.

A mesma narrativa continua após o ecocídio: “Produzir e fornecer pelotas de minério de ferro, aplicando tecnologia de forma intensiva para otimizar o uso de recursos naturais e gerando desenvolvimento econômico e social, com respeito ao meio ambiente” (SAMARCO, 2016, p. 9).

A cultura neoliberal incorpora a ideia de que progresso, associado à ciência e à razão (economia) tornam-se fundamentais e essenciais, performando normas e regras ideais do mundo econômico, consolidando-se no arbitrário cultural. No entanto, essa lógica torna seus agentes vulneráveis à lei do mais forte (BOURDIEU, 1998). Esta concepção remonta a própria matriz de desenvolvimento social e econômico produzida pela narrativa da Samarco Minerações S.A., que acabou por fundamentar suas ações com relação aos trabalhadores e sua existência como sendo fundamental para o desenvolvimento da região.

Pensando na transição para os trabalhadores, programas de cunho socioeconômico são propostos para implementação, levando em conta a perda de postos de trabalho pelos empregados, as necessidades e

preocupações das populações locais e as potencialidades de desenvolvimento municipal, buscando a independência socioeconômica dos municípios em longo prazo (SAMARCO, 2020, p. 52)

Após o ecocídio a empresa adotou como estratégia um discurso sustentável aliado à sua cultura desenvolvimentista, colocando-se como organização necessária não só para a região em que atua, mas também para o desenvolvimento do Brasil apoiando-se justamente nas regras de ideais do mundo econômico, já preconizados por Bourdieu (1998). A narrativa da Samarco (2016, p. 9) mostra-se alinhada à discussão: “com temas como segurança, desenvolvimento local e eficiência no uso de recursos naturais contemplados pela sua estratégia, a Samarco buscou atuar na melhoria de seus processos nos últimos anos”.

É possível observar que a Samarco explora também a consolidação da sua existência para o desenvolvimento buscando o apoio e envolvimento da sociedade:

Por fazer parte de um setor que gera impacto, mas que também é capaz de contribuir com o progresso e o desenvolvimento tecnológico, humano e socioeconômico dos territórios da Área de Influência Direta, a Samarco mantém, há mais de uma década, mecanismos de diálogo e engajamento para os públicos de relacionamento (SAMARCO, 2016, p. 17).

Assim, o “desenvolvimento” e o “envolvimento” da Samarco Minerações S.A., demonstrados na narrativa anterior, busca legitimar as ações da empresa perante as localidades na qual ela atua, reproduzindo o arbitrário cultural dominante.

No dia a dia, temos consciência do impacto socioeconômico de nossas atividades. Por isso, procuramos valorizar a contratação de empregados, fornecedores e prestadores de serviços instalados em locais próximos de nossas operações, contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que estamos presentes e manter um relacionamento ético, transparente e sustentável com todos os públicos com os quais mantemos contato. (SAMARCO, 2010, p. 20).

A narrativa permite a identificação de um padrão reprodutivo no qual a cultura dominante é vista como única e possível, assim como aludido por Bourdieu e Passeron (2014). É possível observar que a Samarco Minerações S.A., mesmo após o ecocídio, continua reproduzindo que as suas ações, sejam elas econômicas, sociais ou ambientais, são benéficas para a sociedade onde essas transnacionais atuam, por mais que agridam o ambiente. "Se a Empresa permanecer sem operar em 2017, por exemplo, coloca-se em risco a existência de 4,1 mil empregos capixabas e 14,5 mil em Minas Gerais, ou seja, cerca de 19 mil em nível nacional" (SAMARCO, 2016, p. 29).

Além disso, a Samarco Minerações S.A. demonstra explicitamente a dependência econômica que o país possui em relação às suas atividades comerciais, haja vista que a paralisação das atividades fabris, em 2017, afetou diretamente a balança comercial brasileira com uma perda de 766 milhões de dólares em exportação, o que reduziu a exportação capixaba e mineira nas proporções de 8% e 3%, respectivamente (SAMARCO, 2016).

No dia a dia, temos consciência do impacto socioeconômico de nossas atividades. Por isso, procuramos valorizar a contratação de empregados, fornecedores e prestadores de serviços instalados em locais próximos de nossas operações, contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que estamos presentes e manter um relacionamento ético, transparente e sustentável com todos os públicos com os quais mantemos contato. (SAMARCO, 2010, p. 20).

É necessário observar ainda que a legitimação e o discurso como organização desenvolvimentista que atua com apoio da sociedade não advêm depois do ecocídio, mas é uma “verdade” implementada pela organização como uma estratégia de envolver a sociedade em suas tomadas de decisões.

Essa estratégia é explicitada pela empresa: “Sozinhos não podemos avançar. Com o apoio e a participação de nossos empregados, de nossos clientes, das comunidades e demais públicos de relacionamento, podemos ir mais longe. [...] Desenvolver-se e progredir em conjunto” (SAMARCO, 2010, p. 03). Mesmo após o ecocídio, a empresa busca envolver a sociedade em sua estratégia de reconstrução, conforme narrativa:

O engajamento das pessoas diretamente impactadas é uma premissa destacada no TTAC e discutida ao longo de sua construção. A Fundação Renova segue um processo de envolvimento, participação e construção conjunta com os diversos públicos interessados: população atingida, especialistas e agentes públicos (SAMARCO, 2016, p. 6).

Independente do espaço temporal, antes ou depois do ecocídio, a Samarco Minerações S.A. reproduz o arbitrário cultural dominante de que, por meio da instalação de grandes corporações, em países em desenvolvimento, a prosperidade, a democracia e o respeito à humanidade estão garantidos (HARRIS; SEID, 200).

Com o intuito de legitimar o respeito e o envolvimento com as localidades onde atua, e justificar o crescimento ao longo de sua história, a Samarco Minerações S.A. por meio do seu presidente, o Sr. Roberto Carvalho, reverbera a preocupação com os seus públicos ao longo da história de 40 anos antes do ecocídio: “Por 40 anos, a Samarco escreveu, junto com as comunidades, os empregados e

demais públicos com os quais se relaciona em Minas Gerais e no Espírito Santo, uma história de crescimento e respeito mútuos” (SAMARCO, 2016, p. 06).

Ainda que em suas narrativas possa ser encontrado padrões de “desenvolvimento” e “envolvimento”, a Samarco Minerações S.A. não deixa de mencionar o “crescimento”, pautado na otimização dos custos, utilização eficiente de recursos e maximização dos lucros, ressaltando a sustentabilidade econômica. “A Samarco trabalhou para reforçar o alicerce de sua estratégia de crescimento, com base na produtividade, na segmentação de mercado e na eficiência do uso de recursos e ativos, essenciais para garantir a saúde financeira do negócio” (SAMARCO, 2014, p. 38). Ou ainda, “a busca por se fazer mais e melhor com menos continua a ser trabalhada na dimensão econômica e mais fortemente nas perspectivas ambiental e social” (SAMARCO, 2012, p. 38).

A Samarco Minerações S.A. ao longo de sua história apresenta “uma estratégia de crescimento baseada em alta produtividade, eficiência no uso de recursos naturais e no desenvolvimento local” (SAMARCO, 2017, p. 11). A demonstração de eficiência reproduz o arbitrário cultural dominante, no qual a expansão e o crescimento de grandes conglomerados transnacionais serão capazes de conter a degradação ambiental e trazer o desenvolvimento para as localidades onde esses se instalam.

O termo “crescimento” é apresentado em todos os relatórios, anteriores ao ecocídio, fazendo menção ao Projeto Quarta Pelotização (P4P), projeto expansionista da empresa conforme narrativa que segue:

[...] o desafio de crescer de forma substancial, mantendo como base a busca por soluções e objetivos de sustentabilidade que reduzam nosso impacto. Tudo isso sem perder de vista a necessidade de contribuir para o desenvolvimento das comunidades vizinhas às nossas operações, construindo confiança, e a análise criteriosa das perspectivas e desafios que se projetarão a partir do crescimento de nossa capacidade produtiva (SAMARCO, 2012. p. 20).

Para justificar suas ações, que visam o “crescimento” da empresa e dos países em desenvolvimento, a Samarco apega-se ao estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), o qual aponta para o crescimento da demanda por *commodities*. Conforme descrito por Samarco (2010, p. 10), o acréscimo “acontece em função do aumento da população mundial e pela mudança do padrão médio de consumo das pessoas, principalmente em países em desenvolvimento, que vêm vivenciando uma situação de crescimento econômico”.

Com o intuito de garantir a confiança de seus investidores e demonstrar que é capaz de criar condições favoráveis para a manutenção do crescimento, a Samarco Minerações S.A. afirma que “a Empresa está empenhada em manter os atributos de qualidade esperados e a sustentabilidade financeira do negócio, quando voltar a operar” (SAMARCO, 2016, p. 59).

Assim, a Samarco Minerações S.A. reproduz o arbitrário cultural dominante, no qual as empresas necessitam de adaptação constante às exigências de mercado, haja vista que, se não as fizerem, podem perder a confiança dos mesmos e, concomitantemente, o apoio dos acionistas (BOURDIEU, 1998).

O quarto elemento identificado é “gerar valor”, pois atua como segundo “slogan” da Samarco Minerações S.A., “tudo que ela faz busca melhorar alguma coisa ou alguém” (SAMARCO MINERAÇÕES, 2015). Nesse contexto, sua trajetória poderia ser descrita em uma única frase: “gerar e compartilhar valor com as pessoas” (SAMARCO MINERAÇÕES, 2015).

A geração de valor, envolve acionistas, localidades onde atuam e o Estado Nação, tornando os dois últimos reféns da atuação exploratória imposta pela empresa. “Contribuir para o bem-estar das pessoas e para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, por meio da utilização responsável dos recursos naturais e da construção de relacionamentos duradouros baseados na geração de valor” (SAMARCO, 2014, p. 14).

Com o intuito de demonstrar sua capacidade de geração de valor, a Samarco Minerações S.A. invariavelmente utiliza-se de narrativas que preconizam o aspecto econômico, justificando seus investimentos para o alcance de eficiência na utilização de recursos e aprimoramento das operações.

O investimento em tecnologia, eficiência operacional e racionalização do uso de recursos naturais figura entre as alavancas de geração de valor para a Samarco – que considera a conformidade e a evolução contínua na área ambiental como um caminho para assegurar a perenidade dos negócios. No atual cenário, essas premissas continuam sendo estratégicas para a retomada da confiança da sociedade e para aprimorar resultados socioambientais e operacionais. (SAMARCO, 2016, p. 37).

Vale ressaltar que “a exportação de minério tem grande importância na balança comercial brasileira e no PIB brasileiro. Nesse cenário, os movimentos políticos e o quadro legislativo se tornam “reféns” do mercado” (CARTA CAPITAL, 2015c). Logo, os padrões reprodutivos caracterizam-se pela reprodução de uma verdade absoluta, que apregoa o livre mercado como a mola propulsora do

desenvolvimento e a flexibilização do arcabouço jurídico. A disseminação desse discurso serve para que as grandes corporações tragam prosperidade e “desenvolvimento” para os países “em desenvolvimento”, gerando valor para os acionistas (LEFF, 2001).

Ao retomar o termo “gerar valor”, a Samarco revisita sua missão, após o ecocídio, para demonstrar sua preocupação com os aspectos ambientais em suas três dimensões, isto é, econômico, ambiental e social, conforme narrativa: “otimizar a transformação dos recursos minerais em valor para a sociedade, de forma segura, eficiente e inovadora, hoje e no futuro (SAMARCO, 2017, p. 14).

Mais uma vez o arbitrário cultural é reproduzido por meio das narrativas da empresa, apresentando a participação dela como indispensável para as sociedades onde atua, destacando que por meio do seu próprio desenvolvimento, a degradação ambiental e o crescimento das localidades onde atua torna-se possível.

Ainda em busca de sua retomada de negócios após o ecocídio, a Samarco Minerações S.A. buscou reproduzir e “impor como óbvia uma visão neoliberal que, no essencial, reveste com racionalizações econômicas os pressupostos mais clássicos do pensamento conservador de todos os tempos e de todos os países” (BOURDIEU, 1998, p. 27), conforme narrativa:

O processo se baseou na metodologia de pensamento sistêmico e valor compartilhado, a fim de traduzir, no plano de negócios, o compromisso com o crescimento em patamares seguros, eficientes e sustentáveis para gerar valor e, assim, financiar os processos de reparação e compensação socioeconômica e socioambiental dos impactos gerados pelo rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO, 2020, p. 44).

A conotação e associações de palavras como “desenvolvimento”, “envolvimento”, “crescer” e “gerar valor”, “tendem a fazer crer que a mensagem neoliberal é uma mensagem universalista de libertação” (BOURDIEU, 1998, p. 28).

A cultura legítima, isto é, os espaços sociais que legitimam o arbitrário cultural dominante, no que tange à sustentabilidade, é imposta como “verdade absoluta” e única possível. Na perspectiva de Bourdieu (1996), esta cultura legítima um discurso dominante que corresponde a uma ordem social específica. Para este cenário, refere-se à sustentabilidade que, ao longo dos anos, em virtude dos Pactos Mundiais, tem sido inserida nas Agendas de todos os países para que metas e objetivos sustentáveis sejam alcançados.

Esta ordem específica, das demandas sociais que requerem produtos e serviços mais sustentáveis, legitima os discursos normativos das instituições, no

caso desta pesquisa, discursos normativos da Samarco Minerações S.A. Estes ganham força social e são reproduzidos ao longo dos tempos, como assevera Bourdieu (1996). Tal situação evidencia-se nas narrativas apresentadas, pois, por meio do “desenvolvimento”, “envolvimento”, “crescer” e “gerar valor” o discurso desenvolvimentista, da ideologia neoliberal, é utilizado pela Samarco Minerações S.A. para legitimar suas ações no que diz respeito ao viés econômico, social e ambiental.

Deste modo, o arbitrário cultural dominante, no que tange a sustentabilidade, é a história reificada. Por meio do expansionismo das transnacionais, como a Samarco Minerações S.A., a degradação ambiental e as injustiças sociais podem ser equalizadas, haja vista que essas empresas “trazem” a ideia do progresso e do desenvolvimento econômico para as regiões na qual atuam.

Essa ideia de progresso e desenvolvimento econômico como verdade absoluta, compõem então, com o contexto do arbitrário cultural. Assim, surge a conotação de que o livre mercado é o melhor organizador da produção, influenciando diretamente na ação pedagógica, conforme será observado no decorrer desta discussão.

5.2.2 Ação Pedagógica (AP)

Para Bourdieu e Passeron (2014), toda AP é objetivamente uma violência simbólica. Isto é, a cultura dominante é imposta e inculcada de forma espontânea e natural por meio de uma ação não violenta que permite a imposição de maneira dissimulada de um arbitrário cultural como uma cultura universalizada.

Diante do exposto, a Samarco Minerações S.A., por meio de suas narrativas, reproduz a cultura universalizada da ideologia neoliberal, na qual lhe permite legitimar suas ações de forma naturalizada, conforme narrativa:

[...] deve investir na capacidade de enxergar adiante, de ir além e de buscar formas inovadoras de operar, aplicando tecnologia de forma intensiva para otimizar o uso dos recursos naturais, com respeito ao meio ambiente, gerando desenvolvimento econômico e social, garantindo custos competitivos e com resultados cada vez melhores, pessoas ainda mais bem preparadas e incorporando aprendizados diários (SAMARCO, 2011, p. 5).

A narrativa exposta acima evidencia a reprodução do arbitrário cultural, no qual, o expansionismo tecnológico proposto pelas transnacionais e a sua participação para o desenvolvimento econômico e social das localidades onde atuam,

alinhado a mitigação da degradação ambiental, permite a equalização das injustiças sociais e ambientais.

Bourdieu e Passeron (2014) caracterizaram a (AP) Ação Pedagógica – como violência simbólica em 2 sentidos, (1) imposição e inculcação de um arbitrário cultural dominante; e o (2) imposição e inculcação de certas significações, convencionadas, pela seleção e a exclusão. Portanto, será considerado como (AP), no que se refere à sustentabilidade, aquilo que for imposto, inculcado e que possa gerar certas significações convencionadas pela seleção e exclusão sobre esse tema.

Nesse contexto a imposição surge de forma intrínseca, associando novamente a ideologia de verdade que, por sua vez, ganha significações que se sustentam por meio da criação de uma “verdade” além dos fatos. Em consulta às narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A., identificou-se os padrões reprodutivos no tocante à sustentabilidade e foram divididos em “arbitrário imposto e inculcado” e “inculcação de significações” acerca desse arbitrário.

Buscamos contribuir para melhorar as condições de vida e o bem-estar das pessoas e para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, por meio da utilização responsável dos recursos naturais e da construção de relacionamentos duradouros baseados na geração de valor (SAMARCO, 2010, p. 14).

A inculcação do arbitrário é imposta com ações constantes, no decorrer dos anos, adotando uma “roupagem” de desenvolvimento econômico da sociedade e de seus habitantes.

Entre os temas que priorizamos, estão o desenvolvimento socioeconômico das comunidades vizinhas, com a geração de tributos, emprego e renda, a conformidade ambiental plena das operações e o respeito à vida, com práticas que garantam a segurança de nossos empregados e dos contratados (SAMARCO, 2012, p. 41).

Investimentos e programas direcionados por nossa estratégia de transformação social têm contribuído para melhorar a qualidade de vida na área de influência, incluindo os eixos de educação e geração de renda, voluntariado e desenvolvimento territorial (SAMARCO, 2014, p. 42).

O processo de inculcação não se cessa após o ecocídio, conforme apresentado por Samarco (2017, p. 40):

[...] nunca estivemos tão mobilizados para entregar as soluções necessárias na atual conjuntura e apresentar uma nova Samarco aos brasileiros, que assume suas responsabilidades com a reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão e quer voltar a contribuir para o desenvolvimento das regiões onde estamos inseridos.

Diante do exposto, a empresa vai impondo e inculcando um *habitus* duradouro e quase intransponível, com o intuito de legitimar de forma natural suas ações empresariais nas quais, segundo a cultura legítima, trazem benefícios

econômicos e sociais para as localidades nas quais as instalações industriais encontram-se. Ainda nessa narrativa, a empresa se propõe, por meio da implantação de tecnologias avançadas, como capaz de mitigar os efeitos nocivos que suas atividades trazem ao meio ambiente. Logo, por meio de uma ação não violenta, impõe o arbitrário cultural dominante.

Não obstante, se faz necessária a inculcação de significações que irão naturalizar condições sociais que favoreçam a reprodução e perpetuação do arbitrário cultural dominante, isto é, criar condicionantes que, ao serem internalizados pelos dominantes, tornam-se verdades absolutas. Essa naturalização é evidenciada por Estadão (2015), onde “há uma conversa que se quer espalhar como lavagem cerebral, segundo a qual mineração é mesmo uma atividade suja e que esse tipo de coisa é ‘do jogo’”, narrativa que faz menção ao ecocídio ocorrido em Mariana (MG).

Bourdieu e Passeron (1992) atribuem a essa forma pedagógica de alienação como aquela que se dá através da construção constante de novas significações, conforme pode ser observado abaixo:

Principal Valor para a Samarco, a Valorização da Vida é premissa em nossas operações. Por isso, em nosso dia a dia, desenvolvemos ações e procedimentos que visam garantir a segurança, a saúde e a qualidade de vida de nossos empregados e contratados (SAMARCO, 2011, p. 34).

Na narrativa acima, pode-se observar a ideia de limitação do conhecimento a fundo pelos atores sociais, uma vez que na predisposição da fala da empresa como favorável à vida traz a máxima do cuidado humano. A anunciação de cuidado com a vida é associada ao “progresso e desenvolvimento”: “Entendendo que a mineração do futuro deve estar cada vez mais integrada à sociedade, que nos concede o direito de explorar o minério de ferro e operar em seu território” (SAMARCO, 2011, p. 24).

Mesmo após o ecocídio, essas anunciações de inculcação e significações tomam seu curso constante, buscando subsidiar-se na ideia de indispensável, e de melhor valia para a sociedade. “Nosso objetivo é trabalhar em prol de uma mineração mais segura e de menor risco” (SAMARCO, 2016, p. 07). Essa é apenas uma das falas que enunciam a busca de minimização das consequências do ecocídio e o apoio da sociedade em compactuar com suas ações, justificadas pelas “ações responsáveis” de uma empresa que tem como máxima “ser uma base para a sociedade”:

As barragens foram construídas em linha com a Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334/2010), com inspeções de segurança próprias e equipes de operação em turno de 24 horas, para manutenção e monitoramento (SAMARCO, 2016, p. 64).

Identificou-se que a maioria da população entendia que a Samarco deveria continuar operando, ao mesmo tempo em que se responsabilizasse pelos impactos causados. Além disso, a Empresa possui expressiva influência sobre a economia do País, tendo sido, até o rompimento da barragem, uma das maiores exportadoras nacionais (SAMARCO, 2016, p. 29).

Mesmo com o passar do tempo, utilizando-se do inculcamento, as falas ainda são de “empresa responsável e indispensável” para sociedade: “Não nos esqueceremos jamais do ocorrido em novembro de 2015 e estamos absolutamente comprometidos com uma mineração diferente” (SAMARCO, 2020, p. 6).

As significações retratam a atuação degradadora da Samarco Minerações S.A., e a presença destes aspectos no discurso proferido pela população de Mariana, ressalta essa discussão: “pessoas que moram em Mariana acham que os atingidos se aproveitam da situação. Porque a Samarco é quem move a economia da cidade, é quem gera emprego” (CARTA CAPITAL, 2017a).

Logo, o ecocídio causado pela empresa, em 2015, torna-se naturalizado pelas comunidades locais atingidas, haja vista que a história reificada se incorporou, tornando-se uma história incorporada e naturalizada, criando um *habitus* duradouro, capaz de ser reproduzido pelos agentes.

Além das comunidades locais, o governo também interioriza o arbitrário cultural dominante, reproduzindo-o como único possível. Em nome de um desenvolvimento nacional e de ganhos regionais, presentes na ideologia desenvolvimentista, oriundos das operações da Samarco Minerações S.A., busca inculcar significações de uma mineração positiva no que se refere a impactos locais, naturalizando as perdas provocadas pela mineradora (CARTA CAPITAL, 2019a).

Assim, a AP se refere à sustentabilidade em relação ao “arbitrário imposto e inculcado” ao usar a narrativa de que o desenvolvimento local só é possível com a instalação de transnacionais como a Samarco Minerações S.A., que, imbuídas de uma narrativa desenvolvimentista e expansionista, preconiza a sustentabilidade econômica e que a degradação pode ser compensada com o desenvolvimento.

No tocante a “inculcação e significações”, as narrativas apresentam um discurso naturalizado e construído socialmente de que a mineração é algo positivo para as comunidades que recebem as instalações da Samarco Minerações S.A. e que os ecocídios fazem parte do jogo.

5.2.3 Autoridade Pedagógica (AuP)

A AP torna-se mais eficaz conforme o prestígio e o reconhecimento da Autoridade Pedagógica (AuP) que a exerce. Isto é, quanto mais renomada e prestigiada for a instituição ou o indivíduo que a exerça, mais facilmente será a reprodução e interiorização do arbitrário cultural dominante (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Por conseguinte, a AP vai além da transmissão de um conteúdo, pois tem o intuito da afirmação do conteúdo, e obtém desviando em favor da coisa comunicada, o prestígio insubstituível da instituição ou do autor intercambiável da comunicação (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Logo, a AuP é a instituição pedagógica (agente ou instituição) que legitima a AP e a implica, necessariamente, como condição social de exercício a autoridade pedagógica (AuP) e a autonomia relativa da instância encarregada de exercê-la (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Em relação à sustentabilidade, nesta pesquisa, são consideradas como AuP todas as instituições ou agentes, legitimados, que exercem a AP sobre esse tema.

Retomando os marcos históricos sobre a crise ambiental, o ano de 1972 tornou-se um divisor de águas em relação ao tema, haja vista que após a conferência sobre o Ambiente Humano, realizada pela ONU em Estocolmo (Suécia, 1972), os debates sobre desenvolvimento e proteção ambiental tornaram-se pauta na arena política internacional (PIERRI, 2001).

Com o tema em voga desde então, e com a chancela da ONU, no ano de 1987 em uma de suas várias conferências, a instituição publica um documento denominado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*) ou, como é mundialmente reconhecido, Relatório de Brundtland, trouxe em seu bojo o arbitrário cultural dominante do desenvolvimento sustentável, que é definido nos seguintes termos: "atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades" (WCED, 1987, p. 54, tradução nossa).

O relatório mencionado anteriormente contribui na reprodução da cultura dominante, pois fortalece a tese de que a humanidade é uma sociedade de subsistência industrializada ou rural e dependente da preservação e da existência básica do meio ambiente (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Após a publicação

do relatório, o termo desenvolvimento sustentável, tornou-se um "slogan" (LÉLÉ, 1991) para justificar as ações desenvolvimentistas, tal como a cultura dominante preconiza em sua ideologia neoliberal.

Após o marco histórico mencionado, é válido ressaltar que a ONU continua sua empreitada, atualmente no tocante às discussões que envolvem a sustentabilidade em suas três dimensões, econômica, social e ambiental e seus impactos no orbe terrestre. Isso é feito por meio de convenções, conferências, pacto global e os objetivos de desenvolvimento do milênio que discutem o tema.

Diante do exposto e em consulta às narrativas da e referentes à Samarco Minerações S.A., os padrões reprodutivos em relação à sustentabilidade evidenciam-se conforme a narrativa da Samarco (2010, p. 30):

Ao participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012, a Samarco se tornou signatária da carta Contribuição Empresarial para a Promoção da Economia Verde e Inclusiva, divulgada pela Rede Brasileira do Pacto Global⁶. Por meio desse documento, comprometemo-nos a assumir dez compromissos em prol de um novo cenário de desenvolvimento sustentável para os próximos 20 anos.

As empresas, participantes do Pacto Global da ONU, se comprometem, por meio de suas estratégias empresariais e atividades operacionais diárias, com a implementação e divulgação dos dez princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (PACTO GLOBAL, 2020). E estão divididos da seguinte maneira, segundo Pacto Global (2020):

Direitos Humanos

1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; e
2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.
3. Trabalho
4. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
5. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
6. A abolição efetiva do trabalho infantil; e
7. Eliminar a discriminação no emprego.
8. Meio Ambiente
9. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
10. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; e

⁶ “É uma iniciativa voluntária que fornece diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras” (PACTO GLOBAL, 2020).

11. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.
12. Anticorrupção
13. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

A Samarco é signatária do Pacto Global desde o ano de 2002, neste sentido, a empresa destaca que em 2008 reafirmou o "compromisso com o Pacto, estabelecido pela ONU (Organização das Nações Unidas) para fomentar o respeito e a defesa dos direitos humanos, do trabalho, da proteção ao meio ambiente e do combate à corrupção" (SAMARCO, 2010, p. 30).

A Samarco tem uma longa história de envolvimento com os princípios do Pacto Global, sendo signatária desde o ano de 2002. Isso não se alterou com o rompimento da barragem de Fundão: mesmo em um cenário complexo, mantivemos a coerência com nossos valores em ações como o atendimento emergencial e humanitário às comunidades impactadas e a manutenção da força de trabalho da Empresa pelo maior tempo possível, com os períodos de suspensão temporária de quadro de trabalho (*lay off*) (SAMARCO, 2017, p. 09).

Vale ressaltar que, mesmo após o fatídico ecocídio no ano de 2015, a Samarco Minerações S.A. faz questão de reafirmar o seu compromisso com o Pacto Global, conforme sua narrativa: "este relatório também faz referência ao desempenho organizacional quanto aos dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas" (SAMARCO, 2016, p. 03).

Além da participação no Pacto Global, a Samarco Minerações S.A. "fazia parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); em 2016, deixou de compor o grupo, estando seu retorno condicionado à evolução das tratativas relacionadas à gestão dos impactos" (SAMARCO, 2016, p. 17). Essa saída pode ser reforçada pelos princípios de atuação do PNUD, que "em todo o mundo é a de apoiar os países a erradicar a pobreza e reduzir significativamente as desigualdades e a exclusão social" (PNUD, 2020).

A adesão da Samarco Minerações S.A. nos projetos desenvolvidos pelo ONU, não se limita aos já expostos, pois segundo Samarco (2013, p. 31):

Estamos comprometidos com os oito objetivos do milênio, propostos pela Organização das Nações Unidas em 2000, por meio de ações e projetos para contribuir no combate à fome e à miséria, na promoção da educação básica de qualidade, na redução da mortalidade infantil e no respeito ao meio ambiente.

Apregoadas pelo envolvimento nas discussões sobre sustentabilidade, a ONU, nos anos 2000, juntamente com 191 líderes mundiais adotaram a Declaração do Milênio da ONU, que trouxe em seu bojo uma parceria global para a redução da

pobreza extrema, transcrito em uma série de oito objetivos que a posteriori ficou mundialmente conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (ONU, 2020). O prazo para o alcance dos objetivos foi a ano de 2015, e eles estão divididos conforme PNUD (2020):

1. Redução da Pobreza;
2. Atingir o ensino básico universal;
3. Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade na infância;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Após o ecocídio, a Samarco Minerações S.A. continua balizando seus indicadores ambientais, sociais e econômicos, por meio das diretrizes do pacto global dos objetivos de desenvolvimento sustentável, conforme narrativa:

Trazemos indicadores sociais, ambientais e econômicos para nossas operações e detalhamos nossa estratégia, nossa governança e nossos investimentos nas próximas páginas, prestando contas quanto aos diversos instrumentos, metodologias e compromissos que seguimos – como o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (SAMARCO, 2020, p. 7).

Vale ressaltar ainda, a assinatura da Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas, que ocorreu em 2009, "durante o seminário 'Brasil e as Mudanças Climáticas: Oportunidades para uma Economia de Baixo Carbono', [...] marca o posicionamento de 21 empresas de diversos segmentos sobre a redução de emissões de gases de efeito estufa" (SAMARCO, 2013, p. 31).

O documento mencionado acima demonstra a atuação da ONU como uma instituição legitimada a exercer a AP. Isto é, possui o prestígio objetivado construído socialmente, o que lhe dá o direito de autoridade para reprodução do arbitrário cultural dominante.

Outra AuP identificada por meio das narrativas da e referentes à Samarco Minerações S.A. foi o Estado, o qual não pode ser caracterizado, somente como um instrumento a serviço dos dominantes, haja vista que ele não é neutro, e nem completamente independente aos dominantes, e sua autonomia resulta da sua antiguidade e de suas conquistas sociais estruturadas (BOURDIEU, 1998). Entretanto, com o advento da revolução neoliberal, que se iniciou entre os anos de 1979 e 1980 no Reino Unido e nos EUA, respectivamente, tem como bandeira o progresso e está entregue a lógica do mundo econômico, isto é alegada lei do

mercado (BOURDIEU, 1998). Esse Estado, nos países em desenvolvimento, sucumbiu-se a essa revolução.

Apregoadada por um discurso unificador, a ideologia neoliberal implantou um sistema econômico global, que envolvia todas as economias mundiais e preconizava a desregulamentação dos controles jurídicos, proporcionando assim um mercado financeiro global, onde este é dominado por certas economias representado pelos países mais ricos (BOURDIEU, 1998). Logo, “os Estados nacionais estão minados por fora pelas forças financeiras e por dentro pelos cúmplices dessas forças financeiras, isto é, os financistas, os altos funcionários das finanças etc.” (BOURDIEU, 1998, p. 35).

Os governos dos países em desenvolvimento se viram envoltos com a flexibilização ou extinção de restrições de tarifas que permitiam os investimentos financeiros oriundos dos países desenvolvidos, assim como a retirada de subsídios para o desenvolvimento das indústrias domésticas, limitando a concorrência (HARRIS; SEID, 2000). Além disso, o arcabouço regulatório acerca da prevenção ambiental foi flexibilizado e os impactos sociais e ambientais foram contabilizados por meios econômicos (HARRIS; SEID, 2000; LEFF, 2001).

Diante do exposto, o arcabouço regulatório, “na forma como são feitos hoje – e pelos novos projetos do governo federal, a tendência é piorar –, os estudos de impacto ambiental tentam reduzir tudo a algum valor que o dinheiro pode pagar” (CARTA CAPITAL, 2015d). Considerando o aporte financeiro da Samarco Minerações S.A., ela pode “comprar mais barato a vida e o ambiente dos pobres, protegidas pela violência colonial do Estado” (CARTA CAPITAL, 2015d). Portanto, “no licenciamento ambiental aqui no Brasil predomina a ideia de que a prioridade é o crescimento econômico, a produção, gerar emprego e renda” (CARTA CAPITAL, 2015a).

A participação do Estado, no tocante a legislação e arcabouço regulatório em relação a proteção ambiental e diretrizes que nortearão as atividades empresariais, fica evidente conforme o que foi exposto pela Samarco (2011, p. 22) que se aguarda “o Plano Nacional de Mineração 2030, anunciado pelo Governo em 2010, que reúne diretrizes gerais para a geologia, os recursos minerais, a mineração, a transformação mineral e a metalurgia”.

O Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM – 2030) é uma ferramenta estratégica para nortear as políticas de médio e longo prazo que possam contribuir para que o setor mineral seja um alicerce para o desenvolvimento sustentável do País nos próximos 20 anos. A publicação do Plano representa

uma etapa importante para a formulação de políticas e planejamento do setor mineral (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2020).

Lançado em 2011 o PNM 2030 tem como objetivo “a consolidação do Marco Regulatório da Mineração e a ampliação do conhecimento geológico” (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2020).

Impregnado pela ideologia neoliberal, o governo brasileiro realizou a aprovação da Medida Provisória Nº 727, em 2016, na qual preconizou os investimentos em infraestrutura por meio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que inclui concessões, outorgas e privatizações, reguladas pelo governo (CARTA CAPITAL, 2016).

Na prática, a nova legislação impõe um regime de aceleração (fast tracking) do licenciamento ambiental aos projetos de infraestrutura. Isso, diante do quadro de crescente fragilidade das capacidades e recursos dos órgãos ambientais e daqueles que protegem os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, significará ainda maiores violações dos direitos ambientais e também desses grupos e das demais populações afetadas por grandes obras que têm no licenciamento a única via de avaliação, mitigação e compensação dos impactos causados (CARTA CAPITAL, 2016).

A Samarco Minerações S.A. em seus Relatórios Anuais de Sustentabilidade também apresenta narrativas de padrões reprodutivos que fazem do Estado uma AuP, antes e depois do ecocídio.

No ano de 2010, as ações em prol da AuP foram construídas por meio do relacionamento da empresa com o Estado. “Cada vez mais, nos relacionamentos institucionais com os poderes constituídos, mantemos interações com as diversas instâncias do governo para estudar, debater e/ou implementar ações de forma conjunta, que resultem em melhorias para a sociedade” (SAMARCO, 2010, p. 96).

Em 2011, a AuP estendeu-se por meio das consolidações entre todos os atores envolvidos: “construir e manter uma lógica de negócios com o compromisso de gerar riqueza para acionistas, empregados, contratados, sociedade, governos, fornecedores e clientes” (SAMARCO, 2011, p. 24).

Em 2012, AuP estendeu-se a ideia do princípio da governança:

Tanto nas operações quanto nas práticas de governança e nas relações com nossos públicos – acionistas, empregados, comunidades, governos, clientes e fornecedores –, buscamos aliar a transparência à melhoria contínua em nossos processos, com avanços significativos na incorporação de aspectos de sustentabilidade à essência da Samarco (SAMARCO, 2012, p. 11).

Em 2013, a fala mais uma vez busca a AuP por meio dos autores envolvidos, trazendo então a perspectiva de sustentabilidade e longo prazo:

Já as Redes Colaborativas dizem respeito àquilo que devemos construir, em parceria com sociedade civil, governos, clientes, concorrentes e demais empresas do setor e de setores correlatos. Buscando uma nova perspectiva de futuro, a fim de garantir a reputação positiva do negócio de mineração e impactar positivamente a vida daqueles que estão na área de influência de nossas operações, pretendemos mapear e implantar oportunidades de desenvolvimento dos territórios numa perspectiva de longo prazo (SAMARCO, 2013, p. 30).

As narrativas apresentadas demonstram um Estado, até o ecocídio, imbuído de entrelaces com a Samarco Minerações S.A. no tocante ao planejamento de ações que proporcionassem o desenvolvimento e a melhoria das sociedades nas quais a empresa possui plantas industriais. “Em 2015, foram executadas pesquisas para compreender como determinados polos de mineração atuam na transformação de rejeitos em subprodutos, envolvendo governos, indústria e academia” (SAMARCO, 2015, p. 31).

Após o ecocídio, este se vê envolto a discussões que podem reestabelecer a normalidade socioeconômica e socioambiental por meio de termos de conduta, no qual impõe diretrizes e normas na qual a Samarco Minerações S.A. deve seguir para retomar a confiança da sociedade.

Essas medidas foram acompanhadas de discussões sobre os programas de recuperação socioeconômica e socioambiental – que posteriormente se traduziram na construção do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado em março de 2016 entre a Empresa e suas acionistas Vale e BHP, e os governos federal e estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, e diversos entes e organizações (SAMARCO, 2017, p. 16).

Logo, o Estado está envolvido com o controle do orçamento público, com a redução de impostos e taxas, desde que eles sejam suficientes para manter os benefícios de quem o coordena e facilite o ingresso de conglomerados industriais no país, com a reformulação dos sistemas de proteção social, flexibilizando e desmantelando a rigidez das leis trabalhistas, assim como com a desregulamentação e afrouxamento das leis ambientais e extrativistas (BOURDIEU, 1998). Essas atribuições facilitam a legitimação da AP reproduzida pelos dominantes, pois, os receptores pedagógicos reconhecem a informação transmitida, assim como a AuP de quem transmite, conseqüentemente, recebe e interioriza a mensagem reproduzida (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Quatro meses após o rompimento, a Samarco, suas acionistas Vale e BHP, e diversos entes e órgãos públicos, incluindo os governos federal e estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, assinaram o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) (SAMARCO, 2020, p. 28).

A última AuP, identificada por meio das narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A., é a sociedade. Entretanto, antes de discorrer sobre ela, se faz necessário retomar a discussão de dois conceitos abordados pela sociologia bourdieusiana: o mundo social e o espaço social. Segundo Bourdieu (1996), o mundo social é construído pelos agentes sociais, de maneira individual e coletiva, conforme suas representações, e o espaço social caracteriza-se pela posição que os agentes sociais ocupam em uma formação social na qual encontram-se inseridos.

O posicionamento de um determinado agente no espaço social na qual ele está inserido pode ser definido pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, ou seja, conforme a distribuição de poder que ele possui em cada campo que ele participa. Para Bourdieu (1996), o espaço social se configura de acordo com três dimensões: na primeira, conforme o volume de capital que o agente possui; na segunda conforme a estrutura desse capital, isto é, qual o peso que esse capital representa para esse espaço social; e a terceira conforme a evolução temporal do volume e da estrutura do capital desse agente.

Logo, o espaço social é hierarquizado pelas desigualdades na distribuição de capitais e considerando que esse condicionante que define a posição de um agente em um espaço social, constituem-se os dominantes e dominados em um espaço social. Os dominantes buscam manter sua posição inalterada, logo utilizam-se de mecanismos de reprodução de um arbitrário cultural dominante capaz de criar um *habitus* duradouro e homogêneo (BOURDIEU; PASSERON; 2014). Conforme narrativa que segue:

Quando dizemos que praticamos a mineração responsável, reconhecemos os impactos gerados por nossas atividades e assumimos a responsabilidade de gerenciar com eficiência os recursos que a sociedade nos autoriza a utilizar, tornando a sustentabilidade um requisito inegociável de gestão (SAMARCO, 2013, p. 7).

Diante do exposto, busca-se criar um discurso compartilhado entre os agentes, criando o que Bourdieu chama de *doxa*, que é definida pelo próprio sociólogo como, “a crença prática não é um ‘estado de alma’ ou, ainda menos, uma espécie de adesão decisória a um corpo de dogmas e de doutrinas instituídas (‘as crenças’), mas, caso se permita a expressão, um estado de corpo” (BOURDIEU, 2009, p. 112). Essa *doxa* é legitimada através da história reificada, pertencente a classe dominante, que busca inculcar que a mineração e as plantas industriais da Samarco Minerações S.A.

proporcionam o desenvolvimento e o crescimento das localidades onde a empresa atua, gerando valor para a sociedade.

Assim sendo, após a incorporação da história vivenciada, a sociedade vive na *Illusio*, que segundo Bourdieu (2012, p. 286) é “o investimento no jogo do jogador avisado, dotado do sentido do jogo, que habituado ao jogo, pois que é feito pelo jogo, joga o jogo e, por esse meio, o faz existir”. A *Illusio* ocorre, pois, acreditam que estão fazendo parte do jogo e que podem modificá-lo a qualquer momento. Porém, não se dão conta que cada vez mais estão se tornando prisioneiras em suas próprias convicções e que reproduzem a estrutural social que beneficia cada vez mais os dominantes.

Destarte, a sociedade caracteriza-se como a AuP, mesmo sendo dominada e violentada simbolicamente por um arbitrário cultural dominante, haja vista que, reproduz a AP nos seus dois sentidos, isto é, impõe e inculca significações do arbitrário cultural dominante. As narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A. demonstram a sociedade como AuP antes e depois do ecocídio, uma vez que a empresa busca na própria sociedade sua legitimação.

Entendemos o processo de licenciamento ambiental como um importante fator de demonstração de compromisso de nossa atuação responsável, pois os licenciamentos simbolizam a permissão que a sociedade nos dá para mantermos e ampliarmos nossas operações (SAMARCO, 2010, p. 105).

Em 2010, a alusão se dá concatenando aos licenciamentos e a responsabilidade ambiental com a permissão da sociedade, fornecendo a esta junção seu discurso emancipatório. Enquanto em 2011, a sociedade aparece mais uma vez como sendo fortalecida pelo relacionamento com a organização. “As iniciativas de Diálogo Social buscam contribuir para o entendimento do nosso negócio pela sociedade, para o fortalecimento dos relacionamentos e para a minimização dos riscos” (SAMARCO, 2011, p. 58).

A evocação da sociedade continua mais uma vez nos demais anos como mais uma manobra estratégica para o discurso de autoridade pedagógica:

A sociedade é quem manda: a sociedade exigirá uma participação no processo de decisão das empresas, a fim de influenciar e fazer a diferença na estratégia e no plano operacional para garantir valor compartilhado, equidade e uma “licença social” para operar e crescer (SAMARCO, 2012, p. 23).

Em 2013, a empresa, buscando “responder as expectativas em ambições da sociedade” busca “líderes sustentáveis” dispostos a inovar dentro destas expectativas criadas.

Com base na construção de confiança, elemento central para concretizarmos os planos de crescimento e mantermos a licença social concedida pela sociedade para operarmos, o Modelo de Sustentabilidade nos ajuda a responder a importantes desafios e demandas a que estamos sujeitos – como a formação de líderes sustentáveis, a necessidade de ampliar a participação social nas tomadas de decisão e a ampliação dos investimentos em inovação (SAMARCO, 2013, p. 29).

Em 2014, o discurso mais uma vez ocorre na defesa do “relacionamento da empresa com a sociedade”, bem como, no diálogo e ações voltadas a “responder as alegações e anseios desta”:

As narrativas apresentadas, até o ecocídio, demonstram uma sociedade que concede a Samarco Minerações S.A. o direito de funcionamento. Isto é, reproduz o discurso dominante de que a empresa é essencial para o crescimento, desenvolvimento e geração de valor para as localidades onde atua e para o país.

Após o ecocídio, a reprodução do arbitrário cultural dominante permanece, conforme narrativas apresentadas na sequência desta análise:

Nesse contexto, destaco que estamos empenhados nos processos de licenciamento, que abrangem tanto o sistema de disposição de rejeitos, usando a cava de Alegria Sul, quanto o Licenciamento Operacional Corretivo (LOC) do Complexo de Germano, o que nos coloca em diálogo constante com o poder público, a quem cabe a concessão formal de licenças ambientais e operacionais, e com a sociedade, que é quem nos concede a licença social para operar (SAMARCO, 2016, p. 7).

A revista Carta Capital (2017a) retratou ainda a seguinte notícia: “O desemprego em Mariana passou de 20%. Há placas na cidade pedindo a volta da Samarco”. Nela, a sociedade então convencida da dependência à empresa para sua manutenção socioeconômica, entenderia que o ecocídio teria sido apenas uma intercorrência de sua atuação e que a empresa teria não só o apoio da sociedade, como seria um pedido dela:

[...] a reputação forte da Samarco, sinalizada até a última pesquisa realizada anteriormente ao rompimento da barragem de fundão, demonstrava a percepção positiva da sociedade sobre como a empresa gerenciava seus impactos ambientais (SAMARCO, 2017, p. 34).

A empresa então surge com um argumento quase que de piedade ao aceitar continuar sua atuação: “A Samarco entende que um retorno seguro e responsável às atividades é requisito para a reconstrução da confiança junto à sociedade e ao poder público quanto à sua capacidade de operar” (SAMARCO, 2020, p. 36).

As narrativas pós ecocídio também apresentam a sociedade como uma AuP apta a legitimar a AP, haja vista que os padrões reprodutivos da Samarco

Minerações S.A., assim como o da revista e do jornal, apresentam a sociedade reproduzindo e legitimando o arbitrário cultural dominante.

Portanto, as AuP's apresentadas, no que diz respeito a sustentabilidade, são reconhecidas e legitimadas a exercerem a AP, uma vez que a AP busca não somente a transmissão de um conteúdo, mas a afirmação do valor dele por meio do prestígio e da maneira insubstituível de quem a comunica (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Diante do exposto, a ONU torna-se a instituição mais importante acerca dos debates e diretrizes sobre a sustentabilidade, haja vista que, por meio de suas conferências, convenções e pactos, legitima o que se entende por sustentabilidade, conforme o arbitrário cultural dominante. Já o governo, por meio do arcabouço regulatório sobre sustentabilidade, estipula o que deve e o que não deve ser feito pelas empresas, e até mesmo criam leis que as favorecem. Por fim, a sociedade, por vivenciar uma *illusio*, legitima o arbitrário cultural dominante e suas significações. Portanto, a Samarco Minerações S.A. reproduz o que é estabelecido pela ONU no que tange à sustentabilidade, adequa-se a legislação imposta, e até mesmo as manipula, tendo a sociedade como legitimadora e reprodutora de suas ações.

5.2.4 Trabalho Pedagógico (TP)

Além de delegar autoridade para que a AuP possa reproduzir o arbitrário cultural dominante, a AP também implica o trabalho pedagógico (TP), isto é, trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável (BOURDIEU; PASSERON, 2014). O TP tem por objetivo a formação de um *habitus* duradouro capaz de perpetuar-se após a cessação da AP e que possa ser reproduzido por aqueles que o interiorizam.

O TP, por meio de sua ação transformadora, busca inculcar uma formação como sistema de disposições duráveis e transponíveis e confirmar a consagração, de forma irreversível da AuP que o exerce (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Portanto, no que diz respeito à sustentabilidade, será considerado como TP todo trabalho de inculcação que produza uma formação durável sobre esse tema.

Em consulta as narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A. identificou-se os padrões reprodutivos acerca da sustentabilidade, no que diz

respeito ao TP, no qual evidencia-se na busca por indicadores que irão refletir a performance da empresa em relação a internalização da cultura de sustentabilidade (SAMARCO, 2014). Esse TP foi desencadeado pela Samarco Minerações S.A. por diversos programas, com maior ênfase em suas narrativas, como o “Programa de Educação Ambiental” (PEA), o “Saber Samarco”, o “Exercícios Simulado”, e o “Projeto Quarta Pelotização” (P4P).

No que diz respeito ao "Programa de Educação Ambiental" (PEA), "é realizado desde 1997 e atende escolas, comunidades e produtores rurais próximos às nossas operações com atividades que visam à promoção da consciência em relação ao tema" (SAMARCO, 2012, p. 78). O PEA tem como prerrogativa:

Disseminar, entre alunos de escolas públicas, conhecimentos sobre respeito ao meio ambiente e sustentabilidade, por meio dos projetos Baú EConhecimento (biblioteca itinerante com livros, DVDs, fantoches e fantasias) e Cidadão Ambiental – no qual os alunos desenvolvem uma pesquisa de campo a partir da constatação de uma realidade socioambiental local, resultando em ações simples e factíveis nas comunidades que serão apresentadas em um seminário para o poder público local (SAMARCO, 2014, p. 47).

Ainda segundo a Samarco Minerações S.A., "a sustentabilidade que se busca vem da confiança que se constrói em cada relacionamento" (SAMARCO MINERAÇÕES, 2015).

O PEA tem como premissa básica a abordagem de temas como "uso consciente de recursos naturais e a gestão de resíduos entre estudantes da rede pública, com envolvimento de docentes e escolas, tendo como objetivo mais amplo fortalecer a consciência ambiental e o senso de pertencimento quanto ao assunto" (SAMARCO, 2020, p. 67). Após o ecocídio, o programa chegou a ser interrompido pela empresa, mas foi retomado em 2018 por meio de consultas sociais nas comunidades, que decidiram quais seriam as suas prioridades ambientais (SAMARCO, 2020).

Buscando estreitar ainda mais seus laços com as comunidades por meio do seu "Programa de Educação Ambiental", e interiorizar o arbitrário cultural dominante de maneira perene, a Samarco Minerações S.A. realizou capacitações junto aos produtores rurais das comunidades circunvizinhas as suas unidades industriais. Esse mecanismo de interiorização se deu por meio do Programa de Desenvolvimento do Produtor Rural, o qual tem seu marco inaugural no ano de 2008 e o objetivo de proporcionar “a melhoria da renda, a qualificação e ganhos de

produtividade e qualidade de vida de cafeicultores e de suas famílias em 11 municípios do Espírito Santo e de Minas Gerais” (SAMARCO, 2014, p. 46).

Para que o desenvolvimento desses produtores ocorresse, a empresa afirma acreditar que “por meio de cursos e consultorias, os agricultores aprendem como agregar valor ao seu café, aprimorando a qualidade do produto e dos processos produtivos e gerando benefícios sociais, econômicos e ambientais” (SAMARCO, 2014, p. 46).

Esse relacionamento com a comunidade preconiza o TP para a inculcação de um *habitus* duradouro que pode ser reproduzido por todos que o interiorizam, facilitando assim a reprodução da cultura dominante acerca da sustentabilidade econômica. Dessa maneira, a narrativa da empresa alega que “a Samarco deve assumir na promoção de mudanças estruturais internas, envolvendo sua alta liderança, para que sua influência sobre a sociedade possa ser exercida de forma abrangente e duradoura” (SAMARCO, 2012a, p. 23).

Portanto, o “Programa de Educação Ambiental” tem como objetivo a confirmação e consagração da AuP e do arbitrário cultural que ela inculca (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Ele proporciona a inculcação dos preceitos da sustentabilidade estabelecidos pela ONU, em suas convenções, conferências e pactos criando um *habitus* duradouro e que possa ser reproduzido de forma perene.

Outro TP realizado pela empresa é a educação corporativa, por meio do programa “Saber Samarco”, que apresenta o propósito de oferecer “ações de desenvolvimento com o objetivo de contribuir para a implementação da estratégia organizacional, com profissionais mais bem capacitados para o desempenho de suas atividades e, conseqüentemente, para a alavancagem de nossa produtividade” (SAMARCO, 2014, p. 55). Esse programa buscou delegar ao profissional, a responsabilidade pelo seu próprio desempenho e o fortalecimento da cultura interna da organização (SAMARCO MINERAÇÕES, 2011).

Segundo a narrativa da empresa, o “Saber Samarco” era, até novembro de 2015, “o principal mecanismo para o desenvolvimento dos empregados, tendo como focos o aprimoramento técnico e comportamental das pessoas, sua satisfação e o conseqüente aumento da produtividade e dos resultados” (SAMARCO, 2016, p. 55).

Portanto o “Saber Samarco” buscou inculcar as significações da ascensão profissional de parte dos profissionais em detrimento aos outros, haja vista

que eles teriam as mesmas condições de desenvolvimento dentro da empresa, e só não teriam êxito aqueles que não se empenham nos programas de desenvolvimento oferecido pela empresa. Logo, o TP produz e inculca, por meio de seu próprio exercício, a ideologia que busca naturalizar o descompasso cultural e social entre um profissional e outro, isto é, a ascensão meritocrática de um e a exclusão do outro, como algo natural e legítimo (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Já no que diz respeito aos "Exercícios Simulados", as narrativas da Samarco Minerações S.A. repete-se em seus relatórios de sustentabilidade, dos biênios de 2015 - 2016 e 2019 - 2020 e no vídeo Simulado de Emergência, publicado no ano de 2019, no canal do Youtube da empresa, conforme apresenta-se:

O propósito principal dos exercícios simulados é o estímulo ao engajamento comunitário para promover um ambiente de maior tranquilidade, aumentando a capacidade da sociedade de reagir a eventos adversos, tais como um rompimento de barragem, uma enchente ou uma inundação (SAMARCO, 2016, p. 66).

Com o intuito de retomar suas atividades, a Samarco Minerações S.A. intensificou o seu TP por meio dos seus simulados, conforme narrativa que segue:

Desde 2016, já foram feitos sete exercícios, com a participação de quase 4 mil pessoas das comunidades da região. Em 2016, foram realizados dois simulados, um em março e outro em novembro; em Mariana ocorreram nos distritos de Bento Rodrigues, Camargos, Ponte do Gama, Borba, Pedras, Campinas e em Barra Longa, em sua sede, e também nos distritos de Barreto e Gesteira com a participação de 373 e 954 pessoas, respectivamente. Também foram realizados simulados em 2017 e 2018, nas mesmas cidades e seus distritos (SAMARCO, 2020, p. 37).

Os "Exercícios Simulados" realizados pela Samarco Minerações S.A. possuem o objetivo de manutenção da ordem, ou seja, função de reproduzir o empenho e dedicação da empresa para com a prevenção e procedimentos de evacuação caso possíveis ecocídios venham a ocorrer nas localidades onde atua. Logo, está incumbida de reproduzir as estruturas das relações de força entre os grupos ou classes, por meio da inculcação, exclusão ou imposição aos dominados o reconhecimento da cultura dominante, e lhes fazer interiorizar disciplinas e censuras que privilegiem os dominantes (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Além dos simulados, a empresa utiliza-se de *workshops* e reuniões com a sociedade e autoridades para realizar o TP por meio do diálogo, conforme sua narrativa: "realizamos reuniões com governos municipal e estadual, ministério público e órgãos ambientais, com o intuito de fornecer informações sobre a Empresa, suas atividades e detalhes sobre projetos como o P4P" (SAMARCO, 2013, p. 92).

O "Projeto Quarta Pelotização" também se evidencia como um TP pois, por meio dele a Samarco Minerações S.A. inculca o arbitrário da cultura dominante, no qual o crescimento da capacidade de produção da empresa proporcionará as comunidades locais e circunvizinhas o desenvolvimento, conforme narrativa que segue:

Com o Projeto Quarta Pelotização, a previsão é de que a economia dos municípios envolvidos seja aquecida, gerando renda para a população local. Além disso, serão gerados impostos num volume de R\$ 589 milhões (R\$ 208 milhões em tributos federais, R\$ 289 milhões em tributos estaduais e R\$ 92 milhões em tributos municipais). Estima-se que, no pico das obras, serão gerados cerca de 13 mil empregos nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo (SAMARCO, 2010, p. 32).

Para obter um maior contato com a sociedade e mensurando um crescimento da procura de informações oriundo dela acerca da execução das obras, a empresa desenvolveu uma central de atendimento para receber reclamações, sugestões, dúvidas e elogios sobre o P4P. Como evidenciado pela Samarco (2011, p. 60) "foram realizadas melhorias e adaptações no atendimento, mapeamento de dados e ampliação da estrutura da Central, que tem permitido entregas mais rápidas e precisas".

Retomando as questões comunicativas da Samarco Minerações S.A. e as comunidades sobre o "Projeto Quarta Pelotização" para a realização do TP, a empresa denota a realização de encontros nos quais, são "apresentados e discutidos os resultados do monitoramento do Projeto nas áreas de influência, com a participação do público interno e de representantes das comunidades" (SAMARCO, 2012, p. 43).

O "Projeto Quarta Pelotização" tem o objetivo de impor e inculcar o arbitrário cultural dominante da dependência econômica, social e ambiental, que os países em desenvolvimento possuem em relação a implantação de transnacionais em seus territórios. Logo, realiza a reprodução das condições sociais de produção do arbitrário cultural dominante ao reproduzir a história reificada, na qual ele não é o produtor, com o intuito de gerar práticas reprodutoras das estruturas objetivas (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

As narrativas apresentadas sobre o "Programa de Educação Ambiental", "Saber Samarco", os "Exercícios Simulados" e o "Programa Quarta Pelotização" evidenciam o TP para a inculcação da cultura dominante do "sempre-assim", haja vista que os profissionais que não conseguem a ascensão profissional,

assim como as comunidades em que a Samarco Minerações S.A. possui unidades industriais, naturalizam o fato de não conseguirem uma promoção (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Não obstante, propagar-se-á os dizeres que os acidentes fazem parte do jogo, que isso é normal, pois a Samarco está ali para ajudá-los, orientá-los, protegê-los e proporcionar o desenvolvimento e a geração de valor, não atentando-se que esses significantes são produtos da história naturalizada por meio de uma construção social (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

O trabalho pedagógico da Samarco e seus programas surgem então justamente dentro das preconizações de Bourdieu e Passeron (2014). Dentre eles, é possível destacar alguns, os quais foram discutidos a seguir.

O “Programa de Educação Ambiental (PEA)” busca confirmar e consagrar a AuP e o arbitrário cultural dominante que ela inculca ao criar uma “verdade” absoluta do que seja sustentabilidade para as classes dominantes, e a impõe por meio do “Programa de Educação Ambiental”, que cria um *habitus* duradouro e que possa ser reproduzido.

O trabalho pedagógico do “Saber Samarco”, que trabalha com a ideia de Inculcação de significações que buscam justificar o processo “meritocrático” que envolvem o crescimento profissional e que, na verdade, mascaram as desigualdades sociais e culturais e as legitimam como naturais. O funcionário que não obteve êxito foi aquele que não se empenhou e, em contrapartida, o que obteve, será um exemplo a ser seguido, favorecendo a reprodução do capital cultural.

O programa de “Exercícios Simulados” que busca demonstrar para a sociedade que a empresa está preocupada com possíveis novos ecocídios e incumbida na criação de processos de prevenção e procedimentos de evacuação. Este programa impõe e inculca um *habitus* homogêneo e duradouro, de que a mineração é segura e que a empresa está apta a ajudar.

E, por fim, o “Projeto Quarta Pelotização” (P4P), que tem o objetivo de reproduzir as estruturas sociais da dependência que os países em desenvolvimento (dominados) possuem em relação aos países euro-americanos (dominantes), e que a participação dos últimos é imprescindível para o crescimento e desenvolvimento local.

Logo, identifica-se o TP convencionado pela cultura dominante, no que tange a sustentabilidade, de que o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica são os percursos do desenvolvimento sustentável, no qual o livre

mercado é a mão que guia todo esse processo e as significações, despertando a ideia de que as transnacionais são benéficas para as localidades onde atuam, pois trazem o desenvolvimento e a geração de valor (BANSAL, 2002; HARRIS; SEID, 2000; LEFF, 2001).

5.2.5 Autoridade Escolar (AuE)

Todavia, não se pode pensar somente em instituições legitimadas (AuP) e que possuem a permissão da violência simbólica por parte da classe dominante, haja vista que essas instituições delegam na figura da autoridade escolar (AuE) a reprodução de um arbitrário cultural dominante, na qual ela não é a produtora desse arbitrário, mas sim sofre a violência simbólica e a exerce na atribuição de suas atividades, executando a reprodução do arbitrário cultural dominante (BOURDIEU; PASSERON; 2014).

Bourdieu e Passeron (2014) conceituaram a AuE como a forma institucionalizada da AuP (Autoridade Pedagógica). Isto é, referem-se à ideia de adquirir o direito de exercer a violência simbólica sem que necessitem da conquista e da confirmação perene da sua AuP para a reprodução do arbitrário cultural dominante, uma vez que a representam. Logo, é considerado como AuE, no que se refere a sustentabilidade, os agentes ou instituições dotadas pela instituição dos atributos simbólicos da autoridade sobre esse tema.

Bourdieu e Passeron (2014) descreveram os professores como reprodutores de um arbitrário cultural dominante, o qual era reproduzido por eles de forma inconsciente, pois não eram eles que os produziam, mas só reproduziam devido a interiorização de um *habitus* reproduzido por seus mestres. A presente pesquisa apresenta, por meio das narrativas da e referentes à Samarco Minerações S.A, seis AuE no tocante a sustentabilidade. Assim como, os padrões reprodutivos que as caracterizam como tais.

A primeira AuE que se demonstrou por meio das narrativas, é evidenciada pela Samarco (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2016, 2017, 2020) no início de todos os seus relatórios anuais e bienais de sustentabilidade, antes e depois ao

ecocídio cometido pela empresa no ano de 2015, nos quais ela afirma a padronização desses conforme as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI)⁷.

As narrativas que representam os padrões reprodutivos, no que diz respeito a AuE da GRI.

As informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia foram elaboradas de acordo com as diretrizes para relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (“GRI G3”) e de acordo com o suplemento setorial “Mining and Metals Sector Supplement – RG Version 3.0/MMSS Final Version” (SAMARCO, 2010, p. 6).

Por meio de suas narrativas, de 2010 a 2020, a Samarco Minerações S.A. evidência a reprodução dos padrões de sustentabilidade implantados e mensurados anualmente, utilizando-se como método as diretrizes da GRI. A última por sua vez, está revestida pela legitimidade da AuP e reproduz a AP, ou seja, impõe e inculca o arbitrário dominante no que diz respeito a sustentabilidade (BOURDIEU, PASSERON, 2014).

Como referência para a construção do nosso Relatório Anual de Sustentabilidade, utilizamos, desde 2003, as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) G3, entidade internacional, reconhecida mundialmente como referência em elaboração de relatórios de sustentabilidade. Desde 2010, respondemos ao seu Suplemento Setorial Minas e Metais (SAMARCO, 2011, p. 3).

Em 2012, 2013 e 2014, a emancipação pelas diretrizes e pactos globais mais uma vez são evidenciadas:

Como reflexo das experiências e do aprendizado na comunicação do desempenho socioambiental da Samarco, apresentamos, pela 11ª vez, nosso Relatório Anual de Sustentabilidade. Com base na metodologia de relato da *Global Reporting Initiative* (GRI), que utilizamos desde 2003 (SAMARCO, 2012, p.10).

Mais uma vez, a Samarco torna públicos seus projetos e indicadores sociais, ambientais e econômicos, por meio deste Relatório Anual de Sustentabilidade, que informa os dados de 2014. Neste documento, o décimo quarto que produzimos, destacamos nossa transição para a nova versão (G4) das diretrizes de relato da *Global Reporting Initiative* (GRI), com impactos diretos na forma e nos conteúdos que abordamos (SAMARCO, 2014, p. 2).

Posteriormente ao ecocídio, a empresa busca naturalizar a história construída socialmente do que é sustentabilidade e quais os indicadores necessários para que as empresas comprovem suas ações sustentáveis. A Samarco Minerações S.A. busca em seus documentos os dados que quantificam seu “elo” com a sociedade:

O documento traz indicadores sociais, ambientais e econômicos de desempenho para os dois anos, em atendimento à metodologia de relato da

⁷ “Entidade internacional, reconhecida mundialmente como referência em elaboração de relatórios de sustentabilidade” (SAMARCO, 2011, p. 3).

Global Reporting Initiative (GRI), e detalha as ações de resposta da Samarco ao rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO, 2015, 2016, p. 3).

Como parte dos esforços de reconstrução da confiança da Samarco perante seus públicos de relacionamento e a sociedade brasileira, esta Comunicação de Progresso é um primeiro passo para a elaboração do Relatório Bienal 2017- 2018, baseado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), a ser publicado em 2019 (SAMARCO, 2017 p. 3).

Mais uma vez, os dados socioambientais divulgados se alinham à metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), referência internacional em comunicação de resultados, e abrangem a totalidade das operações da Samarco – do Complexo de Germano, em Minas Gerais, às atividades industriais e portuárias do Complexo de Ubu, no Espírito Santo (SAMARCO, 2020, p. 5).

Vale ressaltar que a GRI é um reproduzidor dos padrões de sustentabilidade, isto é, ela não é a produtora, mas adquiriu a legitimidade de reprodução por meio da AuP da ONU, conforme narrativa que segue:

Os Padrões GRI estão fortemente alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU - a avaliação de materialidade global para o nosso mundo. Oferecemos recursos, ferramentas e assistência prática que permite às empresas compreender e comunicar sua contribuição para os ODS (GRI, 2020).

Logo, aproximadamente 90% dos maiores conglomerados empresariais do mundo comunicam suas atividades em relação a sustentabilidade considerando os princípios da instituição (GRI, 2020).

Além das diretrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, a GRI também se torna um certificador e balizador de ações sustentáveis adotadas pelas empresas, que permitem a reprodução do capital cultural institucionalizado (BOURDIEU, 1996).

As narrativas enunciadas abaixo, certificam a Samarco Minerações S.A. como uma empresa sustentável na perspectiva da GRI.

A GRI neste ato declara que Samarco Mineração apresentou seu “Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco 2010 – RAS2010” para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende os requisitos de Nível de Aplicação A + (SAMARCO, 2010, p. 123).

Diante do exposto, a GRI não só impõe e inculca o arbitrário dominante acerca da sustentabilidade, mas também atua como validadora e certificadora de ações sustentáveis praticadas pela Samarco Minerações S.A., antes e depois do ecocídio. Essa, portanto, reproduz por meio de seus Relatórios Anuais de Sustentabilidade, o capital cultural institucionalizado, legitimando suas ações e reforçando para a sociedade sua preocupação com o que lhes foi outorgado por ela para extrair.

A GRI neste ato declara que Samarco Mineração S.A. apresentou seu relatório “Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco 2011” para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A + (SAMARCO, 2011, p. 93).

A GRI neste ato declara que Samarco Mineração S.A. apresentou seu relatório “Relatório Anual de Sustentabilidade 2012 da Samarco” para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+ (SAMARCO, 2012, p. 83).

Na medida em que os anos passam, as declarações públicas dessa “característica sustentável” aprovada pela GRI tornam-se uma espécie de emancipação.

A GRI neste ato declara que Samarco Mineração S.A. apresentou seu relatório “Relatório Anual de Sustentabilidade 2013” para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+ (SAMARCO, 2013, p. 105).

Com base nos procedimentos aplicados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações de sustentabilidade constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade 2014 da Samarco Mineração S.A. não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI G4) (SAMARCO, 2014, p. 79).

Portanto, a GRI é uma AuE no tocante a sustentabilidade, pois torna-se a forma institucionalizada da AuP, detentora de atributos simbólicos para a reprodução do arbitrário cultural dominante sobre a sustentabilidade. Da mesma maneira como o professor tradicional quando abandona o arminho e a toga e embrenha-se na multidão não esquece de sua proteção última: o uso professoral de uma língua professoral (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório Bienal Samarco 2015 - 2016 da Samarco Mineração S.A. não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI G4) (SAMARCO, 2016, p. 96). Com base nos procedimentos realizados neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório de Sustentabilidade Biênio 2018 e 2019 da Samarco, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os Standards para Relato da Sustentabilidade da Global Reporting Initiative – GRI (GRI-Standards) e com os registros e arquivos que serviram, de base para a sua preparação. (SAMARCO, 2020, p. 98).

Outra AuE que apresenta padrões de reprodução, antes do ecocídio, nas narrativas no que se refere à sustentabilidade é o Instituto Ethos, do qual a Samarco Minerações S.A. é signatária desde o ano de 2006, ao iniciar sua participação no Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, coordenado pelo instituto (SAMARCO, 2010).

As narrativas da Samarco Minerações S.A. que caracterizam os padrões reprodutivos são legitimadas pelo Instituto Ethos como AuE. As narrativas

são dos anos que antecedem o ecocídio e acabam por auxiliar sua autoridade após ocorrido.

O Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, coordenado pelo Instituto Ethos foi aderido pela Samarco em 2006. Ele é um desdobramento do 10º princípio do Pacto Global e personifica a postura de empresas brasileiras de promover a ética e a integridade nos negócios e na sua cadeia, fortalecendo a cultura da ética e da responsabilidade corporativa (SAMARCO, 2010, p. 31).

O Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção foi lançado no dia 22 de junho de 2006, em São Paulo, durante a Conferência Internacional do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. A Samarco aderiu ao Pacto no mesmo ano de seu lançamento (SAMARCO, 2011, p. 26).

Somos signatários do Pacto, lançado em 2006 durante a Conferência Internacional do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, de forma a assegurar nosso comprometimento com as melhores práticas corporativas e com a redução da corrupção no país (SAMARCO, 2012, p. 26). Estamos entre os signatários do Pacto, lançado em 2006 durante a Conferência Internacional do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, cujo objetivo é promover melhores práticas corporativas e reduzir o suborno e a corrupção no País, contribuindo para um mercado mais íntegro e ético (SAMARCO, 2013, p. 31).

Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção – assinado em 2006 durante a Conferência Internacional do Instituto Ethos, propõe melhores práticas de combate e prevenção de ocorrências de corrupção (SAMARCO, 2014, p. 33)

As narrativas apresentadas perpassam o espaço temporal até o último Relatório de Sustentabilidade publicado antes do fatídico ecocídio cometido pela Samarco Minerações S.A. Os demais relatórios, isto é, 2015 - 2016, 2017 - 2018 e 2019 - 2020 não apresentam narrativas que remetam ao referido instituto, logo, considera-se como uma AuE anterior ao ecocídio. A presente pesquisa considerou o Ethos como uma AuE institucionalizada pela ONU, haja vista que as narrativas da Samarco Minerações S.A. afirmam categoricamente que ela participa do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e que o mesmo é o desdobramento do 10º princípio do Pacto Global da ONU.

Cabe destacar que as narrativas apresentadas pela Samarco Minerações S.A., vão ao encontro com o primeiro compromisso a ser cumprido pelas empresas associadas ao instituto, isto é, que ela:

[...] divulgue por seus meios de comunicação corporativa o conceito de responsabilidade social empresarial, conforme formulado pelo Instituto Ethos, para os públicos com os quais interage (acionistas, colaboradores, consumidores, fornecedores, comunidades e governos) (INSTITUTO ETHOS, 2020).

Portanto por meio de seus Relatórios Anuais de Sustentabilidade, antes do ecocídio, a Samarco Minerações S.A. reproduziu o conceito de responsabilidade social empresarial, estabelecido pelo instituto. Entretanto, após o ecocídio, a empresa deixa de fazer parte do quadro associativo do instituto, haja vista que rompe com o segundo compromisso empresarial junto ao instituto: “comprometa-se com o tema e busque progressivamente a excelência em políticas e práticas de responsabilidade social” (INSTITUTO ETHOS, 2020).

Como descrito por Bourdieu e Passeron (2014), a AuP designa à AuE a legitimidade de transmissão do que se transmite e as autoriza a impor a recepção e o controle da inculcação por meio de sanções construídas e legitimadas socialmente.

Na medida que as afirmativas vão se dando, as narrativas configuram a reprodução dos padrões do instituto Ethos pela Samarco Minerações S.A.

No caso dos fornecedores de serviços, também aplicamos auditorias anuais para avaliar sua conformidade em relação a esses temas, abordando aspectos dos indicadores do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (SAMARCO, 2012, p. 74).

Todos os nossos contratos incluem cláusulas-padrão sobre segurança e direitos humanos, além de abordar a proibição do uso de mão de obra escrava ou infantil. Entre os fornecedores de serviço, aplicamos auditorias periódicas nas empresas para avaliar o alinhamento aos valores da Samarco em relação a esses temas, com base nos indicadores do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (SAMARCO, 2013, p. 99).

Nos fornecedores de serviços, também são realizadas auditorias, baseadas nos indicadores do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (SAMARCO, 2014, p. 20).

Diante do exposto, a Samarco Minerações S.A. reproduz os padrões de responsabilidade social estabelecidos pelo instituto Ethos antes do ecocídio para seus fornecedores e parceiros. Estes padrões se baseiam no 10º princípio do Pacto Global da ONU, naturalizando os padrões estabelecidos e tornando-os uma “verdade absoluta” na condução da responsabilidade social das empresas. Além disso, inculca significações de que, se a empresa faz parte desse instituto, ela pode ser considerada uma empresa socialmente responsável. Após o ecocídio, contudo, cessaram as narrativas e a Samarco Minerações S.A. deixa de ser uma associada do instituto por não cumprir com seus compromissos.

Assim como os mestres (professores) no sistema de ensino francês, o instituto Ethos repete os padrões reprodutivos que perpassam o contexto da sustentabilidade de outrora, isto é, repete de forma homogênea e ininterrupta narrativas de modelos que se reproduzem uns aos outros, perpetuando o arbitrário

cultural dominante (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Logo, interiorizam a história reificada e a reproduz como natural e legítima.

Outra instituição que demonstrou por meio das narrativas antes do ecocídio, reprodutivos, foi a Organização Internacional para Normatização (ISO – *International Organization for Standardization*) situada em Genebra, na Suíça. Esta possui em seu bojo especialistas que buscam desenvolver padrões universais (CARTA CAPITAL, 2019a). Conforme descrito por Samarco (2010; 2012) a empresa utiliza-se das normas ISO 14000 (controles ambientais), ISO 9001 (qualidade de processos) e OHSAS 18000 (saúde e segurança) como método de avaliação dos processos nas suas plantas industriais, da satisfação dos seus clientes e de fornecedores que prestam serviços nas referidas plantas.

As narrativas da Samarco Minerações S.A. que corroboram para a definição de padrões reprodutivos acerca da ISO. No ano de 2010, a narrativa salienta a satisfação e relação da empresa com seus atores, fomentando os benefícios que a empresa propõe a todos os envolvidos:

Com relação à satisfação dos clientes, utilizamos o índice Customer Satisfaction Index, desenvolvido internamente e alimentado por várias entradas: visitas técnicas/comerciais, eficiência de embarque, qualidade embarcada, qualidade de entrega, qualidade de benchmark, penalidades, reclamações, flexibilidade, entre outras. Para cada item, é atribuída uma pontuação. Os itens têm pesos diferentes, conforme a importância na cadeia e o valor percebido pelo mercado, além de outras avaliações. Essa avaliação é feita mensalmente. A metodologia segue as orientações do Programa Nacional da Qualidade (PNQ) e as normas da Certificação ISO 9001 (SAMARCO, 2010, p. 78).

As empresas contratadas que mantêm instalações dentro de nossas unidades industriais passam também por avaliações trimestrais quanto às questões relacionadas com as normas ISO 14000 (controles ambientais) e OHSAS 18000 (saúde e segurança) (SAMARCO, 2010, p. 81).

Em 2011, a narrativa de “prestação de contas” continua com a alusão da preocupação da empresa com os Gases de Efeito Estufa:

Inventário de Gases de Efeito Estufa - A Samarco realiza, desde 2007, o Inventário de Emissões, de acordo com os cinco princípios que fazem parte do padrão GHG Protocol Corporate Standard e da norma ISO 14064-1: relevância, integridade, consistência, transparência e exatidão (SAMARCO, 2011, p. 53).

Para avaliar a satisfação dos clientes, utilizamos o Customer Satisfaction Index (CSI), um modelo desenvolvido internamente. A avaliação é feita mensalmente, segundo uma metodologia que segue as orientações do Programa Nacional da Qualidade (PNQ) e as normas da Certificação ISO 9001 (SAMARCO, 2011, p. 79).

Já nos anos de 2012 a 2014, a empresa busca mais uma vez estabelecer sua atuação junto aos seus atores:

Saúde e Segurança - Sistema da Samarco permite o mapeamento de riscos críticos e o desenvolvimento de ações para promover um ambiente seguro e saudável. Auditado anualmente, nosso sistema se baseia nos requisitos da norma internacional OHSAS 18001, em boas práticas do setor e demandas de nossos acionistas (SAMARCO, 2012, p. 33). [...] Desde 2007, realizamos nosso inventário de emissão, baseado na metodologia do GHG Protocol e na norma ISO 14064-1 (SAMARCO, 2012 p. 61). [...] Para avaliar a qualidade dos serviços e de nossa atenção com os clientes, utilizamos o Customers Satisfaction Index (CSI), modelo de uso interno que realiza avaliação mensal, desde 2005, baseada em uma metodologia orientada pelo Programa Nacional da Qualidade (PNQ) e pela ISO 9001 (SAMARCO, 2012, p. 70). Todas as nossas ações nos eixos de saúde ocupacional e segurança do trabalho são guiadas por nosso valor respeito às pessoas, dentro e fora das operações da Empresa. Baseado em requisitos da norma internacional OHSAS 18001 (SAMARCO, 2013, p. 52). [...] Faz parte de nossas práticas em relação aos clientes mensurar, de modo permanente, seus níveis de satisfação. Para isso, utilizamos o modelo Customers Satisfaction Index (CSI), que realiza avaliação mensal baseada em uma metodologia orientada pelo Programa Nacional da Qualidade (PNQ) e pela norma ISO 9001 (SAMARCO, 2013, p. 96).

Mensalmente, apuramos a satisfação de nossos clientes por meio de um indicador chamado Customers Satisfaction Index (CSI), que nos permite medir e gerenciar o nível de atendimento dos produtos e serviços da Samarco. Essa ferramenta foi desenvolvida utilizando como referência uma metodologia orientada pelo Programa Nacional da Qualidade (PNQ) e pela norma ISO 9001 (SAMARCO, 2014, p. 27). [...] Os requisitos da norma internacional OHSAS 18001, as boas práticas de nosso setor e as diretrizes de nossos acionistas são as principais referências de construção de nosso sistema, baseado nos pilares de Liderança, Comportamento e Sistema (SAMARCO, 2014, p. 58)

Assim como as narrativas acerca do Instituto Ethos, as que perpassam os padrões reprodutivos acerca da ISO findam-se no Relatório de Sustentabilidade publicados antes do ecocídio cometido pela Samarco Minerações S.A. em 2015. Ademais a empresa demonstrou o intuito de reproduzir, até o ecocídio, os padrões universais estabelecidos pela metodologia ISO, no que se refere aos processos produtivos, de mitigação da poluição ambiental, de segurança do trabalho e de satisfação dos clientes.

Logo, apresenta-se como uma empresa certificada pela metodologia ISO, inculcando significações de que seus processos são seguros e eficientes. Além do mais, reproduz tais padrões universais, como “verdades absolutas”, fazendo com que todos os seus fornecedores também necessitem passar pelo crivo de tais padrões se quiserem atuar no fornecimento de insumos para a Samarco Minerações S.A.

Além da criação de normas universais específicas acerca da sustentabilidade, a ISO tem o objetivo de inculcar o arbitrário cultural dominante, pois está imbuída da AuP da ONU, haja vista que, a “ISO contribui para todas as metas de desenvolvimento sustentável” (ISO, 2020) propostas pela ONU. Não obstante, reproduz uma verdade absoluta, na qual os detentores de vossas certificações

possuem processos alinhados aos objetivos do desenvolvimento sustentável, isto é, reproduzem o capital cultural institucionalizado (BOURDIEU, 1996), assim como a GRI.

Dessa maneira, a ISO caracteriza-se como AuE, haja vista que reproduz o capital cultural dominante, por meio de suas certificações e padronizações que são implantadas e que possuem o intuito de criar um *habitus* homogêneo nos agentes que compõem o espaço social onde estão localizadas as empresas que prestam serviço, como a Samarco Minerações S.A. e a sociedade (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Dessa maneira, incorporarão a história reificada e construída socialmente que legitima a atuação da Samarco Minerações S.A. perante seus públicos de interesse.

O Estado também apresenta suas AuE's, no que diz respeito a sustentabilidade, segundo as narrativas. Trata-se do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (IEMA) no qual a Samarco Minerações S.A. possui um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) (SAMARCO, 2010). No qual, “o objetivo é aperfeiçoar a gestão de recursos hídricos, principalmente no que diz respeito ao tratamento de efluentes e à água de reuso, visando buscar melhorias na utilização desse importante recurso” (SAMARCO, 2010, p. 105). Além da IEMA, há também a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais (SEMAD).

É importante enfatizar que, em 2010, demos continuidade à implementação do Termo de Compromisso Ambiental (TCA), assinado em 2009 com o Ministério Público do Estado do Espírito Santo e tendo o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (IEMA) como interveniente técnico [...] No final de 2010, assinamos outro Termo de Compromisso Ambiental (TCA), com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (IEMA), com foco exclusivo na questão hídrica (SAMARCO, 2010, p. 105).

Diante do exposto, observa-se a ação do órgão governamental, como AuE institucionalizada pelo estado antes e depois do ecocídio. Antes, exercia o papel de certificadora e monitoradora do estado, participando, fiscalizando e comunicando as ações realizadas pela Samarco Minerações S.A. Em seguida, executa sua AuE em relação a criação de normas, bem como as mesmas devem ser executadas pela empresa.

O Fórum, coordenado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e Samarco, é composto por representantes das prefeituras municipais de Anchieta, Guarapari e Piúma, das comunidades e de entidades não governamentais integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Benevente

(Anchieta - ES). Ao longo de 2011, foram realizadas cinco reuniões, mobilizando um público de 130 pessoas (SAMARCO, 2011, p. 59).

[...] No licenciamento do P4P, no Espírito Santo, foi constituído um Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA), celebrado entre a Samarco, o Governo do Estado do Espírito Santo, o Ministério Público do Espírito Santo, as prefeituras dos municípios de Anchieta, Guarapari e Piúma, com a interveniência técnica do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) (SAMARCO, 2011, p. 83).

Assim como a ISO e a GRI, o instituto transmite o capital cultural de forma institucionalizada, haja vista que, por meio da liberação de licenças de operação, o instituto legitima a Samarco Minerações S.A. frente a sociedade. Logo, a Samarco Minerações S.A. denota importância significativa no tocante ao processo de licenciamento ambiental, e o caracteriza “como um importante fator de demonstração de compromisso de nossa atuação responsável, pois os licenciamentos simbolizam a permissão que a sociedade nos dá para mantermos e ampliarmos nossas operações” (SAMARCO, 2010, p. 105).

Gerir de modo cuidadoso todos os riscos e aspectos socioambientais do Projeto é uma prioridade: em parceria com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), órgão ambiental do Espírito Santo, avaliamos os impactos que o P4P geraria nos demais projetos de expansão industrial de sua área de influência (SAMARCO, 2012, p. 41). Também mantivemos, em 2012, canais como o Fórum de Acompanhamento das Licenças Ambientais da Samarco (Falas), coordenado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) junto à companhia e formado por representantes das Prefeituras de Anchieta, Guarapari e Piúma, das comunidades e de entidades integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Benevente (SAMARCO, 2012, p. 77).

Os benefícios para sociedade com relação a proposta de desenvolvimento socioeconômico também são reverberados conforme os relatórios anuais.

Em 2014, entregaremos a Estação de Tratamento de Efluentes Industriais (Etei) da Barragem Norte, que permitirá um segundo tratamento da água antes da vertedura na Lagoa de Mãe-Bá. Como parte do licenciamento ambiental do Projeto Quarta Pelotização (P4P), a iniciativa tem investimento de cerca de R\$ 5,3 milhões e é acompanhada pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) (SAMARCO, 2013, p. 67).

[...] o destaque de 2013 foi a conclusão das ações previstas no Termo de Compromisso Ambiental (TCA), firmado voluntariamente em 2009 pela Samarco e pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), com a interveniência técnica do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) e com a participação de representantes da sociedade civil organizada da região de Anchieta (ES) (SAMARCO, 2013, p. 72).

O Falas, coordenado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), tem participação de representantes da Samarco, de comunidades vizinhas à unidade industrial de Ubu, de ONGs, de prefeituras e da bacia hidrográfica local (SAMARCO, 2014, p. 44). Em agosto de 2016, em atendimento à nota técnica DT/Monitoramento Marinho nº 013/2016-IEMA, de 19/07/2016, a periodicidade passou de três sobrevoos por semana da região da foz do rio Doce para dois sobrevoos por semana (às terças e sextas-feiras), além de um sobrevoos mensal (geralmente na última sexta feira

de cada mês), com abrangência de toda a costa do Espírito Santo (SAMARCO, 2016, p. 75).

Outra forma institucionalizada do estado é a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais (SEMAD), especialmente proferidas após o ecocídio:

Em outubro de 2016, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) de Minas Gerais suspendeu as licenças ambientais de todas as instalações do Complexo de Germano (SAMARCO, 2016, p. 30).

A Samarco investe nos estudos ambientais para o Licenciamento Operacional Corretivo (LOC) para integrar, em uma única licença ambiental, todas as estruturas existentes do Complexo de Germano. Após o protocolo dos estudos ambientais do LOC, o processo será analisado pela equipe técnica da SEMAD, seguindo o trâmite do licenciamento (SAMARCO, 2016, p. 30).

Outra etapa fundamental em andamento é a do Licenciamento Operacional Corretivo (LOC), para restabelecermos as licenças ambientais do Complexo de Germano que estão suspensas desde outubro de 2016. O pedido da LOC foi protocolado junto à Semad em setembro de 2017 e, desde então, trabalhamos para obter aprovação de inúmeros conselhos e entes municipais, estaduais e federais envolvidos no licenciamento (SAMARCO, 2017, p. 07).

Em Minas Gerais, as licenças ambientais do Complexo de Germano foram suspensas em outubro de 2016 por decisão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) (SAMARCO, 2017, p. 35). As multas e sanções durante os anos de 2018 e 2019 foram aplicadas em razão do rompimento da barragem de Fundão e de seus impactos ambientais. Não houve casos resolvidos por meio de mecanismos de arbitragem. Os valores de quitação aumentam de ano para ano, uma vez que o valor mais significativo está relacionado ao parcelamento da Semad (SAMARCO, 2020, p. 71).

A secretaria demonstra-se como a AuP institucionalizada pelo estado, ou seja, a AuE, haja vista que teve a incumbência de revogar as licenças de operação da Samarco Minerações S.A. e aplicá-la multas pelo ocorrido em Mariana (MG), no ano de 2015. Entretanto, essa mesma AuE legitimou a retomada das operações da empresa no complexo de Germano, na cidade de Mariana (MG). Conforme narrativa que segue:

Em 2019, a Empresa registrou dois grandes marcos: concluiu, em maio, as obras do Sistema de Disposição de Rejeitos Cava Alegria Sul e, em outubro, obteve a Licença Operacional Corretiva (LOC) do Complexo de Germano, em Minas Gerais, passo decisivo para a retomada de suas operações. Além disso, obteve declaração de estabilidade para suas estruturas geotécnicas – documento fundamental para conferir mais segurança à sociedade quanto às condições das estruturas da Empresa (SAMARCO, 2020, p. 10).

Portanto, a secretaria caracteriza-se como AuE institucionalizada pelo estado e encontra-se no princípio da ilusão, isto é, exerce sua força de imposição de um arbitrário dominante no qual não é o produtor e é violentado simbolicamente (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Ela legitima a Samarco Minerações S.A. como uma

empresa sustentável e incumbida de ações que busca proporcionar o bem-estar social, econômico e ambiental para a sociedade.

Não há dúvidas que o Estado e seus órgãos atuam de “forma a suportar e aparelhar as mineradoras para a exploração do produto da lavra, exportando-o, sem que exista qualquer plano concreto para agregar valor ao produto mineral e assumir um comprometimento com os desenvolvimentos local e nacional” (CARTA CAPITAL, 2015c).

A última, e não menos importante AuE identificada por meio das narrativas da e referentes a Samarco Minerações S.A., são os veículos midiáticos, que podem ser considerados como forma institucionalizada da ONU e do estado. No que diz respeito a ONU:

A maioria das notícias e análises publicadas sobre a COP-24 exaltavam o que foi chamado de “livro de regras”, pacote de diretrizes que visa à implementação do acordo de Paris, assinado em 2015, na COP-21. Reportagens e artigos foram recheados de expressões como “mecanismos de mercado” e “economia de baixo carbono”, vocabulário bastante colado à lógica empresarial da sustentabilidade e que têm orientado também a cobertura jornalística sobre o tema (CARTA CAPITAL, 2019b).

Já no que se refere ao estado, “o crime, no entanto, que tem responsáveis muito claros, vem sendo reportado como desastre ambiental. Tampouco se discute a fundo a questão das privatizações e da responsabilidade do poder público no acompanhamento das ações das mineradoras” (CARTA CAPITAL, 2015d).

As narrativas, anteriormente mencionadas, descrevem o que Bourdieu (1998) afirma acerca dos veículos midiáticos dos países do terceiro mundo, como o Brasil, na qual tem um efeito demagógico e despolitizante sobre os mais desprovidos economicamente e culturalmente, favorecendo a ação conservadora de desmobilização dos movimentos críticos.

O caso de Mariana, apesar da repercussão internacional, guarda muitos temas silenciados e é exemplo de situação que se repete em todas as regiões do Brasil. Isso ocorre não apenas na mídia tradicional, mas na circulação de informações na internet como um todo. Novas tecnologias promovem um amplo sistema de desinformação e controle. Com a internet cada vez mais dominada por poucas grandes corporações, promove-se a invisibilização de assuntos e populações marginalizadas (CARTA CAPITAL, 2019b).

Esse efeito demagógico e despolitizante dos veículos midiáticos, descrito por Bourdieu (1998) evidencia-se “no caso da cobertura da catástrofe em Mariana, essa atenção da mídia tem sido parcial, baseada em informações prestadas pela Samarco, que se tornou inclusive a ‘sede’ do governo de Minas para uma coletiva de imprensa” (CARTA CAPITAL, 2015a).

Além das ações descritas acima, os veículos midiáticos reproduzem o arbitrário cultural dominante por meio de premiações, conforme descrito nas narrativas a seguir: “A Samarco foi classificada como uma das 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, segundo Guia Você S/A e Exame de 2010” (Samarco, 2010, p. 1). Além desses, foi premiada em 2012 pelo mesmo veículo midiático, como a segunda maior e melhor mineradora do Brasil (SAMARCO, 2011, 2012, 2013).

Mesmo quatro meses antes do fatídico ecocídio em 2015, a empresa voltou a ser premiada pelo mesmo veículo, conforme narrativa da Carta Capital (2017b) “a Samarco foi eleita a melhor mineradora do País pelo anuário Melhores e Maiores da revista Exame”.

Outro veículo midiático voltou a premiar a Samarco em 2017, mesmo não estando em operação, incluindo-a na lista de 100 grandes empresas do País, segundo a Transparência Internacional Brasil (SAMARCO, 2017).

Neste sentido, os veículos midiáticos caracterizam-se como uma AuE pois encarregam-se de persuadir, por meio das mensagens propagadas, um público de fiéis que os legitima reproduzindo assim o arbitrário cultural dominante (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Estes contribuem fortemente para a naturalização de uma economia milagrosa – mesmo que de forma inconsciente em grande parte – reproduzida pela ideologia neoliberal, atingindo as mais profundas entranhas da sociedade e ocasionando efeitos profundos e duradouros (BOURDIEU, 1998).

Destarte, as AuE's que se caracterizam por meio das narrativas, são a GRI, os institutos Ethos e IEMA, a ISO, a SEMAD e os veículos midiáticos. Essas estruturas estruturadas e estruturantes são a forma institucionalizada da AuP no que diz respeito a sustentabilidade, estas reproduzem o arbitrário cultural dominante, criando um *habitus* duradouro e passível de ser reproduzido, sem que exista a necessidade de afirmação e reafirmação constantes, pois estão imbuídas da AuP (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

5.2.6 Sistema de Ensino (SE)

Para que a AP tenha êxito, no que se refere à imposição e inculcação de um arbitrário cultural dominante, sem que exista a necessidade de coerção física, por meio da violência simbólica, se faz necessário a existência do que Bourdieu e Passeron (2014) denominaram de Sistema de Ensino (SE) – instituições capazes de

exercer a sua função própria de inculcação, quanto a realização de sua função de reprodução de um arbitrário cultural, do qual ele não é o produtor (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui para a reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social).

Assim sendo, será considerado como SE, no contexto da sustentabilidade, as instituições capazes de reproduzir a cultura legítima sobre esse tema, do qual elas não são produtoras, e assim produzir agentes capazes de manipulá-la legitimamente.

Por meio das narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A., observou-se a ONU como um sistema de ensino, haja vista que as diretrizes criadas pela instituição acerca da sustentabilidade, tal como a criação e proliferação da definição do conceito de desenvolvimento sustentável, do pacto global e dos objetivos de desenvolvimento do milênio, buscam inculcar o arbitrário cultural dominante, do qual ela não é produtora.

Diante do exposto, assim como apresentado por Bourdieu e Passeron (2014) no contexto do ensino francês, a ONU evidencia-se como um sistema de ensino, pois possui um corpo de especialistas permanentes cuja formação é regulada pela instituição e por meio dela buscam o monopólio da inculcação da cultura legítima. A Samarco Minerações S.A. ressalta essa discussão em sua narrativa (SAMARCO, 2013, p. 6): “esse é mais um dos avanços relacionados ao compromisso da Samarco com os dez princípios do Pacto Global da ONU – que ano após ano nos inspiram a direcionar nossa estratégia rumo ao desenvolvimento sustentável”.

A Samarco Minerações S.A. reproduz a universalidade das diretrizes sustentáveis, definidas e proliferadas pela ONU em seu modelo de sustentabilidade ao afirmar que, “atuamos em iniciativas nacionais e internacionais que estimulam a sustentabilidade e conformidade dos negócios” (SAMARCO, 2013, p. 30). Ela ainda enfatiza que seus projetos de redução de emissão de gases estão alinhados aos preceitos da ONU: “o projeto obteve o registro de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) pela Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas” (SAMARCO, 2011, p. 54).

A empresa explicita de maneira mais contundente a utilização das diretrizes já mencionada por meio da narrativa que segue:

Destaco, ainda, que todo o planejamento de retorno às operações em andamento é pautado por princípios que incluem o respeito às pessoas, a segurança, a integridade e a contribuição para o desenvolvimento de

comunidades, em conexão direta com o Pacto Global e, também, com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (SAMARCO, 2017, p. 9).

Diante do exposto, a ONU exerce a reprodução de um arbitrário cultural dominante, isto é, o desenvolvimento sustentável pautado no expansionismo das transnacionais, do qual não é produtora e proporciona a legitimação dessa reprodução, como algo naturalizado.

Após o ecocídio, as narrativas da Samarco Minerações S.A. também demonstram alusão às diretrizes da ONU ao mencionar, na abertura de seu RAS do biênio 2017 - 2018, que o mesmo se tratava de uma comunicação de progresso para o Pacto Global das Nações Unidas 2017: “A Samarco Minerações S.A. apresenta, por meio desta Comunicação de Progresso (COP) ao Pacto Global das Nações Unidas, uma síntese de seus resultados do ano de 2017 e, também, do primeiro semestre de 2018” (SAMARCO, 2017, p. 3).

No mesmo relatório, a Samarco Minerações S.A. evidencia a reprodução das diretrizes criadas pela ONU e apresenta a outra faceta da instituição: a implantação de instrumentos homogeneizados e homogeneizantes, isto é, o Trabalho Escolar (TE), que permite a construção de um corpo de agentes especializados, recrutados de forma perene e que possuam uma formação homogenia.

Temos, em nossa história, avanços acumulados nos princípios do Pacto – como programas de ética e compliance, que seguem ativos e se alinham aos compromissos anticorrupção das Nações Unidas; o respeito aos direitos humanos, que veio nos guiando no diálogo social; e a preocupação com o meio ambiente, que se estende às condicionantes e iniciativas que mantivemos na Área de Influência Direta, abrangendo projetos de valorização da biodiversidade e controle de impactos ambientais da operação (SAMARCO, 2017, p. 9).

Diante do exposto, a ONU, por meio de suas diretrizes, foi considerada como SE no contexto da pesquisa. Apesar de ela não produzir o arbitrário cultural dominante, ela tem um papel de extrema relevância para a reprodução do mesmo e na produção de agentes que sejam capazes de reproduzi-lo, proporcionando um *habitus* duradouro, que pode se manter após a cessação da AP. Assim sendo, é uma instituição capaz de “produzir as condições institucionais de produção de um *habitus* ao mesmo tempo que o desconhecimento dessas condições” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 77).

5.2.7 Trabalho Escolar (TE)

O SE encarrega-se da produção de um corpo permanente de agentes especializados, passíveis de intercambiar a idade para que se possa recrutar de forma perene e em número suficiente, novos agentes capacitados por uma formação homogênea e por instrumentos homogeneizados e homogeneizantes, condicionantes do exercício de um TP específico e regulamentado, isto é, o TE (Trabalho Escolar) (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Segundo Bourdieu e Passeron (2014), o TE é a cultura escolar "rotinizada", "homogeneizada" e "homogeneizante", que tem como objetivo a criação de condições institucionais que impeça, o corpo de agentes, o exercício de um TE heterogêneos e heterodoxos. Assim sendo, será considerado como TE, no contexto da análise, os manuais, relatórios, certificações, entre outros que tornem a cultura sobre esse tema "rotinizada", "homogeneizada" e "homogeneizante".

Em análise realizada por meio das narrativas, verificou-se a incidência de padrões reprodutivos, no que se refere ao TE, conforme publicado pela Samarco (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2016, 2017, 2020) em seus relatórios anuais de sustentabilidade, na qual a referida empresa afirma que, “o documento traz indicadores sociais, ambientais e econômicos de desempenho para os dois anos, em atendimento à metodologia de relato da *Global Reporting Initiative (GRI)*” (SAMARCO, 2016, p. 20).

Os relatórios de sustentabilidade publicados anualmente antes do ecocídio e bienalmente após o ecocídio caracterizam-se como TE, haja vista que representam as diretrizes norteadoras da empresa no âmbito social, ambiental e econômico.

Assim, evidencia-se o TE por meio dos padrões estabelecidos pelo GRI na construção dos relatórios de sustentabilidade para o setor de atuação da Samarco Minerações S.A. Nesse sentido, norteia-se a elaboração e descrição das informações prestadas no referido relatório, segundo narrativa apresenta abaixo:

As informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia foram elaboradas de acordo com as diretrizes para relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (“GRI G3”) e de acordo com o suplemento setorial “Mining and Metals Sector Supplement – RG Version 3.0/MMSS Final Version” (SAMARCO, 2010, p. 10).

A Samarco Minerações S.A. explicita, após o ecocídio, a manutenção da construção dos seus relatórios nos padrões GRI, conforme narrativa:

Como parte dos esforços de reconstrução da confiança da Samarco perante seus públicos de relacionamento e a sociedade brasileira, esta Comunicação de Progresso é um primeiro passo para a elaboração do Relatório Bienal 2017- 2018, baseado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), a ser publicado em 2019 (SAMARCO, 2017, p. 3).

Os relatórios anuais de sustentabilidade também seguem um padrão de desenvolvimento que permitam a inserção de iniciativas ou ações que são realizadas pela empresa, no que se refere ao pacto global e aos objetivos do milênio, criados pela ONU.

Este Relatório também demonstra como temos atendido aos compromissos que assumimos como signatários do Pacto Global e da nossa contribuição no apoio aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Nas páginas em que há alguma informação relevante sobre eles, que demonstre nossas iniciativas ou ações, foi inserido o símbolo que o representa (SAMARCO, 2011, p. 91).

Após o ecocídio, a empresa mantém a elaboração de seus relatórios anuais de sustentabilidade conforme as diretrizes do GRI e contemplando os compromissos estabelecidos no pacto global.

Mais uma vez, os dados socioambientais divulgados se alinham à metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), referência internacional em comunicação de resultados, e abrangem a totalidade das operações da Samarco – do Complexo de Germano, em Minas Gerais, às atividades industriais e portuárias do Complexo de Ubu, no Espírito Santo. O relato também presta contas quanto aos compromissos da Empresa com o Pacto Global das Nações Unidas, do qual é signatária há 18 anos (SAMARCO, 2018-2019, p. 5).

Além das diretrizes do GRI e da ONU, utilizada pela Samarco Minerações S.A. para apresentação de seus indicadores acerca da sustentabilidade, encontra-se nas narrativas TE do código de conduta Samarco, “o principal guia para empregados e contratados, abordando temas como meio ambiente, relações com partes interessadas (clientes, governos, fornecedores etc.), ética, corrupção e saúde e segurança” (SAMARCO, 2016, p. 14).

O Código de Conduta apresenta as orientações e os princípios reguladores dos relacionamentos. Traz determinações sobre atitudes dos empregados, relações comerciais com clientes e fornecedores, relacionamento com órgãos diversos e com as comunidades, postura anticorrupção, fraudes, recebimento de brindes e presentes, conflitos de interesses e outros pontos (SAMARCO, 2010, p. 22).

Logo, a empresa utiliza-se do guia para inculcar o *habitus* homogeneizado e homogeneizante, de uma cultura rotinizada reproduzida desde o primeiro contato com a organização, haja vista que “todos os empregados recém-

admitidos e fornecedores que passam a atuar com a Empresa também recebem o Código de Conduta” (SAMARCO, 2010, p. 24).

Reforçando os dizeres, após o ecocídio, a Samarco Minerações S.A. afirma que:

Em 2019, a diretoria da Samarco e 96% de todos os empregados com contrato de trabalho ativo foram treinados no conteúdo do novo Código de Conduta e nas políticas de Prevenção a Corrupção e Fraudes e de Oferta e Recebimento de Brindes, Presentes e Hospitalidades, bem como submetidos a um reforço no tema Ouvidoria (SAMARCO, 2020, p. 16).

Uma vez retomado o contexto de atuação mercadológica, as narrativas apresentam um outro TE rotinizado utilizado pela Samarco na construção de seus norteadores acerca da sustentabilidade, trata-se dos “10 princípios balizadores para o desempenho no campo do desenvolvimento sustentável” (SAMARCO, 2011, p. 23) proposto pelo Conselho Internacional de Mineração e Metais (*International Council on Mining and Metals – ICM*).

Para a reprodução perene da cultura rotinizada, a Samarco lança em 2011 o seu próprio guia de sustentabilidade, denominado Guia de Sustentabilidade Samarco, que traz em seu bojo os princípios e diretrizes que norteiam a atuação empresarial e os seus compromissos com a sustentabilidade (SAMARCO, 2010, 2011).

Tanto os 10 princípios balizadores, quanto o Guia de Sustentabilidade Samarco, não aparecem nos demais relatórios, mas eles foram utilizados para demonstrar o TE construído pela empresa e descritos em seus relatórios anuais de sustentabilidade.

Portanto, no contexto que permeia as discussões acerca da sustentabilidade, o TE tem por objetivo proporcionar ao SE mecanismos de reprodução da cultura dominante, criando relatórios, certificações e manuais (guias) para que o AuE reproduza de maneira rotinizada, homogeneizada e homogeneizante a cultura dominante, sem que exista a possibilidade de heresias em seu processo de inculcação do *habitus* (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

A Samarco Minerações S.A. reproduz então, de maneira rotinizada, suas ações e iniciativas sustentáveis com o intuito de criar um *habitus* duradouro e intransponível ao agente que acessa esses documentos, proporcionando assim, a reprodução do arbitrário cultural dominante.

Uma vez analisada e apresentada as manifestações de padrões reprodutivos no que se refere a sustentabilidade, buscou-se descrever metaforicamente os padrões de reprodução da sustentabilidade identificado nas narrativas da e referentes à Samarco Minerações S.A., conforme exposto na Figura 5.

Figura 5 – Relação das proposições de Bourdieu e Passeron (2014) e os padrões reprodutivos acerca da sustentabilidade identificados por meio das narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A.

RELAÇÃO ENTRE CATEGORIAS E PADRÕES REPRODUTIVOS		
RELAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS		PADRÕES REPRODUTIVOS
CATEGORIAS	CATEGORIAS	
Arbitrário Cultural Dominante - Cultura Legítima, imposta sobre todos os agentes como única possível, correta e aceitável	Será considerado como Arbitrário Cultural, no que se refere à sustentabilidade, aquilo que for imposto sobre esse tema.	Por meio do expansionismo das transnacionais, como a Samarco Minerações S.A., a degradação ambiental e as injustiças sociais podem ser equalizadas, haja vista que essas empresas "trazem" a ideia do progresso e do desenvolvimento econômico para as regiões na qual atuam.
(AP) Ação Pedegógica - Violência Simbólica em 2 Sentidos 1º Imposição e inculcação de um arbitrário cultural dominante. 2º Imposição e inculcação de certas significações, convencionadas, pela seleção e a exclusão.	Será considerado como (AP), no que se refere à sustentabilidade, aquilo que for imposto, inculcado e que possam gerar certas significações convencionadas pela seleção e exclusão sobre esse tema.	Imposto e Inculcado: o desenvolvimento local só é possível com a instalação de transnacionais, que imbuídas de um discurso desenvolvimentista e expansionista preconizam a sustentabilidade econômica e que a degradação pode ser compensada com o desenvolvimento. Significações: a mineração é algo positivo para as comunidades que recebem as instalações da Samarco Minerações S.A. e que os ecocídios fazem parte do jogo.
(AuP) Autoridade Pedagógica - Instituição pedagógica (Agente ou Instituição) que legitima a AP (Ação Pedagógica) - a AP implica necessariamente como condição social de exercício a autoridade pedagógica (AuP) e a autonomia relativa da instância encarregada de exercê-la.	Será considerado como AuP, no que se refere a sustentabilidade, todas as instituições ou agentes, legitimados, a exercerem a AP sobre esse tema.	A ONU, por sua atuação internacional nos debates e diretrizes que norteiam as discussões sobre sustentabilidade. O Estado, pela flexibilização do arcabouço regulatório e elaboração de leis que favoreçam a atuação das transnacionais. E a sociedade, que legitima as ações e iniciativas da Samarco Minerações S.A. e as reproduzem como "verdades" absolutas.
(TP) Trabalho Pedagógico - Trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável.	Será considerado como TP, no que se refere a sustentabilidade, todo trabalho de inculcação que produza uma formação durável sobre esse tema.	Projetos Institucionais: "PEA" tem o objetivo de inculcar o arbitrário cultural dominante por meio do fortalecimento da consciência ambiental da sociedade e inculcação de um senso de pertencimento quanto ao assunto. "Saber Samarco" trabalha com a ideia de Inculcação de significações que buscam justificar o processo "meritocrático" que envolvem o crescimento profissional. "Exercícios Simulados" busca demonstrar para a sociedade que a empresa está preocupada com possíveis novos ecocídios e incumbida na criação de processos de prevenção e procedimentos de evacuação. "P4P" tem o objetivo de reproduzir as estruturas sociais da dependência que os países em desenvolvimento (dominados) possuem em relação aos países euro-americanos (dominantes).
(AuE) Autoridade Escolar - Forma institucionalizada da AuP (Autoridade Pedagógica)	Será considerado como AuE, no que se refere a sustentabilidade, os agentes ou instituições dotados pela instituição dos atributos simbólicos da autoridade sobre esse tema.	GRI; ETHOS e ISO: Certificadores e reprodutores dos padrões de sustentabilidade, elaborados pela ONU, norteiam as ações e iniciativas empresariais. IEMA e SEMAD: Certificam e monitoram as normas estabelecidas pelo Estado. Veículos Midiáticos: Distribuem premiações e noticiam informações conforme interesses dos dominantes.
(SE) Sistema de Ensino - Instituições capazes de exercer a sua função própria de inculcação, quanto, a realização de sua função de reprodução de um arbitrário cultural do qual ele não é o produtor (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social).	Será considerado como SE, no que se refere a sustentabilidade, as instituições capazes de reproduzir a cultura legítima, sobre esse tema, na qual elas não são produtoras e produzir agentes capazes de manipula-lá legitimamente.	ONU: pela elaboração de diretrizes acerca da sustentabilidade, tal como a criação e proliferação da definição do conceito de desenvolvimento sustentável, do pacto global e dos objetivos de desenvolvimento do milênio, que tem como objetivo, inculcar o arbitrário cultural dominante, na qual ela não é produtora e produzir agentes capazes de manipula-lá legitimamente.
(TE) Trabalho Escolar - Cultura escolar "rotinizada", "homogeneizada" e "homogeneizante".	Será considerado como TE, no que se refere a sustentabilidade, os manuais, relatórios, certificações entre outros que, tornem a cultura sobre esse tema "rotinizada", "homogeneizada" e "homogeneizante"	RAS; Código de Conduta e Guia de Sustentabilidade: elaborados conforme diretrizes elaboradas e reproduzidas como verdades absolutas pela ONU, com o objetivo de reproduzir de maneira rotinizada as ações e iniciativas sustentáveis da empresa, proporcionando a criação de um habitus duradouro e intransponível ao agente que acessa esses documentos reproduzindo o arbitrário cultural dominante.

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

O presente tópico descreveu, por meio das narrativas da e referentes à Samarco Minerações S.A., os padrões reprodutivos no tocante a sustentabilidade, a partir das categorias de reprodução propostas por Bourdieu e Passeron. O próximo tópico tem o objetivo de descrever o conceito de sustentabilidade, da Samarco, antes e depois do ecocídio cometido pela empresa na cidade de Mariana (MG) no ano de 2015.

5.3 CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE REPRODUZIDO PELA ORGANIZAÇÃO ANTES E DEPOIS DO ECOCÍDIO

As empresas foram incluídas com maior veemência nas discussões que permeiam a sustentabilidade no final da década de 1990, quando o termo se tornou uma espécie de “mantra”, uma vez que passou a ser visto como uma promessa de evolução social, proporcionando um mundo mais justo e próspero onde o ambiente natural e as conquistas culturais são preservadas para que as gerações futuras possam usufruir assim como a geração atual (DYLLICK; HOCKERTS, 2002).

Os três aspectos apresentados anteriormente, o social, o econômico e o ambiental, tornaram-se o tripé da sustentabilidade organizacional, denominado de “Tríplice Resultado” (TBL - *Triple Bottom Line*) e foram difundidos de forma ampla no contexto empresarial, pois tinham o objetivo de alinhar o desenvolvimento de estratégias que convergissem com a sustentabilidade, e isso seria possível por meio de mudanças nas três dimensões (DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ELKINGTON, 2001).

Entretanto, segundo Elkington (2018) o TBL passou a ser utilizado pelas empresas como uma ferramenta de contabilidade, percorrendo a contramão do seu propósito inicial de proporcionar uma modificação no sistema capitalista. Logo, o princípio norteador da sustentabilidade organizacional é o aspecto econômico, no qual a criação de valor financeiro está atrelada a otimização de fatores de entrada, tais como, recursos naturais e capacidades humana (BANSAL, 2002; VILDÅSEN; KEITSCH; FET, 2017).

Antes do ecocídio ocorrido em 5 de novembro de 2015 no município de Mariana (MG), a Samarco Minerações S.A. possuía uma declaração explícita do que representava o termo sustentabilidade, para o negócio, conforme descrito pela própria:

Sustentabilidade é a capacidade da Empresa se desenvolver e inovar em ambientes de crescente complexidade e interdependência, com transparência e responsabilidade econômica, ambiental e social. É a geração de valor para a Samarco e partes interessadas, pautada pela ética, confiança, pró-atividade e visão sistêmica. Fazemos isso por meio de ações e parcerias que buscam assegurar o equilíbrio entre as dimensões econômica, sociocultural e ambiental, respeitando as gerações atuais e contribuindo para o desenvolvimento das gerações futuras (SAMARCO, 2010, p. 28).

Considerando o arbitrário cultural dominante, discutido no tópico anterior, a Samarco Minerações S.A. reproduz em suas narrativas, antes do ecocídio, a interpretação da corrente desenvolvimentista, leia-se neoliberal, que preconiza o desenvolvimento em prol de assegurar o equilíbrio entre o econômico, ambiental e social. Evidencia-se o exposto, conforme Samarco (2010, p. 3) “queremos o lucro, sim. Queremos ser uma referência, sim. Queremos crescer e ocupar espaços. Mas de forma perene, para crescer com coerência. De forma sustentável, para crescer sempre”.

O discurso desenvolvimentista ecoa nas narrativas da empresa no tocante a sustentabilidade, ainda que de forma mascarada, ou seja, inculcado por significações que apresentam a mineração como ótima para as localidades onde a empresa atua, visto que sua presença, disponibiliza trabalho e renda para os nativos e os recursos que ela emprega nos meios produtivos com a implementação de tecnologias, proporciona o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Entretanto, o que se percebe é a busca pelo desenvolvimento econômico, onde “para produzir mais e melhor com o mínimo de recursos disponíveis, mantemos programas que ampliam a eficiência da Samarco e geram retorno financeiro” (SAMARCO, 2013, p. 36).

As narrativas convergem com o viés econômico, arraigados na ideologia neoliberal, inculcada pela cultura dominante por meio de uma AP, e reproduzida por instituições legitimadas por ela, isto é, a AuP.

Após o fatídico crime cometido pela empresa, uma nova roupagem foi incluída em suas narrativas, e um novo *slogan* começa a ser utilizado em suas narrativas: “mais que avançar, é preciso fazer diferente” (SAMARCO MINERAÇÕES, 2019). Foi o momento de inculcar novamente o arbitrário cultural dominante e as suas significações.

Voltaremos como uma empresa diferente, menor, com 26% de nossa capacidade original. Ainda assim, poderemos voltar a contribuir com a geração de emprego, renda e tributos para Minas Gerais e Espírito Santo e promover resultados econômico-financeiros que garantam a perenidade da Empresa (SAMARCO, 2020, p. 7).

O processo de imposição e inculcação evidenciam-se no próprio plano de retomada da empresa, pois visa demonstrar novamente, para as sociedades e governantes dos locais onde possuem atividade industrial, que a empresa é de extrema relevância e que por meio de suas operações. Mesmo em um percentual menor, é capaz de proporcionar o desenvolvimento próprio e das localidades ao redor. Contudo, torna-se inviável pensar na mineração sem pensar nas pessoas e no meio ambiente, na recuperação da economia da região e na transformação de recurso mineral em valor para a sociedade, implantando novos padrões de segurança (SAMARCO MINERAÇÕES, 2019).

Assim sendo, o termo sustentabilidade encontrado por meio das narrativas da Samarco Minerações S.A. após o crime, retrata uma empresa preocupada em recuperar-se financeiramente e essa recuperação trará uma relação de ganhos mútuos com a sociedade a qual ela devastou.

Hoje, a Missão, a Visão e os Valores da Samarco traduzem um olhar sistêmico para a sustentabilidade aderente ao momento vivido pela Empresa, que inclui o compromisso com a transformação responsável de capitais e recursos, o cumprimento de todas as responsabilidades assumidas e a geração de valor para a sociedade em uma relação ganha-ganha, com um modelo de gestão robusto, eficiente e atento a riscos e impactos (SAMARCO, 2020, p. 31).

Embora a Samarco (2020) tenha reconhecido seus erros, e que as medidas tomadas são o primeiro passo para recomeçar, o que se vê em suas narrativas após o ecocídio não diverge das suas ações e preocupações que estavam em voga antes do crime cometido. Ou seja, há o predomínio de uma visão desenvolvimentista pautada no viés econômico.

O tópico apresentado buscou resgatar o conceito de sustentabilidade da Samarco Minerações S.A., antes e depois do ecocídio de Mariana (MG), por meio de suas narrativas. Por fim, o tópico a seguir tem o intuito de retomar pontos discutidos anteriormente para a construção do capítulo de considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação fundamentou-se na teoria de Pierre Bourdieu, especificamente em seu livro “A reprodução”, escrito em conjunto com Jean Claude Passeron, publicado pela primeira vez em 1970. Por meio da ideia de violência simbólica e manutenção da ordem, Bourdieu e Passeron (2014) denotam como os dominantes vão implementando uma cultura arbitrária que passam a direcionar a vida dos atores sociais dentro de uma verdade criada. A construção desta verdade é realizada principalmente pelos subsídios do arbitrário, da pedagogia e da autoridade.

O objetivo geral guiou a organização da pesquisa na busca de descrever a reprodução da sustentabilidade a partir de narrativas da, e referentes à, Samarco Minerações S.A. A descrição foi realizada por meio dos conteúdos contidos nos relatórios oficiais, site da empresa e reportagens sobre ela publicadas entre os anos de 2010 e 2020, período que contemplou 5 anos antes do ecocídio da cidade de Mariana e 5 anos depois do ecocídio.

As narrativas então foram organizadas de acordo com os objetivos específicos. O primeiro deles foi metaforizar a sustentabilidade a partir da sociologia bourdieusiana. Nesta construção compreendeu-se que as falas de sustentabilidade perpassam os interesses do contexto neoliberal, no qual as grandes organizações multinacionais atuam como dominantes, agindo a partir de seus próprios interesses, e pedagogizando a sociedade para atuarem da melhor maneira. Geralmente estão pautadas na ideia liberal de desenvolvimento socioeconômico e procuram por meio deste discurso emancipar-se a partir da chancela de Organismos Internacionais, do Estado e da Sociedade.

Para percorrer o segundo objetivo específico de identificar, por meio de narrativas da e referentes à Samarco Minerações S.A., a manifestação de padrões reprodutivos no que se refere à sustentabilidade a partir das categorias de reprodução propostas por Bourdieu e Passeron (2014), as narrativas que representaram as prerrogativas acima foram separadas e agrupadas de acordo com as categorias de análise, a saber: Arbitrário Cultural, Ação Pedagógica (AP), Autoridade Pedagógica (AuP), Trabalho Pedagógico (TP), Autoridade Escolar (AuE), Sistema de Ensino (SE), e Trabalho Escolar (TE). Dentro destas categorias, foi possível observar que tanto antes do ecocídio como depois, a Samarco Minerações S.A. adota uma estratégia constante de construção de indispensabilidade, usando da pedagogia para inculcar

suas ideias e criar significados de sustentabilidade para suas ações. Mesmo que essas ações sejam diretamente a degradação do meio ambiente, acabam por buscar emancipar-se por meio da ideia de envolvimento e corresponsabilidade da sociedade, do governo e dos demais atores envolvidos.

Assim, após a análise percorrida para atingir o terceiro objetivo específico, de descrever o conceito de sustentabilidade reproduzido pela organização antes e depois do ecocídio, não foram encontradas grandes mudanças. As narrativas estratégicas de construção de um pensamento de indispensabilidade a partir da criação de um arbitrário cultural por meio das várias formas de pedagogização, onde coloca-se a empresa no papel de desenvolvimentista, ou seja, indispensável para sociedade e responsável pelo ambiente, mesmo sendo controverso com sua própria prática de atuação. Esse papel, fez com os atores construíssem a ideia de que o ecocídio se deu apenas como um fenômeno de sua atuação, “coisa normal de sua própria existência”. Neste caso, todos os impactos e danos causados não foram apenas minimizando, mas a sociedade foi envolvida neste pensamento.

Assim, foi possível observar que a sociologia bourdieusiana é capaz de trazer um norteamento para essas questões que envolvem não somente a empresa Samarco Minerações S.A. aqui investigada, mas todas as grandes organizações transnacionais que acabam por delinear a sociedade neoliberal, adotando-se da pedagogização profunda para atuar de acordo com seus objetivos.

As limitações dessa pesquisa se caracterizam pela impossibilidade de trabalho de campo, o que limitou a riqueza de detalhes acerca da reprodução da sustentabilidade, o que permitiria alcançar por meio da interação entre o pesquisador e os agentes das localidades afetadas pelo ecocídio cometido pela Samarco Minerações S.A. A interação *in loco*, em um contexto e espaço temporal específico, permite ao pesquisador identificar aspectos subjetivos que permeiam as interações dos agentes, favorecendo a compreensão não só da história reificada, mas também como a mesma é reproduzida por eles e incorporadas como verdades absolutas, criando um *habitus* duradouro.

A presente pesquisa apresentou progressos em relação aos aspectos teóricos-metodológicos. Entretanto, outros avanços são plausíveis para o seu enriquecimento. Portanto, sugere-se que novos estudos sejam realizados ou deem sequência a pesquisa realizada, contemplando a análise documental de organizações

de segmentos mercadológicos correlatos a da Samarco Minerações S.A. ou não, analisando os padrões reprodutivos delas sob a luz da sociologia bourdieusiana.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, P. Revisitando a teoria da reprodução: debate teórico e aplicações ao caso português. **Anál. Social**, n. 199, p. 261-281, 2011.

ALVES, E. F. Diálogos com Pierre Bourdieu e Passeron sobre o sistema de ensino e suas (im)possibilidades. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em educação**, v. 22, n. 42/44 p. 121-137, 2016.

AZAPAGIC, A.; PERDAN, S. Indicators of sustainable development for industry: a general framework. **Trans IChemE**, v. 78, n. 4, p. 243-261, 2000.

BANSAL, P. The corporate challenges of sustainable development. **Academy of Management Perspectives**, v. 16, n. 2, p. 122–131, 2002.

BANSI, A. C. Validade da **Sustentabilidade Social enquanto uma competência organizacional**. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2013.

BARTHES, R. Introdução à análise estrutural das narrativas. In: _____. **A Aventura Semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BASSI, R. E.; BUENO, M. J. C; JACUBAVICIUS, C. Sustentabilidade em Empresas de Alimentos: Multicasos. **INOVAE-Journal of Engineering, Architecture and Technology Innovation**, v. 4, n. 2, p. 69-82, 2017

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu II**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BORIM-DE-SOUZA, R. **O alinhamento entre sustentabilidade e competências em contexto organizacional**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá (UEM)/ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2010.

BORIM-DE-SOUZA, R; SEGATTO, A. P. (Re)apresentando a teoria da gestão comparativa. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 55, p. 359-367, 2015.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

_____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

_____. **Esboços de auto-análise**. São Paulo: Schwarcz, 2004c.

_____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

- _____. **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- _____. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- _____. **O senso prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- _____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004a.
- _____. **Questões de Sociologia**; tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.
- _____. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. The Forms of Capital. In: GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. (Ed). **The sociology of economic life**. 3. ed. Boulder, CO: Westview Press, 2011.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **O Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. Vozes, 2015.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Reynaldo Bairão, 2014.
- BRASIL. **Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002**. Promulga e Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm>. Acesso em: 08 set. 2019.
- CARTA CAPITAL. **“O desastre em Mariana se soma a uma tragédia de três séculos”**. Carta Capital, 2015a. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-desastre-em-mariana-se-soma-a-uma-tragedia-de-tres-seculos>>. Acesso em: set. 2020.
- CARTA CAPITAL. **Rio Doce: Não foi acidente. Foi violência**. Carta Capital, 2015b. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/nao-foi-acidente-foi-violencia-635/>>. Acesso em: set. 2020.
- CARTA CAPITAL. **“Atitude do Estado aumenta a probabilidade de desastres como o de MG”**. Carta Capital, 2015c. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/atitude-do-estado-aumenta-a-probabilidade-de-desastres-como-o-de-mg-3049/>>. Acesso em: set. 2020.
- CARTA CAPITAL. **Mariana: desastres viram chance de ganhar dinheiro sobre o sofrimento**. Carta Capital, 2015d. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mariana-desastres-viram-chance-de-ganhar-dinheiro-sobre-o-sofrimento-5488/>>. Acesso em: set. 2020.

CARTA CAPITAL. **Brasil-China: complementaridade ou dependência?** Carta Capital, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/brasil-china-complementaridade-ou-dependencia/>>. Acesso em: set. 2020.

CARTA CAPITAL. **Após dois anos, moradores sofrem com depressão e outros problemas de saúde.** Carta Capital, 2017a. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/dois-anos-depois-moradores-sofrem-com-depressao-e-outros-problemas-de-saude/>>. Acesso em: set. 2020.

CARTA CAPITAL. **A guinada conservadora e a falta de uma agenda ambiental eficaz.** Carta Capital, 2017b. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/a-guinada-conservadora-e-a-falta-de-uma-agenda-ambiental-eficaz/>>. Acesso em: set. 2020.

CARTA CAPITAL. **Silenciamento e desinformação marcam atingidos pelos crimes da Vale.** Carta Capital, 2019a. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/silenciamento-e-desinformacao-marcam-atingidos-pelos-crimes-da-vale/>>. Acesso em: set. 2020.

CARTA CAPITAL. **COP 24, na Polônia: sucesso para quem?** Carta Capital. 2019b. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cop-24-na-polonia-sucesso-para-quem/>>. Acesso em: set. 2020.

CATANI, A. M. A Sociologia de Pierre Bourdieu (ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras). **Educação & Sociedade**, v. 23, n 78, p. 57-75, abr. 2002.

CEBDS. **Relatório CEBDS 1997-2017: 20 anos de ação para a sustentabilidade.** Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, 2017. Disponível em: <www.relatorio20anos.cebds.org>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, Vozes, 2008.

COFFEY, A. Analysing Documents. In: FLICK, U. **The Sage Handbook of Qualitative Analysis.** Great Britain: Henry Ling Limited, 2014.

COSTA, S; ZEPEDA, L.; SIRIEIX, L. Exploring the social value of organic food: a qualitative study in France. **International Journal Of Consumer Studies**, v. 38, n. 3, p. 228-237, maio 2014.

DAVIS, M. L.; MASTEN, S. J. **Princípios de Engenharia Ambiental.** McGraw Hill Brasil, 3. Ed. Jul 1, 2016

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The SAGE handbook of qualitative research.** 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2006.

DONATO, V. **Logística verde: uma abordagem socioambiental.** Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna Ltda, 2008.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategy and the Environment**, v. 11, n. 2, p. 130-141, 2002.

EISENHARDT, K. M.; GRAEBNER, M. E. Theory building from cases: Opportunities and challenges. **Academy of Management Journal**, v. 50, n.1, p. 25–32, 2007.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

ELKINGTON, J. 25 Years Ago I Coined the Phrase “Triple Bottom Line.” Here’s Why It’s Time to Rethink It. 2018. **Harvard Business Review**. Disponível em: <<https://hbr.org/2018/06/25-years-ago-i-coined-the-phrase-triple-bottom-line-heres-why-im-giving-up-on-it>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

ESTADÃO. **Um palavrão para a Vale**. Estadão, 2015. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/clima21/um-palavrao-para-a-vale/>>. Acesso em: set. 2020.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017.

FISHER, W. R. Narration as a human communication paradigm: The case of public moral argument, **Communication Monographs**, v. 51, n. 1, 1984, p. 1-22.

FLICK, U. **An Introduction to Qualitative Research**, 5th edition. London: Sage, 2014.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FREITAS, M. E. A mobilidade como novo capital simbólico nas organizações ou sejamôs nômadês? **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 49, p. 247-264, 2009.

ISO. **Site Institucional**. ISO, 2020. Disponível em: <<https://www.iso.org/home.html>>. Acesso em: ago. 2020.

GALLELI-DIAS, B. **A análise da validade da sustentabilidade ambiental enquanto uma competência organizacional**. 2013. 222 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina, 2013

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLADWIN, T., KENNELLY, J.; KRAUSE, T. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 878-907, 1995.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI). **GRI's History**. Global Reporting Initiatives, 2020; Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/grihistory/Pages/GRI's%20history.aspx>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GOLDBLATT, D. **Teoria Social e Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GOLDEMBERG, J.; BARBOSA, L. M. A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo. **Revista Eco** 21, n. 96, 2004. Disponível em: <www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=954>. Acesso em: 10 jun. 2020

GORDILHO, H. J. S.; RAVAZZANO, F. Ecocídio e o tribunal penal internacional. **Justiça do Direito**, v. 31, n. 3, 2017.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 508-532, 2012.

HAHN, T. *et al.* Tensions in Corporate Sustainability: Towards an Integrative Framework. **Journal of Business Ethics**, v. 127, n. 2, p. 297–316, 2015.

HARRIS, R.; SEID, M. Critical Perspectives on Globalization and Neoliberalism in the Developing Countries. **Journal of Developing Societies**, v. 16, p. 1-26, 2000.

HARTLEY, J. F. Case studies in organizational research. In.: CASSELL, C.; SYMON, G. **Qualitative methods in organizational research: a practical guide**. London: Sage, 1995, p. 208-229.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: Mapping different approaches. **Sustainable Development**, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005.

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL. **Layoff – Empregador**. Instituto de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/layoff1?p_p_id=56_INSTANCE_82fU&p_p_lifecycle=1&p_p_state=exclusive&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&_56_INSTANCE_82fU_struts_action=%2Fjournal_content%2Fexport_article&_56_INSTANCE_82fU_groupId=10152&_56_INSTANCE_82fU_articleId=270815&_56_INSTANCE_82fU_targetExtension=pdf>. Acesso em: nov. 2020.

INSTITUTO ETHOS. **O instituto**. 2020. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

JIMÉNEZ HERRERO, L. M. **Desarrollo sostenible: transición hacia la coevolución global**. 2. ed. Madrid: Pirámide, 2000.

KEINERT, T. M. M. **Organizações sustentáveis: utopias e inovações**. São Paulo: Annablume, 2007.

LEÃO, A. L. M. S.; GAIÃO, B. F. S.; SOUZA, I. L.; MELLO, S. C. B. The habitus of an expanding network: the characteristics of the São Francisco Valley viticulture arrangement. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 15, n. 46, p. 39-55, 2013.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LÉLÉ, S. M. Sustainable development: a critical review. **World Development**, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.

LIEBLICH, A., TUVAL-MASHIACH, R. AND ZILBER, T. **Narrative Research: Reading, Analysis, and Interpretation**. v. 47, Sage, Thousand Oaks, 1998.

LIMA, L. C. Fantoches de si mesmos: a dinâmica de reprodução social da empresa pab à luz da teoria de Pierre Bourdieu. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 1, n. 2, p. 101-123, 2011.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE – Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. 1ª ed. São Paulo: Report Editora, 2010.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environment Impact Assessment Review**, v. 18, p. 493-520, 1998.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research: A guide to design and implementation**. San Francisco, CA: John Wiley & Sons, 2009.

MERRIAM, S. B. The case study in educational research: a review of selected literature. **The Journal of Educational Thought (JET)**, v. 19, n. 3, p. 204-217, 1985.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. **Plano Nacional de Mineração 2030**. Ministério de Minas e Energia, 2020. Disponível em: <<http://antigo.mme.gov.br/web/guest/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/destaques-do-setor-de-energia/plano-nacional-de-mineracao-2030>>. Acesso em: out. 2020.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na **teoria das organizações**. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Org) Teoria das organizações. São Paulo: Editora Atlas, 2007. p. 12-33

MUNCK, L.; BORIM-DE-SOUZA, R. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. **REBRAE – Revista Brasileira de Estratégia**, v. 2, n. 2, p.185-202, 2009.

OLIVEIRA, L. R. de *et al.* Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Production**, v. 22, n. 1, p. 70-82, 2012.

ONU. **Objetivos do Desenvolvimento do Milênio**. Nações Unidas Brasil. 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

OSORIO, L. A. R.; LOBATO, M. O.; CASTILLO, X. A. Debates on sustainable development: towards a holistic view of reality. **Environment, Development and Sustainability**, v. 7, p. 501-518, 2005.

PACTO GLOBAL. **A Iniciativa**. Pacto Global Rede Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>>. Acesso em: jul. 2020.

PAZ, F. J.; KIPPER, L. M. Sustentabilidade nas organizações: vantagens e desafios. **Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas**, v. 11, n. 2, p. 85, 2016.

PIERRI, N. El Proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. In: PIERRI, N.; FOLADORI, G. (Eds.) **Sustentabilidade? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001.

RESE, N. *et al.* A análise de narrativas como metodologia possível para os estudos organizacionais sob a perspectiva da estratégia como prática: “uma estória baseada em fatos reais”. In: **Encontro de estudos organizacionais da ANPAD, VI**. Florianópolis. Anais. Florianópolis: Anpad, 2010.

ROSA, A. R.; BRITO, M. J. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 51, art. 2, p. 629-646, 2009.

ROSA, A. R.; BRITO, M. J. “Corpo e Alma” nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 2, p. 194-211, 2010.

SAMARCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2010-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: julho 2019.

_____. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2011-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: julho 2019.

_____. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2012-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: julho 2019.

_____. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2013-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: julho 2019.

_____. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2014-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: julho 2019.

_____. **Relatório Bial 2015-2016**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/09/Samarco_Relatorio-Bial-2015_16-08092017.pdf>. Acesso em: julho 2019.

_____. **Comunicação de Progresso para o Pacto Global das Nações Unidas 2017**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2018/12/Relatorio-COP-Samarco-2017_07122018.pdf>. Acesso em: julho 2019.

_____. **Relatório Bial 2018-2019**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2020/12/Samarco_Relatorio-Bial-2018_2019-3.pdf>. Acesso em: julho 2020.

_____. **Pesquisa, Inovação e Eficiência**. Samarco, 2015. Disponível em: <<https://relatoweb.com.br/samarco/2015/pt/pesquisa-inovacao-e-eficiencia.html>>. Acesso em: julho 2019.

SAMARCO MINERAÇÃO. **SABER SAMARCO – Institucional**. Youtube, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tTPe05U5pyo>>. Acesso em: julho 2019.

_____. **Os caminhos da Samarco**. Youtube, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QHdIfHEqxPY>>. Acesso em: julho 2019.

_____. **Simulado de Emergência**. Youtube, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3h2s4xraUGk>>. Acesso em: julho 2019.

SILVA, D. B. da Sustentabilidade no Agronegócio: dimensões econômica, social e ambiental. **Comunicação & Mercado**, v. 1, n. 3, p. 23-34, 2012.

SILVEIRA, D. F.; CORDOVA, F. P. Pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SHWOM, R. Strengthening Sociological Perspectives on Organizations and the Environment. **Organization & Environment**, v. 22, n. 3, p. 271-292, 2009.

SPARKLE, A.C; SMITH, B. Narrative Constructionist Inquiry. In.: HOLSTEIN, J. A.; GUBRIUM, J.F. **Handbook of Constructionist Research**. New York: The Guilford Press, 2008.

STARIK, M.; KANASHIRO, P. Toward a Theory of Sustainability Management: Uncovering and Integrating the Nearly Obvious. **Organization & Environment**, v. 26, n. 7, 2013.

STEAD, W. E.; STEAD, J. G. Can Humankind Change the Economic Myth? Paradigm Shifts Necessary for Ecologically Sustainable Business. **Journal of Organizational Change Management**, v. 7, n. 4, p. 15–31, 1994.

THRIFT, N. **Knowing capitalism**. London: Sage, 2005.

VALLE, I. R. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa**, v.33, n.1, p. 117-134, 2007.

VAN MARREWIJK, M. Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: between agency and communion. **Journal of Business Ethics**, v. 44, n. 2–3, p. 95–105, 2003.

VAN MARREWIJK, M.; WERRE, M. Multiple levels of corporate sustainability. **Journal of Business Ethics**, v. 44, p. 107-119, 2003.

VAARA, E.; SONENSHEIN, S.; BOJE, D. Narratives as Sources of Stability and Change in Organizations: Approaches and Directions for Future Research. **The Academy of Management Annals**, v. 10, n.1, 2016.

VILDÅSEN, S. S.; KEITSCH, M.; FET, A. M. Clarifying the Epistemology of Corporate Sustainability. **Ecological Economics**, v. 138, p. 40–46, 2017.

WACQUANT, L. J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Rev. Sociol. Polit.**, n.19, p.95-110, 2002.

WACQUANT, L. Esclarecer o habitus. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 16, p. 63-71, 2007.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WBCSD). **Our Story**. 2020. Disponível em: <<https://www.wbcsd.org/Overview/Our-history>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). **Our common future** (the Brundtland report). Oxford: Oxford University Press, 1987.

ZIOLI, E. G. O.; ICHIKAWA, E. Y. A Escola e as Identidades dos Alunos do Campo: Um Estudo a Partir de Bourdieu e Althusser. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 1, p. 25-36, 2019.